

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. VII, nº 1

**UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS
UNICAMP**

Reitor

Hermano Tavares

Coordenador Geral

Fernando Gallembek

Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Presidente

Vilmar Evangelista Faria
(IFCH- UNICAMP)

Conselheiros

Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH – USP)

Bolivar Lamounier
(IDESP)

Carlos Eduardo Meirelles
Matheus (PUC-SP)

Fernando Antônio Lourenço
(IFCH – UNICAMP)

Hélgio Trindade
(NUPERGS – UFRGS)

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH-USP, ISER)

Marcus Figueiredo
(IUPERJ)

Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)

Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)

Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)

Örjan Olsén
(Indicators)

Rachel Meneguello
(IFCH – UNICAMP)

Regina Moran
(IMECC – UNICAMP)

Equipe Técnica

Coordenação

Rachel Meneguello

**Equipe de Projetos
Permanentes**

Simone da Silva Aranha
Maria Teresa Gonzaga Alves
Vítor Luís Cooke Vieira

Estagiários

Maria Carolina Segato Komniski
Janaina de Rezende Barreto
Saulo Veiga Oliveira

Secretaria Geral

Maria das Graças Pla Sanches

**OPINIÃO PÚBLICA
VOL. VII, Nº1**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza, Antônio Lavareda,
Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio
Wanderley Reis, Frederick Turner,
Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio
Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly
de Camargo, Nelson do Valle e Silva,
Ruy Martins Altenfelder Silva.

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
Márcia Cavallari Nunes
Marcus Figueiredo
Rachel Meneguello

Editora responsável:

Rachel Meneguello

Editoração Gráfica:

Paula Vanina Cencig

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Maio de 2001

Publicação Indexada no
Sociological Abstracts,
IBSS (International Bibliography of
the Social Sciences) e
Data Índice - IUPERJ

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas – São Paulo
13081-970

Tel: (55-19) 3788-7093

Tel/Fax: (55-19) 3289-4309

e-mail: cesop@unicamp.br

Home-Page:

<http://www.unicamp.br/cesop/>

OPINIÃO PÚBLICA

Maio de 2001

Vol. VII, nº1

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político</i> Luciana Veiga Sônia Maria Guedes Gondim	1
<i>Apatia e Alheamento Político numa Sociedade Paralisada: os limites da nova democracia chilena</i> Edward C. Epstein	16
<i>Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina</i> Lúcio R. Rennó	33
<i>O Papel das Pesquisas de Opinião Pública na Consolidação da Democracia: a experiência latino-americana</i> Fabián Echegaray	60
<i>A Formação do Capital Social na América Central: violência política, repressão, dor e perda</i> John A. Booth Patricia Bayer Richard	75
TENDÊNCIAS <i>Encarte de dados de Opinião Pública - Ano 7, nº 1</i>	101



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VII, nº 1
p.1-141
Maio 2001
ISSN 0104-6276



A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político¹

Luciana Veiga

Universidade Católica de Petrópolis
Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública, IUPERJ
Doutoranda em Ciência Política, IUPERJ

Sônia Maria Guedes Gondim

Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia

Resumo

O artigo discorre sobre a utilização da abordagem qualitativa na Ciência Política e no Marketing Político. As discussões apresentadas derivam-se, principalmente, da experiência acadêmica com a pesquisa Ideologia Política, Propaganda Eleitoral e Voto: o efeito persuasivo do Horário Eleitoral na Campanha da Presidência da República, em que foram empregadas as técnicas de entrevista em profundidade e grupos focais.

Palavras-chave: métodos qualitativos, marketing político, grupos focais, campanha presidencial de 1998

Abstract

This paper discusses the use of qualitative research technique to the study Political Science and to the Political Marketing. The issues discussed here drawn from the research on Political Ideology, Electoral Propaganda and Votes: the effect of "horário electoral" on the presidency campaign, in which were used depth interviews and focus group techniques.

Key words: qualitative methods, political marketing, focus groups, 1998 presidency campaign

¹ Agradecemos os comentários e sugestões do Prof. Marcus Figueiredo. Desnecessário dizer que eventuais equívocos são de responsabilidade das autoras.

1. Introdução

A Ciência Política tem como objeto de estudo os fenômenos políticos, particularmente as questões relativas ao poder, procurando examinar criteriosamente os fatos, atendo-se não só à descrição como também à explicação destes fenômenos (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1986). Cada vez mais o interesse desta disciplina se dirige para o entendimento do comportamento das pessoas e dos grupos, como, por exemplo, as formas de participação política, o processo decisório do voto e a utilização das novas tecnologias de comunicação na formação e difusão do pensamento político.

O homem em sua ação política é o alvo da pesquisa em Ciência Política, mas sabe-se que este homem também tem uma dimensão biológica, social, histórica, econômica e psicológica.

Metodologias, quantitativas e qualitativas, no sentido mais amplo, e técnicas de investigação, no sentido mais estrito, concorrem para dar conta desta complexa tarefa, em que se destacam a análise de documentos, a observação direta, a pesquisa participante, os questionários, as entrevistas em profundidade e, mais recentemente, os grupos de discussão.

O marketing político surgiu em 1952 e pode ser definido como um conjunto de técnicas e procedimentos cujo objetivo é avaliar aspectos psicológicos do eleitorado, visando embasar estratégias para aumentar a aceitação do candidato junto à população. Basicamente centra-se: i) na imagem dos candidatos, dos partidos políticos e dos adversários, ii) nos aspectos psicológicos dos eleitores e, por fim, iii) no acompanhamento de todo o processo eleitoral, intervindo de modo ativo conforme os objetivos pretendidos (Figueiredo, 2000).

O quadro atual ainda mostra um distanciamento significativo entre a Ciência Política e o Marketing Político. Ambos parecem estar em posições opostas. De um lado, os adeptos do Marketing Político defendem que a escolha eleitoral cada vez mais se distancia do plano racional e, sendo assim, afirmam que questões acadêmicas sobre Ciência Política são pouco pragmáticas no sentido de permitir uma atuação mais direta no processo político. De outro lado, os acadêmicos acusam os marketeiros de reduzirem o fenômeno político a uma questão estética e psicológica, uma vez que suas preocupações recaem sobre a construção de uma imagem dos candidatos a cargos públicos, que desperta a sensibilidade emocional do eleitor, deixando de lado um aspecto mais importante que é o da ideologia partidária, em que se inclui a discussão de projetos mais amplos para a sociedade e a humanidade.

Este artigo parte da premissa de que a Ciência Política e o Marketing Político não são antagônicos. Pelo contrário, defende que ambos podem contribuir para o aperfeiçoamento mútuo, uma vez que a teoria política traz grande contribuição para a análise das campanhas políticas e, por sua vez, os conceitos da Ciência Política devem estar lastreados por referências empíricas. Desta forma, acredita-se que uma maior

integração entre Ciência Política e Marketing Político resultará em significativos avanços para o mundo acadêmico e para o mercado.

Adotando esta postura, foi realizada uma pesquisa de cunho acadêmico sobre eleições em 1994, quando procurou-se avaliar o impacto das mensagens eleitorais na formação da opinião dos telespectadores. A pesquisa *Propaganda Política e Voto: O Estudo do Efeito da Persuasão do Horário Eleitoral - Estado do Rio de Janeiro - 1994 - 2º Turno* foi desenvolvida a partir de relatórios de discussões em grupos realizados pelo Vox Populi.

Uma pesquisa mais aprofundada foi desenvolvida na eleição presidencial de 1998 sobre o comportamento dos eleitores de camada social mais baixa, valendo-se das técnicas de entrevista em profundidade e de grupos focais. O objetivo foi o de elucidar os recursos que o eleitor utiliza para processar as informações do contexto político e aquelas veiculadas pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. A pesquisa *Ideologia Política, Propaganda Eleitoral e Voto: o efeito da persuasão do Horário Eleitoral na campanha para Presidência da República² - 1998* foi realizada pelo Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro) e pelo Centro de Pesquisas Sociais da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora).

As pesquisas foram realizadas a partir de técnicas qualitativas, principalmente, as entrevistas em profundidade e os grupos focais, uma vez que demonstram ser adequadas para a compreensão do comportamento do eleitor, não só no seu processo de formação de opinião e tomada de decisão individual, mas enquanto participante de grupos sociais sujeitos a múltiplas influências na formação e mudança de atitudes políticas.

Este artigo tem como objetivo específico discorrer acerca das técnicas de entrevista em profundidade e dos grupos focais na investigação em Ciência Política e no Marketing Político e, para tal, partiu-se da pesquisa realizada por ocasião da campanha presidencial em 1998.

² A referida pesquisa foi coordenada pelos professores Raul Magalhães e Luciana Veiga, sob orientação do professor Marcus Figueiredo do IUPERJ. A pesquisa teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A professora Sônia Gondim coordenou os 20 grupos focais, e o recrutamento dos participantes ficou sob a responsabilidade da Cenário Consultoria e Pesquisa de Juiz de Fora.

2. A abordagem qualitativa na pesquisa política

É bastante visível que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, particularmente o rádio e a televisão, imprimiu um novo ritmo aos processos sociais e políticos. Uma de suas maiores conseqüências foi a de aproximar o candidato à realidade cotidiana de seu eleitorado, minimizando o papel do partido nesta mediação. Uma outra vantagem foi a de garantir a sincronicidade das informações, ou seja, permitir que as pessoas dirijam sua atenção, ao mesmo tempo, para um único assunto, dada a força de sua penetração social (Magalhães, 1993). E, se as pessoas podem ter como centro de suas discussões o mesmo assunto, ficam mais susceptíveis às pressões para a homogeneização de suas opiniões.

Este poderoso processo de 'influenciação', seja por via direta, televisão-eleitor, seja por via indireta, televisão-formador de opinião-eleitor, que ocorre no dia-a-dia das pessoas na época do pleito, pode ser facilmente visualizado nas discussões que surgem nos grupos focais ou nas entrevistas em profundidade. Assim, a investigação qualitativa ganha significativa importância na elucidação dos impactos da propaganda política no comportamento do eleitor, tanto para atender um compromisso de cunho acadêmico, quanto de pesquisa de mercado.

É digno de nota constatar que apesar das pesquisas qualitativas terem aumentado sua importância no planejamento de campanhas políticas, ainda são pouco exploradas pela Ciência Política. Tradicionalmente, os resultados das pesquisas qualitativas, ao contrário das quantitativas, amplamente divulgados nos meios de comunicação, são de acesso restrito à equipe de marketing de cada candidato, o que torna compreensível, em parte, sua pouca utilização nas investigações acadêmicas.

Dentre os objetivos das pesquisas de mercado com abordagem qualitativa destacam-se os seguintes:

- i) Conhecer os eleitores, mapeando suas demandas e frustrações;
- ii) Compreender sua percepção acerca do quadro político, apontando aspectos positivos e negativos;
- iii) Identificar suas expectativas com relação à solução dos problemas sociais;
- iv) Avaliar a imagem dos candidatos e as razões para votar ou não nos mesmos e
- v) Aferir a avaliação de propostas e programas de governo.

Durante o processo de campanha, a pesquisa qualitativa passa a ter como objetivo a avaliação das estratégias de divulgação por meio da análise do impacto na opinião pública dos programas veiculados pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e isto pode vir a ser útil no esclarecimento de questões relativas ao comportamento do eleitor, de grande interesse acadêmico.

3 . Entrevistas em profundidade

A entrevista é uma técnica através da qual o pesquisador se coloca diante do participante para quem faz perguntas com o objetivo de obter informações que contribuam para a investigação. Trata-se de um diálogo assimétrico em que o pesquisador busca coletar dados e o interlocutor se apresenta como fonte de informação. As entrevistas procuram explorar o que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem e desejam.

De acordo com a sociologia fenomenológica (Schultz, 1974), o mundo social é criado e reproduzido pela repetição dos cursos de ação, aprendidos no cotidiano e, sendo assim, para se abordar temas sociais e políticos é preciso fazê-lo a partir do dia-a-dia das pessoas. As experiências diárias vividas e transmitidas pelas pessoas na sociedade compõem o 'estoque de conhecimentos' de que cada um dispõe para interagir com o mundo, interpretá-lo, tomar decisões e ajustar-se a ele.

Desta maneira, as qualidades da pessoa (a imagem que faz de si mesmo, como se comporta em determinadas situações concretas, quais os seus valores e como se relaciona socialmente) e a sua história e suas experiências de vida (a família, a escola, a profissão etc) devem ser abordadas nas entrevistas em que se investigam atitudes e a decisão política. Dito de outro modo, as questões referentes ao cotidiano dos participantes são capazes de trazer importantes contribuições para a entendimento da percepção que possuem sobre política.

As entrevistas em profundidade podem ser realizadas com formadores de opinião ou com os cidadãos comuns. No primeiro caso, intelectuais, jornalistas, professores, líderes de classe e empresários são entrevistados com o objetivo de mapear o quadro da disputa eleitoral. No segundo caso, os pesquisados são eleitores comuns e o objetivo é o de identificar as estruturas cognitivas que as pessoas possuem e utilizam na decisão do voto.

A entrevista em profundidade tem um caráter subjetivo, o que torna necessário que toda interpretação deva levar em consideração a perspectiva da pessoa analisada. Sua vida e seu mundo só podem ser entendidos a partir 'de seus olhos'. É neste aspecto que as entrevistas em profundidade apresentam-se como mais pertinentes se se pretende aproximar da realidade social e política e das representações que o eleitor constrói dela.

É preciso, então, tomar cuidado com o nível de estruturação a ser adotado. As entrevistas podem apresentar diferentes níveis. Há aquelas mais estruturadas que seguem um rígido roteiro e restringem as possibilidades de aprofundamento e de abordagens variadas do tema, não pertinentes às entrevistas em profundidade, e as semi-estruturadas que adotam um roteiro flexível como norteador, o que favorece o diálogo com o entrevistado, aprofundando aspectos importantes para a compreensão de seu pensamento e sentimentos sobre o assunto em pauta.

Conforme assinala Lane (1962), uma das vantagens das entrevistas em profundidade é que elas são discursivas, permitindo a cada entrevistado demonstrar sua

linha de argumentação de modo que o entrevistador possa inferir as associações que faz em seus pensamentos oferecendo, inclusive, oportunidades para extensivas sondagens de opiniões, atitudes e valores dos participantes.

3.1. Procedimentos práticos para utilização de entrevistas em profundidade

Um dos objetivos de pesquisas qualitativas sobre comportamento político, em que se inclui o interesse em analisar o impacto persuasivo da propaganda eleitoral na formação de opinião, e que escolhem a entrevista em profundidade como técnica de coleta de dados, é o de conhecer as estruturas cognitivas utilizadas pelos cidadãos ao pensar sobre questões políticas e interpretar informações apresentadas na propaganda eleitoral, particularmente aqueles pertencentes às classes baixas, que constituem a maior parte do eleitorado brasileiro.

Partindo da constatação que a formação de opinião é um processo (Kruger, 1986; Morales, 1997; Myers, 1999; Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2000), devem ser realizadas, em média, quatro ou cinco entrevistas com cada um dos participantes, ao longo de cinco a seis meses, recrutados com base nos seguintes critérios: nível de renda, nível educacional, idade, sexo e ocupação. Como a maior parte do eleitorado é proveniente de classes baixas sugere-se maior atenção junto àquelas pessoas cujo nível de renda esteja entre dois a cinco salários mínimos e não possuam mais que oito anos de escolaridade.

As entrevistas, com duração de uma hora aproximadamente, devem ser desenvolvidas com base num roteiro semi-estruturado, que permite maior aprofundamento da temática e da experiência pessoal do entrevistado. Os encontros podem ser realizados na residência do próprio entrevistado ou num laboratório, conforme a receptividade de cada participante.

A forma de recrutamento mais comum em pesquisas qualitativas é por critério de conveniência, como, por exemplo, a técnica da *bola de neve*, em que os participantes sugerem outros participantes para serem entrevistados, sendo indicada também, quando se pretende estudar um grupo de acesso restrito cujos componentes não aparecem enumerados em uma lista para uma escolha aleatória (Weiss, 1994).

As entrevistas devem ser gravadas em fitas cassetes, primeiro porque permitem a reprodução exata dos depoimentos e segundo, porque libera o entrevistador das anotações, centrando sua atenção na fala do entrevistado.

Com fins de análise interpretativa, as entrevistas devem ser transcritas, codificadas e categorizadas. Conforme a orientação teórica dos pesquisadores podem ser empregadas técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 1977), cuja ênfase recai no conteúdo manifesto do discurso e nos argumentos apresentados, e de análise de discurso (Maingueneau, 1997), se o foco recair sobre o nível ideológico subentendido no discurso.

3.2. Alguns exemplos da pesquisa eleitoral presidencial de 1998, realizada com entrevistas em profundidade.

Ao sentar-se junto a um entrevistado, ao analisar seu depoimento, o entrevistador deve procurar entender por que o seu interlocutor pensa como pensa e age como age, pois ele tem sempre boas razões para fazê-lo. É isso que se busca a partir da análise do discurso do cotidiano, presente nas entrevistas e nos grupos de discussão.

As interpretações que porventura são feitas com base nas transcrições permitem lançar luz sobre aparentes inconsistências no pensamento dos eleitores. Uma razão parece justificar algumas inconsistências - as limitações cognitivas dos próprios participantes - que pode ser ilustrada por depoimentos de um rapaz que em sua primeira entrevista ao responder à questão sobre o que mais o havia irritado ultimamente na imprensa, discorreu longamente sobre o processo de 'leilão' da Vale do Rio Doce. Nas duas entrevistas seguintes, ao se deparar com a pergunta sobre sua postura diante da privatização de estatais, disse que não sabia falar a respeito. Isto parecia estranho, uma vez que já o havia feito em outra oportunidade. O que parecia estar acontecendo é que o rapaz não sabia que o termo privatização estava relacionado aos termos venda e leilão. Com tais limitações, o entrevistador tem que ser hábil, sob pena de perder pontos importantes que em muito esclarecem o caso estudado. Uma entrevista que abordasse esse eleitor apenas em um único momento, não levando em conta o conhecimento ao longo de várias entrevistas, poderia levar a uma conclusão equivocada acerca da sua capacidade de compreensão da problemática em questão, uma vez que não poder-se-ia contextualizar a resposta e dissolver a aparente contradição.

Cabe acrescentar que os eleitores de classe baixa parecem não só apresentar um quadro limitado de referências para decidir seu voto, como também não demonstram possuir conceitos específicos para tratar de temas que escapem ao seu cotidiano, partindo dele, inclusive, para lidar com assuntos políticos. Em função disto, centralizar a entrevista nos aspectos da vida cotidiana é ainda uma estratégia que visa facilitar a conversação sobre questões mais complexas e especializadas.

Na pesquisa de 1998, cujos participantes foram recrutados entre as classes C e D, foi possível perceber que, embora muitos deles não fossem capazes de entender regras gerais e abstratas sobre o mundo da política, havia sempre a possibilidade de interpelá-los sobre a solução que dariam para situações concretas. Em outras palavras, para investigar o nível ideológico era necessário ancorá-los no cotidiano, pois era justamente a partir dele que emitiam suas opiniões sobre política. Ao falarem, por exemplo, sobre os motivos do desemprego, um dos grandes temas da campanha, na época, os entrevistados utilizaram-se de suas experiências cotidianas. O exemplo a seguir é uma ilustração disto.

“Esta onda de desemprego, eu não sei o que é que está acontecendo porque eu politicamente assim eu não sei nada. Eu trabalho na rua, externo, é área de vendas, eu não estou conseguindo vender nada. Você chega para vender alguma coisa e só escuta: -‘Ah, eu estou fechando’. Eu penso desta maneira, que eu escuto as pessoas dizerem: -‘Eu tinha tantos funcionários e hoje estou com tantos, porque não tenho como pagar. Eu não agüento mais pagar impostos.’ E também tem essa coisa do computador, a tecnologia vem avançando demais quer dizer vai ocupando o lugar do homem.”

Enfim, para se compreender como o eleitor comum interpreta os acontecimentos sociais e age politicamente é preciso acompanhar o curso de seu pensamento, sua forma de representação e seu linguajar e, neste caso, a abordagem qualitativa e a entrevista em profundidade numa perspectiva longitudinal oferecem condições mais favoráveis para alcançar este objetivo.

4. Grupos de discussão ou grupos focais

O grupo focal ou grupo de discussão, como técnica de pesquisa qualitativa, apresenta-se como uma possibilidade para compreender a construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos acerca de um tema específico. Apoiado nas entrevistas grupais (Bogardus, 1926; Merton, 1990), tal técnica pode ser usada em três perspectivas: i) como principal fonte de dados (*self-contained*), ii) como fonte suplementar de dados, tanto para subsidiar programas de intervenção, quanto elaborar instrumentos de pesquisa experimental e quantitativa e iii) como fonte complementar de dados, ao ser associado às técnicas de entrevistas em profundidade e de observação participante (Morgan, 1988).

Inseridos numa abordagem metacientífica mais ampla, ou seja, a da compreensão e da hermenêutica, em que se procura aproximar o investigador do contexto psicológico, social e cultural dos participantes da pesquisa, visando interpretar melhor suas ações (Bion, 1961; Guess, 1988; Holzkamp, 1977; Pichón-Riviére, 1975; Schultz, 1978), o objetivo final dos grupos focais, principalmente os auto-referentes (tradução livre de *self-contained*), reside na emancipação a ser alcançada através da conscientização dos participantes da pesquisa, capacitando-os a efetuar mudanças no plano social. Em resumo, os grupos focais servem a dois propósitos: criar condições para que os participantes da pesquisa possam exercer um papel mais ativo nos processos de produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes oportunidade de conscientização de sua situação atual, dando-lhes maior poder de transformação³.

³Mais amplamente conhecido fora da área acadêmica, principalmente no setor publicitário (Edmunds, 1999), o grupo focal tem sido usado recentemente em pesquisas de saúde pública, em virtude da preocupação com a educação para a saúde, proposta compatível com a atuação pedagógica-educativa desta técnica de investigação e intervenção qualitativa (Carlini-Cotrim, 1996).

A partir dos últimos anos da década de 80, vimos assistindo ao crescimento do marketing político em que se inclui a difusão de abordagens metodológicas qualitativas, especificamente através da técnica dos grupos focais, servindo de complementação às abordagens quantitativas já usadas em pesquisas de opinião pública (Figueiredo, 2000; Lunt & Livingstone, 1996; Magalhães & Veiga, 2000).

A premissa básica dos grupos de discussão é a de que as pessoas formam as suas opiniões e percepções nos processos interativos em que se engajam, sendo mutuamente influenciadas pelo jogo de forças que vai se constituindo nas relações interpessoais, intra e intergrupais. Constitui, a rigor, um nível de análise distinto do das entrevistas individuais em profundidade. Neste último caso, privilegia-se a compreensão do contexto da pessoa.

Os grupos focais (ou de discussão) na pesquisa política podem ser explorados de modo a alcançar os objetivos: explorar as estruturas cognitivas identificadas em entrevistas individuais, previamente realizadas, comparando-as com as manifestações grupais, e servir como fonte principal de coleta de dados, quando a ênfase passa a ser nos processos de 'influenciação' social que estão na base da formação de opiniões, atitudes e valores.

4.1. Procedimentos práticos para a utilização dos grupos focais

Os recursos técnicos e humanos necessários variam conforme as modalidades de grupos focais ou de discussão que se pretende adotar. Os grupos podem ser desenvolvidos através do uso de computadores e da internet, de telefones e do contato pessoal direto, neste último caso é necessário uma sala especial. As considerações feitas neste artigo estão alicerçadas na experiência com grupos focais de contato pessoal direto. Sendo assim, os recursos técnicos e humanos para sua realização encontram-se especificados a seguir:

- i) sala especial com espelho unidirecional, com uma mesa retangular ou oval que permita dispor aproximadamente 10 cadeiras;
- ii) microfones para gravação;
- iii) câmera de vídeo com tripé, a serem alocados atrás do espelho unidirecional;
- iv) sala anexa à especial com entrada independente e equipada com aparelho de TV que permita à equipe de pesquisadores e assistentes acompanhar a gravação do grupo;
- v) um profissional habilitado para coordenar os grupos.

Caso o interesse da pesquisa resida em acompanhar o programa eleitoral gratuito, e a discussão em grupo seja realizada subsequente, deve-se providenciar um aparelho de televisão para a sala especial.

Na utilização de grupos de discussão é preciso determinar o número total de grupos necessários para explorar a temática em questão que pode variar conforme sua

complexidade. Na pesquisa realizada em 1998 (Magalhães & Veiga, 2000) , por exemplo, foram compostos 20 grupos de discussão, um para cada dia de exibição do Programa Eleitoral Gratuito que reunia os presidenciáveis, exibido pela televisão no período de 18 de agosto a 1º de outubro, sempre as terças, quintas e sábados, no horário de 20 às 20 hs e 25 minutos. O critério mais seguro, contudo, é o da previsibilidade de respostas, ou seja, acredita-se que a estrutura de significados tenha sido apreendida quando os grupos não apresentam novidades em termos de conteúdo e argumentos e se tornam repetitivos.

O número de participantes em grupos focais pode variar de oito a dez. A duração de cada grupo de discussão oscila de uma hora e meia a duas horas, conforme o número de participantes e a polêmica da temática.

A dinâmica do Funcionamento do grupo focal/grupo de discussão, particularmente de acompanhamento de campanhas eleitorais televisivas, deve ser planejada para ter três etapas, assim especificadas:

1ª Etapa

1º passo – Apresentação informal dos participantes, em que se procura conhecer os participantes – como se chamam, profissão, onde moram, o que gostam de fazer para se divertir - e o seu nível de envolvimento com a política, tentando explorar como avaliam a situação no momento.

Além disso, informações gerais sobre o processo de pesquisa - apresentação da metodologia qualitativa, da pesquisa, do coordenador ou moderador do grupo - devem ser transmitidas aos participantes, ressaltando, inclusive, a necessidade da gravação em vídeo e/ou em fitas cassetes da sessão, assim como a garantia de anonimato.

2º passo - Aplicação de um questionário simples sobre a intenção de voto. Pode-se utilizar o recurso de discos com os respectivos nomes dos principais candidatos para que cada participante assinale com um X o nome de seu candidato;

3º passo - Introdução da temática principal, conforme roteiro semi-estruturado, que pode ser feita através da técnica dos grupos nominais (Schermerhorn, Hunt & Osborn, 1999), que consiste na formulação oral de uma pergunta, pelo coordenador do grupo, a ser brevemente respondida individualmente e por escrito, por cada um dos participantes. O objetivo desta técnica, neste caso, é o de documentar algumas opiniões pessoais sem a influência do grupo e preparar psicologicamente os participantes para a discussão. No caso de se querer avaliar o impacto do programa eleitoral gratuito, a técnica dos grupos nominais pode ser aplicada após a audiência ao referido programa, cuja ênfase deve recair sobre os aspectos que chamaram a atenção nos programas eleitorais daquele dia e sobre a maneira como os participantes avaliaram os candidatos e seus partidos;

4º passo - Assistir ao programa eleitoral televisivo em tempo real.

5º passo - Discutir os programas exibidos (o que chamou mais a atenção, o que gostou, o que não gostou, sinceridade dos candidatos, recursos técnicos, tempo disponível, temas abordados, presença de artistas, etc.) e, com o objetivo de avaliar a

dinâmica grupal pode-se, após cerca de 1 hora de discussão, distribuir um questionário em que se solicita que os participantes avaliem comparativamente, tanto os candidatos, quanto os seus programas em vários tópicos: saúde, educação, desemprego, políticas sociais, etc. No final do questionário solicita-se que o participante esboce novamente sua intenção de voto, escrevendo por extenso o nome do candidato em quem irá votar e

6º passo - Para avaliar a mudança ou a manutenção de intenção de voto (resposta do disco X última pergunta do questionário) deve-se solicitar a cada um dos participantes que se manifeste oralmente.

4.2. O papel do coordenador/moderador de grupos focais

O moderador é um dos principais responsáveis pelo sucesso dos grupos focais. Apesar de contar com o apoio de um grupo de colaboradores, dentre os quais destacam-se os recrutadores, cabe a ele a responsabilidade de preencher os quatro requisitos para o sucesso dos grupos focais, segundo Merton, Fiske e Kendall (1990), a saber: i) cobrir o máximo possível o tópico, ii) conseguir que o grupo ofereça informações mais específicas; iii) promover interações que permitam explorar, em profundidade, os sentimentos dos participantes e iv) levar em conta o contexto pessoal que os participantes usam para construir suas respostas.

Em outras palavras, é preciso que o moderador tenha habilidade técnica para lidar com grupos e apóie suas intervenções numa teoria que descreva o funcionamento de grupos.

A habilidade técnica expressar-se-á pela competência em:

- i) intervir o mínimo possível no funcionamento do grupo;
- ii) incentivar o envolvimento de todos, principalmente nos momentos em que houver polarização que ameace a manifestação de outros participantes;
- iii) identificar e explorar aquelas opiniões promissoras para a compreensão das razões e significados da escolha e/ou conduta dos participantes;
- iv) ter agilidade e flexibilidade para introduzir elementos novos, sob a forma de perguntas, se o grupo se tornar redundante e repetitivo.

A fundamentação teórica do coordenador ajudará não só na seleção dos aspectos a serem observados, como também na análise e interpretação dos resultados. Um coordenador, cuja base teórica se apóie na Psicologia dos Processos Grupais, poderá enfocar, por exemplo:

- i) direção da comunicação intragrupal: a quem se dirige;
- ii) tipos de apelo persuasivo – afetivo, racional ou físico;
- iii) tipos de confrontos estabelecidos;
- iv) alianças intragrupais;
- v) disposição espacial entre oponentes e aliados.

4. 3. Análise e interpretação dos resultados

A análise e interpretação dos resultados de um grupo de discussão devem partir da transcrição de todas as fitas de vídeo e/ou fitas cassetes, e levar em conta fundamentalmente as perguntas formuladas no início da pesquisa. Cabe destacar que as respostas que esta técnica pode vir a dar são um pouco diferentes daquelas obtidas em entrevistas individuais em profundidade.

Os seguintes aspectos devem ser avaliados:

- i) amplitude da compreensão que se pretende alcançar, que pode ser obtida em duas dimensões. A do plano horizontal, que surge a partir dos comentários e argumentos esboçados durante a discussão e da verbalização de opiniões divergentes e convergentes; e a do plano vertical, fruto da comparação entre todos os grupos de discussão de modo a identificar persistentes manifestações verbais e não verbais afetivas e argumentativas;
- ii) o plano de análise grupal e interindividual, mais do que individual – que é o caso das entrevistas em profundidade;
- iii) descrição do processo grupal em que as opiniões são manifestadas, em que pese a influência do líder sobre os outros membros do grupo; forças opositoras; compartilhamento de significados positivos e/ou negativos atinentes a partidos políticos e candidatos.

4.4. Alguns exemplos da pesquisa eleitoral presidencial de 1998, realizada com grupos de discussão

Um dos pontos importantes a se ratificar é o de que as pessoas avaliam questões políticas com base no seu cotidiano, o que fica bastante evidente nos grupos focais. As discussões partem do que acontece em casa, no bairro, na cidade e no país. Há que assinalar, contudo, que em alguns momentos essas mesmas pessoas revelam certa incompreensão acerca de questões econômicas e políticas mais complexas.

Três exemplos podem ajudar a ilustrar. O primeiro se refere à percepção no cotidiano de que há polaridades no mundo: ‘nós’, os pobres, excluídos e injustiçados e ‘eles’, os ricos, inseridos e injustos. Em um grupo de discussão, encorajado a opinar sobre a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), um dos participantes disse:

“Então você vê, você vai comprar um arroz que custa este valor, nem canjiquinha você compra por este preço. Eu queria que eles viessem aqui em baixo e fossem viver com um salário mínimo.”

O segundo exemplo ilustra a avaliação do governo, feita pelo eleitor, com base na experiência concreta, o que foi criticado por outro participante. No último grupo de discussão, um eleitor do Lula perguntou para uma eleitora de FHC o que havia melhorado

na sua vida com o governo de FHC, mas adiantou-se a ela e acrescentou: -*“Não me diga que você comprou televisão e geladeira na Brasimac em não sei quantas prestações e que conseguiu casar!”* Seu comentário foi acompanhado de risos pelos outros membros do grupo e comentários paralelos, numa referência nítida à resposta típica do eleitor de FHC, qual seja, a de que houve controle da inflação através do Plano Real, o que permitiu a aquisição de bens pela classe pobre.

O terceiro exemplo trata da incompreensão acerca de questões mais complexas da política. Num grupo de discussão, dois eleitores do Lula reclamavam a uma eleitora do FHC que o atual presidente e candidato viajava muito para o estrangeiro e não acompanhava o que estava acontecendo no Brasil. A eleitora do FHC dizia que isto era muito bom para o Brasil, porque ele representava o país lá fora. No calor da discussão, um dos eleitores de Lula disse :

“Você só vê as coisas saindo daqui e não vê nada chegando de lá pra cá”

A eleitora de FHC retrucou:

“Mas isto é muito bom! As coisas saindo mais do que entrando!”

A resposta subentendia a compreensão do conceito de balança comercial positiva a que ela estava se referindo, ou seja, o de que exportar é mais importante do que importar, que não parecia muito claro para aquele eleitor do Lula, que fazia referência apenas às freqüentes viagens de FHC ao exterior. A discussão parecia estar apoiada em planos de entendimento diversos. Deste modo, o debate se desenrolou e nenhum participante se preocupou em esclarecer o que estava acontecendo. Isto retrata, em parte, a realidade cotidiana das interações humanas em que as opiniões são formadas, de modo que boa parte delas passa a ser adotada acriticamente.

Nos grupos focais também ficou bastante evidente o jogo de ‘influenciação’ social. Naqueles em que havia dois ou três fortes defensores de seus pontos de vistas, a tentativa de reorientação dos valores e crenças dos indecisos iniciava-se rapidamente. Ao final da sessão alguns diziam que mudaram sua intenção de voto depois do grupo, pois ali puderam esclarecer algumas de suas dúvidas. Quando havia uma divisão mais eqüitativa de definidos e ao mesmo tempo oponentes o eixo da discussão recaía sobre a argumentação a favor do seu candidato e do partido e de críticas em relação aos adversários. Ficou claro que o poder de ‘influenciação’ é limitado. Quando a pessoa já tem uma opinião formada sua preocupação centra-se na sustentação de seus pontos de vista, ao passo que o indeciso fica vulnerável e busca encontrar algum apoio social.

Enfim, ainda que o grupo focal não represente realisticamente a conversa do botequim, da fila de ônibus e da roda de amigos, ele pode lançar luz sobre o entendimento do processo social de formação das opiniões dos eleitores.

5. Conclusão

Com este artigo tentou-se dar uma pequena contribuição quanto às possibilidades de utilização das entrevistas em profundidade e grupos focais na investigação de questões políticas. Tal iniciativa encontra justificativa, principalmente, na ausência de bibliografia a respeito do assunto no Brasil.

As pesquisas de opinião pública estão apoiadas fortemente numa abordagem quantitativa e a utilização de metodologias qualitativas pode ser considerada como uma alternativa ainda pouco explorada. Cabe assinalar contudo, o crescimento de sua prática nas últimas eleições, particularmente na elaboração das estratégias de marketing político.

A principal vantagem da abordagem qualitativa é que ela se apresenta como um recurso que permite compreender o contexto pessoal, no caso da técnica de entrevista em profundidade, e grupal, em se tratando dos grupos focais, a partir dos quais são construídas as opiniões e a visão de mundo dos participantes que avaliam os candidatos, os partidos políticos e decidem sobre o seu voto.

Sobre o caso particular da pesquisa utilizada como exemplo, acredita-se que a conjugação das entrevistas em profundidade com os grupos de discussão ampliou as possibilidades de análise do pensamento dos eleitores, revelando em cada tipo de abordagem facetas extremamente ricas e muitas vezes surpreendentes dos horizontes cognitivos dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOZA FILHO, Rubem. & MAGALHÃES, Raul Francisco. (1997) As eleições municipais de 1996: a tese da municipalização e a força nacional dos partidos. *Comunicação e Política*. Vol. IV (1): 38-49, (janeiro-abril).
- BARDIN, Lawrence. (1977) *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70.
- BION, W. (1961) *Experiences in group*. Londres, Tavistock Institute.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (1986) *Dicionário de política*. Tradução: Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini, Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- BOGARDUS, E. S. (1926) The group interview, *Journal of Applied Sociology*, 10: 372-382.
- CARLINI-COTRIM, Beatriz. (1996) Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias, *Revista Saúde Pública*, 30 (3): 285-93.
- EDMUNDS, Holly. (1999) *The focus group: Research handbook*. Chicago, NTC Business Book/American Marketing Association.

- FIGUEIREDO, Rubens. (2000) O marketing político: entre a ciência e a razão. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.) *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, p.11- 41.
- GUESS, Raymond. (1988) *Teórica crítica: Habermas e a escola de Frankfurt*. Tradução: Bento Itamar Borges. São Paulo, Papirus.
- HOLZKAMP, K. (1977) Pressupostos antropológicos ocultos da psicologia geral. In: GADAMER, Howard G. & VOGLER, P. (orgs.) *Nova antropologia*. Coordenador da edição brasileira: Egon Schaden. São Paulo, EPU, Ed. Universidade de São Paulo, vol. 5:169- 200.
- KRÜGER, Helmuth. (1986) *Introdução a psicologia social*. São Paulo, EPU.
- MAGALHÃES, Raul Francisco. (1993) A ciência política e o marketing eleitoral: algumas elaborações teórica. *Comunicação & Política*. Vol 1 (3):127-38.
- MAGALHÃES, Raul Francisco e VEIGA, Luciana Fernandes. (2000) Manipulações cognitivas da político: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.) *Marketing político e persuasão eleitoral*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, p.205 – 231.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1997) *Os termos chaves da análise do discurso*. Lisboa, Gradiva.
- MERTON, Robert King, FISKE, Marjorie & KENDALL, Patricia L. (1990) *The focused interview: a manual of problems and procedures*. New York, Free Press.
- MORALES, Jose Francisco. (org.) (1997) *Psicología social*. Madrid, McGraw-Hill.
- MORGAN, David. (1988) *Focus group as qualitative research*. Newbury Park, Sage Publication.
- MYERS, David G. (1999) *Social psychology*. New York, McGraw-Hill College.
- PICHÓN-RIVIERE, Enrique. (1975) *El proceso grupal: Da psicanálise à psicologia social*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision.
- RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal & JABLONSKI, Bernardo. (2000) *Psicologia social*. Petrópolis, Vozes.
- SCHULTZ, Alfred. (1974) *El problema de la realidad social*. Buenos Aires, Amorrortu.
- SCHULTZ, William. (1978) *Psicoterapia pelo encontro*. São Paulo, Atlas.
- SCHERMERHORN, John R. ; HUNT, James G. & OSBORN, Richard N. (1999) *Fundamentos de comportamento organizacional*. Tradução: Sara Rivka Gedanke. Porto Alegre, Bookman.
- WEISS, Robert S. (1994) *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*. New York, The Free Press.

Apatia e Alheamento Político numa Sociedade Paralisada: os limites da nova democracia chilena

Edward C. Epstein

University of Utah

Resumo

A noção de “sociedade paralisada” usada aqui para descrever a democracia chilena contemporânea pretende sugerir um determinado sistema político em que a probabilidade de mudança significativa resultante de eleições e negociações foi reduzida a um mínimo. Tendo em vista os dispositivos políticos restritivos impostos pelo regime militar de Pinochet à nova democracia, tais como a figura dos senadores nomeados e a lei eleitoral “binomial” que aumenta de modo muito desproporcional a representação do maior grupo minoritário pode-se afirmar que o poder político estava destinado a ser dividido quase igualmente entre as forças de centro e centro-esquerda agrupadas na coalizão da Concertación e seus oponentes da direita, num aparente desrespeito à vontade dos eleitores. A questão central deste artigo se relaciona com os efeitos prováveis que este imobilismo político pode ter sobre os chilenos à medida que eles se conscientizam de que as forças políticas que representam uma maioria popular têm capacidade limitada para realizar as mudanças desejadas. O tipo de efeito sugerido aqui se concentra na apatia e no alheamento político existentes.

Palavras-chave: democratização, apatia política, imobilismo político, Chile

Abstract

The notion of a “stalemate society” used here to describe contemporary Chilean democracy is meant to suggest a particular political system where the likelihood of significant change resulting through elections and bargaining has been reduced to a minimum. Given restrictive political provisions imposed by the Pinochet military regime upon the new democracy such as the constitutionally-sanctioned appointed Institutional Senators and the “binomial” election law which dramatically over-represents the largest minority group one can argue that political power was meant to be almost equally divided between those center and center-left forces grouped in the Concertación coalition and those opposing them on the political right, in seeming disregard of what the voters wanted. What is raised as the central question for examination in this essay relates to the likely effects such entrenched political immobilism may have had on Chileans as they became aware that the political forces representing a popular majority had only a limited ability to achieve the changes sought. The type of effect suggested here focuses on existing political apathy and alienation.

Key words: democratization, political apathy, political immobilism, Chile

A noção de “sociedade paralisada” usada aqui para descrever a democracia chilena contemporânea pretende sugerir um determinado sistema político em que a probabilidade de mudança significativa resultante de eleições e negociações foi reduzida a um mínimo. Tendo em vista os dispositivos políticos restritivos impostos pelo regime militar de Pinochet à nova democracia, tais como a figura dos senadores nomeados e a lei eleitoral “binomial” que aumenta de modo muito desproporcional a representação do maior grupo minoritário (Valenzuela, 1991, pp.50-53; Scully, 1995, p.125), pode-se afirmar que o poder político estava destinado a ser dividido quase igualmente entre as forças de centro e centro-esquerda agrupadas na coalizão da Concertación e seus oponentes da direita, num aparente desrespeito à vontade dos eleitores.¹ Os esforços para eliminar o que Garretón (1994, p.224) chamou de “enclaves autoritários” da Constituição e tornar o sistema mais representativo foram repetidamente rejeitados pelo Congresso durante a década de 1990 (Garretón, 1994, p.226; Oppenheim, 1999, p.205). A questão central deste artigo se relaciona com os efeitos prováveis que este imobilismo político pode ter sobre os chilenos à medida que eles se conscientizam de que as forças políticas que representam uma maioria popular têm capacidade limitada para realizar as mudanças desejadas.

O tipo de efeito sugerido aqui se concentra na apatia e no alheamento político existentes. Acredito que valha a pena estudar essas reações em termos do que elas podem contribuir para a compreensão dos aspectos mais qualitativos da democratização e da consolidação da democracia no Chile. No nível conceitual, graus variados de apatia e alheamento podem ser vistos como marcadores em um *continuum* que mede o apoio ao regime e a legitimidade da democracia atual. Do ponto de vista da teoria da participação democrática, níveis significativos de apatia são considerados prejudiciais para a sustentabilidade do regime, uma vez que indicam apoio fraco dos cidadãos (Pateman, 1970). Os momentos de crise econômica, tais como o que ocorreu inesperadamente no Chile em 1999, imediatamente antes da eleição presidencial, são bastante reveladores sobre o funcionamento da democracia (Haggard & Kaufman, 1995).

¹ Apesar de um voto agregado maior para os candidatos da Concertación em todas as eleições legislativas a partir de 1989, a combinação de senadores institucionais nomeados e do uso da fórmula de eleição “binomial” sempre resultou no controle pela oposição da maioria do Senado. Em consequência, a oposição pode bloquear qualquer legislação que seus membros não aprovem.

Este artigo se divide em quatro grandes seções e uma conclusão. Na primeira seção, apresentam-se e discutem-se estatísticas sobre registro de eleitores, abstenção e votos em branco ou nulos nos dez anos de redemocratização chilena. Na segunda seção, comentam-se os dados de opinião pública sobre apoio à democracia em geral, sobre instituições específicas do Estado democrático e sobre questões particulares. Uma terceira seção analisa a questão do crescente desinteresse pela política expresso por muitos jovens chilenos em idade eleitoral que nunca se preocuparam em se alistar como eleitores. Por fim, a última seção substantiva busca explicar o declínio notável do apoio popular aos partidos políticos, com atenção especial ao enfraquecimento do partido mais importante, o Democrata Cristão. A conclusão aborda o que essas várias tendências indicam em relação à noção sugerida de crescimento da apatia e do alheamento político ligado ao atual regime político. Os números surpreendentemente apertados da recente eleição presidencial de 1999/2000 fazem parte do contexto desses resultados.

Eleições na nova democracia chilena

A participação eleitoral no Chile, tal como em outros lugares, reflete as circunstâncias institucionais que governam tais atos. Um desses fatos pertinentes é que a atual legislação eleitoral chilena impõe a obrigatoriedade do voto a todos os eleitores registrados,² mas o registro inicial é voluntário (González, 1994 (ed.): Art. 15; Aravena, 1997, p.6). O alto grau de registro de eleitores e de comparecimento às urnas que marcou o plebiscito de 1988 (quando o eleitorado rejeitou mais um mandato presidencial para Pinochet)³ e as subseqüentes eleições competitivas de 1989 para a presidência e para ambas as casas do Congresso sugerem o notável entusiasmo inicial dos chilenos em relação à saída do país da ditadura militar. Contudo, com o tempo, os números da participação diminuíram, à medida que as eleições se tornavam eventos mais normais, em que parecia haver menos em jogo (Lehmann, 1998, p.42). A tabela 1 divide a participação eleitoral no período 1989-2000 em porcentagens de não registrados, abstenção, votos em branco e votos nulos.

² Multas equivalentes a 50-200 dólares podem ser impostas a quem deixa de votar sem motivo justificado, mas essas multas são geralmente perdoadas por anistias futuras. Alguns municípios são mais ativos do que outros na cobrança de multas (García Rodríguez, 1999).

³ Cerca de 93% dos cidadãos em idade eleitoral se registraram para o plebiscito de 1988 e somente 2,4% deles se abstiveram de votar (Agüero et al., 1998, p.168).

TABELA 1
Participação eleitoral no Chile, 1989-2000

		1989	1992	1993	1996	1997	1999*	2000**
% não registrados		7,9	8,9	10,2	15,0	15,9	--	--
% abstenção	P	2,7		8,8			10,1	9,5
	D	5,3		8,7		12,8		
	M			10,2		12,3		
% votos em branco	P	1,1		1,9			0,8	0,6
	D	2,4		3,5		4,2		
	M		3,0		3,4			
% votos nulos	P	1,5		3,7			2,2	1,4
	D	2,7		5,3		13,5		
	M		6,0		7,9			

Notas: P= eleição presidencial; D= eleição de deputados; M= eleição municipal

* Primeiro turno ** Segundo turno -- Sem informação

Fontes: "% não registrados" calculada a partir de dados publicados em *Temas Públicos*, citado em Lehmann 1988:43, e Ministerio del Interior 2000, exceto para 1997, que vem de Servicio Electoral 1998:9; "% abstenção", "% votos em branco" e "% votos nulos", todos de Ministerio del Interior 2000, exceto "% abstenção" para 1989, que vem de Servicio Electoral 1998:20

O total dos que não se registraram combinado com o dos que se registraram mas não votaram é considerado como representando os indivíduos que demonstram apatia política. Um *survey* nacional feito pouco depois das eleições de 1997 indica que os não votantes são desproporcionalmente jovens e com um grau um pouco maior de instrução do que o votante médio (Lehmann, 1998, p.45).⁴ Tendo em vista sua quantidade crescente, essa categoria de jovens não-votantes é suficientemente importante para ser discutida em separado adiante.

Como se poderiam caracterizar os que votaram em branco e os que anularam o voto? Embora se possa presumir uma grande diferença entre esses grupos, com o primeiro sendo motivado pela apatia, enquanto que o segundo indicaria alheamento da política, essa distinção talvez seja um pouco exagerada. Usando dados reconfigurados da mesma pesquisa,⁵ a tabela 2 sugere uma visão um pouco mais complexa.

⁴ Os que votaram em branco ou nulo eram mais velhos do que os não registrados ou que se abstiveram. Eram semelhantes em idade aos que votaram em algum candidato, um pouco mais do sexo feminino do que aqueles que apoiaram a Concertación, mas semelhantes aos que votaram na oposição, e um pouco mais de classe média do que os eleitores da Concertación, embora menos do que os eleitores da oposição (Lehmann, 1998, p.32).

⁵ O autor agradece a gentileza da sra. Carla Lehmann e do Centro de Estudios Públicos, de Santiago, pelo fornecimento do conjunto de dados sobre as eleições legislativas de 1997 e pela permissão para realizar uma análise secundária das informações.

TABELA 2
Razões para voto em branco ou nulo - Eleição Legislativa de 1997
(% da coluna)

Razões	Votos em branco	Votos nulos
a. Eu queria protestar contra o sistema	5,1	20,5
b. Os políticos em geral não se preocupam com os problemas do povo	32,2	27,0
c. Estou desiludido com o governo atual	0,0	1,6
d. Sou contra o voto obrigatório	8,5	1,6
e. Nenhum candidato me interessou	37,3	31,1
f. Esta eleição não tinha importância	1,7	0,0
g. Os políticos não me interessam	15,3	12,3
h. Não sei em quem votei	0,0	2,5

Fonte: Reconfigurado a partir de Lehmann 1998.

Aqui, as respostas dadas à questão de por que alguém votou em branco ou nulo estão ordenadas, da escolha mais alheada àquela que indica apenas falta de informação, um claro sinal de apatia. Os que anularam o voto têm maior probabilidade de escolher a resposta “a”, em que seu ato é diretamente identificado como um “protesto contra o sistema”, mas ambos os grupos mostraram quase a mesma probabilidade de apoiar a resposta “b”, indicando falta de confiança nos políticos, aqui vista como sugerindo também um grau considerável de alheamento, embora menor do que em “a”. Em sentido similar, ambos os grupos tiveram quase a mesma probabilidade de escolher a resposta “e”, que não eram atraídos por nenhum candidato, ou a resposta “g”, expressando ausência de interesse por política, as duas opções mais importantes para indicar apatia. O pressuposto original sobre voto em branco *versus* voto nulo talvez devesse ser modificado para sugerir que os eleitores de ambos os tipos provavelmente indicam uma escala de sentimentos que vão da apatia ao alheamento, ainda que o segundo grupo seja plausivelmente mais marcado pelo alheamento.

Porém, a tendência geral no sentido do crescimento lento da apatia e do alheamento mostrada pelas estatísticas pode ser, ao menos em parte, contestada pelos resultados das recentes eleições presidenciais de 1999-2000, realizadas em dois turnos. Se a abstenção (e provavelmente o não-registro também, como sugeriu *El Mercurio*, ed. internacional, 11-17 de março de 1999, p. 3; 10-16 de junho, p. 5) continuou a crescer, a quantidade de votos em branco e nulos foi a menor até hoje registrada. O virtual colapso do considerável número de votos nulos que haviam causado tanta preocupação nas

eleições legislativas de 1997 (*El Mercurio*, ed. int., 11-17 de dezembro, 1997, p.1; Aravena 1997, p.6; Lagos 1998) deve-se provavelmente à disputa apertada pela presidência e ao aumento das expectativas de que o resultado das eleições poderia trazer mudanças. O primeiro turno terminou no que a imprensa chamou de “empate estatístico” entre o candidato da Concertación, Ricardo Lagos, e o da oposição, Joaquín Lavín, resolvido finalmente no segundo turno. Isso não aconteceu nas duas eleições anteriores, que se definiram no primeiro turno a favor de Patricio Aylwin e Eduardo Frei, ambos democratas-cristãos. A possibilidade de mudanças significativas com Lagos, o primeiro candidato socialista vitorioso depois de Salvador Allende, será abordada na conclusão.

Democracia, instituições políticas e questões-chave

As estatísticas eleitorais possibilitam uma visão geral do padrão de lento crescimento da apatia e do alheamento no Chile, mas são menos úteis para conectar essas reações dos cidadãos com possíveis causas políticas. Nesta parte do artigo, a discussão da nova democracia chilena é aprofundada com o uso de uma série de pesquisas de opinião pública feitas ao longo do tempo, com perguntas que investigam a visão geral a respeito do regime democrático, a avaliação das várias instituições políticas que influenciam seu funcionamento e questões políticas específicas dos anos 90. Esses dados compõem a tabela 3, onde se podem observar tendências e fazer comparações em cada uma das três categorias mencionadas.

TABELA 3
Opinião pública chilena 1990-1998 (em %)*

Áreas	1990	1991	1992	1993	1995	1996	1997	1998
a. Satisfação com a democracia chilena (total de "alguma" e "muita")	75	60	37	44	35	39	44	36
b. Confiança nas instituições (total de "alguma" e "muita")								
Igreja católica	76	--	--	--	--	60	66	63
Banco Central		--	--	--	--	50	44	41
Carabineiros	59	--	--	--	--	40	40	39
Marinha	**	--	--	--	--	39	41	34
Força Aérea	**	--	--	--	--	39	42	34
Governo	--	--	--	--	--	35	27	30
Sindicatos	48	--	--	--	--	37	31	30
Polícia investigativa	--	--	--	--	--	29	28	29
Exército	41	--	--	--	--	36	34	29
Administração pública	49	--	--	--	--	31	24	--
Judiciário	44	--	--	--	--	25	16	22
Câmara de Deputados	**	--	--	--	--	26	20	21
Senado	63	--	--	--	--	27	20	20
Partidos políticos	--	--	--	--	--	14	14	14
c. Avaliação (em %) do desempenho do governo em áreas selecionadas****								
Estabilidade de emprego	+7	--	--	--	-21	-2	-8	-18
Situação dos Hospitais	+8	--	--	--	-17	-8	-17	-24
Segurança do cidadão	-23	--	--	--	-4	-18	-58	-43
Meio ambiente	+29	--	--	--	+11	-11	-23	-40
Acesso a Moradia	+19	--	--	--	+12	+25	+20	+11
Oportunidade para os jovens	--	--	--	--	-19	-10	-6	-28
Qualidade da educação	--	--	--	--	--	--	+22	+11
Pobreza	--	--	--	--	--	--	-24	-32
Desigualdade social	--	--	--	--	--	--	-24	-32

Notas: * As pesquisas do CERC aqui utilizadas são amostras por cota realizadas trimestralmente em todas as cidades de 40 mil habitantes ou mais, representativas de cerca de 67% da população chilena; -- dados inexistentes; ** incluídos com o Exército em "Forças Armadas" *** incluído com Senado em "Parlamento"; **** condições "melhores" (+) menos condições "piores" (-). **Fontes:** "Satisfação com a Democracia Chilena", Centro de la Realidad Contemporanea [CERC, 1998c; "Confiança nas Instituições", CERC, 1998b, P.104; "Avaliação do Desempenho do Governo", calculado a partir de CERC, 1998 a, p.107.

Como se pode ver, a porcentagem dos que expressam satisfação com a democracia chilena declinou acentuadamente após 1991, com a soma dos que expressam "alguma" ou "muita" satisfação não alcançando mais a maioria do total. Fica claro também que o nível de satisfação sobe nos anos de eleições nacionais, para depois cair de novo. A noção de que os eleitores sentem-se melhor em relação à democracia durante uma campanha de nível nacional será tratada nas conclusões.

É interessante observar que as três principais razões – por ordem de importância – dadas para a insatisfação com a democracia chilena em 1998 eram: "soluções desejadas pelo povo não são implementadas", "o que foi prometido não é feito" e "desigualdades sociais/somente os ricos se beneficiam". As três correspondem a 41% das

respostas negativas (CERC, 1998c, p.110). Elas sugerem falta de confiança dos respondentes nos que comandam o sistema democrático.

Do mesmo modo, a confiança popular nas principais instituições declina claramente entre 1990 e os anos mais recentes. A Igreja Católica, os carabineiros (polícia federal) e o Congresso, por exemplo, tinham o apoio da maioria no início da década, mas em 1998, somente a Igreja continuava merecedora de confiança da maioria dos cidadãos. De grande importância é a posição extremamente baixa ocupada nas últimas pesquisas pelo judiciário, por ambas as casas do Congresso e pelos partidos políticos. Em particular, os partidos receberam a confiança pública mais fraca, com somente 14% dos entrevistados expressando “alguma” ou “muita” confiança neles. O papel dos partidos na democracia chilena é tratado com mais detalhes adiante.

O mesmo quadro negativo reaparece quando se pede ao povo para avaliar as áreas de atuação do governo. A medida citada na tabela 3 é uma tentativa de comparar as respostas positivas com as negativas, subtraindo as segundas das primeiras. O resultado é então apresentado positivamente (indicado por um “+”) ou negativamente (por um “-“). O desempenho do governo foi uniformemente classificado como positivo em 1991 em todas as áreas, exceto “segurança do cidadão”, mas o nível de satisfação declinou significativamente em anos recentes. Em 1998, apenas “acesso à moradia” e “qualidade da educação” receberam uma avaliação positiva. A “segurança” ainda era vista como a área menos satisfatória quando se tornou uma questão-chave das eleições de 1999-2000, mas tinha agora a companhia do “meio ambiente”, “situação dos pobres” e “desigualdade social”. Deve-se observar que a pobreza foi foco de uma atenção oficial considerável nos governos de Aylwin e Frei e a equidade foi posta ao lado do crescimento econômico no slogan da campanha da Concertación de 1989 (Ruiz-Tagle, 1997; Mideplan, 1999; Epstein, 1997, pp.3-6). A equidade voltaria como tema eleitoral na campanha de Lagos de 1999 (*El Mercurio*, ed. int., 6-12 de janeiro, 2000, p. 4). Embora parte da insatisfação popular com a maioria das políticas do governo possa refletir a exaustão natural de uma coalizão governante depois de dois mandatos consecutivos (Agüero, 1999, p.2), parece haver uma percepção de que muitas dessas políticas não foram especialmente eficazes.

Os dados de opinião pública aqui registrados sobre a democracia chilena, suas instituições e seu desempenho em várias áreas sugerem um padrão geral de distanciamento dos cidadãos em relação ao sistema político, às vezes acusado de uma abordagem elitista/tecnocrata das decisões políticas (Garretón, 1994, p.228; 1999, pp.11-12; Baño, 1997 a, pp.20-21). São os mesmos cidadãos que, diante da opção “em geral o país está sendo administrado por uns poucos interesses em busca de seu benefício próprio” ou “para o benefício do povo”, escolheram em 82% dos casos a alternativa mais cínica em 1998. Ao contrário, em 1990 a resposta mais idealista ganhou por uma margem de 48 a 39% (CERC, 1998b, p.65). Muitos dos que dirigem o Chile agora não parecem gozar de tanta confiança do cidadão médio como no início do atual período democrático.

As pesquisas do CERC mostram o interesse público pela política começando em níveis bastante modestos e depois declinando fortemente a partir de 1995. Os que afirmam se interessar “muito” ou “um pouco” pela política viram sua participação no total cair de 46%, antes das eleições de 1989, para algo entre 23 e 26% no período 1995-98. Do outro lado, os que expressam “nenhum interesse por política”, cresceram de 27% em 1989 para 40-47% durante o governo Frei (CERC, 1998c, p.96).⁶ Os números para os anos recentes indicam um grau de apatia política quase análogo ao da soma dos não registrados para votar em 1997 a todas as abstenções, todos os votos em branco e muitos votos nulos. Como mostrarei a seguir, níveis altos de apatia são especialmente característicos de muitos jovens chilenos que demonstram um desinteresse crescente pela política convencional.

Política democrática e os jovens

A baixa participação política dos jovens chilenos é facilitada pela natureza voluntária do registro eleitoral. Um número cada vez maior dos que atingem a idade adulta não se preocupa em se alistar. A tabela 4 divide a porcentagem dos eleitores por faixa etária para as eleições de 1989, 1993 e 1997.⁷

TABELA 4
Voto por idade ao longo do tempo (%)

Eleições	1989	1993	1997
Faixa etária			
18-29	35,99	28,58	19,89
30-39	22,62	25,66	27,90
40-49	16,15	17,70	20,26
50-59	11,74	12,28	14,11
60-69	8,08	9,10	9,86
70 e acima	5,42	6,68	7,89
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Servicio Electoral de Chile, 1998, P.7

A tabela 4 deixa claro que o declínio contínuo do grupo de 18-29 anos enquanto porcentagem da população total produz o relativo aumento da presença dos eleitores pertencentes às outras faixas etárias.

O efeito do não-registro sobre esse declínio relativo do voto dos jovens é sugerido pela forte queda em números absolutos daqueles na faixa entre 18-19 anos registrados para votar nas mesmas eleições.

⁶ Uma categoria adicional incluída na mesma questão do CERC era a de “pouco interesse” pela política.

⁷ Embora a fonte destes números não identifique claramente o tipo de eleição à qual estão relacionados, pode-se presumir que estas estatísticas correspondem às eleições legislativas ocorridas nestes três anos.

TABELA 5
Registro de eleitores ao longo do tempo para a faixa de 18-19 anos

Eleições	1989	1993	1997
Total	304.599 (100,0%)	243.985 (100,0%)	85.586 (100,0%)
Homens	163.588 (53,7%)	132.410 (54,3%)	51.623 (60,3%)
Mulheres	141.011 (46,3%)	111.569 (45,7%)	33.963 (39,7%)

Fonte: Servicio Electoral de Chile 1998:7

O número absoluto dos jovens de 18-19 anos que se registram para votar declinou continuamente de 1989 até 1997, de cerca de 305 mil para apenas 86 mil oito anos depois. Se supormos que o grupo de 18-19 anos da população em geral não encolheu durante esse tempo, trata-se de uma queda muito grande num período muito curto. Está claro que uma grande parte dessa mudança ocorreu nos quatro anos correspondentes aos primeiros dois terços do governo Frei, quando o declínio no registro se acelerou.⁸ Os números da mesma tabela revelam que entre os que não se alistaram havia mais mulheres do que homens e que a relutância delas em votar cresceu mais do que a dos homens ao longo do tempo. É óbvio que os jovens não se interessaram pela política eleitoral no passado recente. Ao contrário, a apatia parece estar bastante disseminada e aumentar entre esses novos cidadãos potenciais.

Ao estudar as atitudes políticas dos chilenos com os dados desagregados por faixa etária, Garretón e Villanueva (1999, p.42, p.46) concluem que as percepções dos jovens raramente são muito diferentes das dos mais velhos. Porém, eles tiveram a opção legal de não se registrar para votar e, assim, optar por ficar fora da política.

Nos anos anteriores ao golpe de 1973, muitos jovens chilenos poderiam se destacar como mais ideológicos e inclinados a assumir atitudes de confronto, mas essas diferenças desapareceram em larga medida nos anos 90, quando foram absorvidos pelo consenso popular voltado para uma visão mais instrumental da política, caracterizada por expectativas bastante modestas do que agora é possível por meio da democracia atual (Garretón & Villanueva, 1999, p.47, p.67). Os autores apontam para uma parte da juventude de hoje, os que estão agora na faixa dos 25-29 anos, que foram particularmente afetados pela mobilização em torno do plebiscito de 1988, quando entravam na vida adulta. Embora muitos sejam apáticos ou alheios à política, os que continuam mais idealistas estão mais inclinados a expressar essa atitude mediante atividades patrocinadas pela Igreja, em vez de por meio de partidos políticos (Garretón & Villanueva, 1999, p.68). Essa escolha reflete provavelmente a posição atual de descrédito dos partidos referida anteriormente.

⁸ O governo Frei foi considerado por muitos observadores como especialmente inclinado a uma abordagem “tecnocrática”, algo que pode reforçar a percepção dos cidadãos de um governo distante do povo (Baño, 1997 a, p.20).

O papel reduzido dos partidos políticos no Chile

Tendo em vista a importância atribuída à ligação do Estado com a sociedade por uma parte significativa da literatura acadêmica sobre a transição para a democracia e sua consolidação (ver Haggard & Kaufman, 1995, pp.14-15, p.139, p. 153, p.370), as informações sobre a situação atual dos partidos políticos chilenos parece bastante relevante para este estudo da apatia e do alheamento político. Tal como descrito em uma das fontes, os partidos desempenham um papel muito mais limitado agora do que aquele que tiveram em eventos nem tão antigos, como as mobilizações populares da década de 1980 (Agüero et al., 1998, pp.180-181). Deve-se presumir que é durante uma campanha política efetiva de proporções nacionais que a política consegue sua maior projeção para os cidadãos. Em um estudo das eleições presidenciais de 1993, cerca de 69% dos cidadãos que expressavam preferência por um dos candidatos afirmaram que nunca foram contatados por algum partido político durante a campanha.⁹ O mesmo artigo contrastava as campanhas eleitorais dos partidos anteriores ao golpe com as de hoje em termos de substituição da cooperação voluntária de militantes pelos esforços de organizações profissionais contratadas para distribuir panfletos e telefonar para os eleitores (Agüero et al., 1998, pp.174-175). A menor eficácia dessa comercialização das campanhas eleitorais pode ser o motivo do notável sentimento de distância da política revelado por muitos cidadãos. Comentários similares são sugeridos por outros autores com referência a “uma certa autonomia da política que está se tornando um negócio especializado dos políticos” (Baño, 1999, p.13).

Como mostra a tabela 6, o apoio individual a partidos políticos específicos mudou consideravelmente no período 1989-1998.

TABELA 6
Apoio individual a partidos políticos, 1989-1998 (em %)

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996*	1997	1998 ⁺
Partidos										
PDC	38	34	29	32	33	35	28	23	25	22
PPD	9	17	16	9	12	8	10	11	9	11
PS	1	9	5	6	7	7	6	8	7	8
RN	10	12	10	10	7	7	10	9	9	8
UDI	4	6	8	5	4	4	4	6	6	7
PR	2	2	2	1	1	0	--	0	--	--
PC	1	2	2	1	2	2	2	3	2	3
Outros	17	1	2	3	3	3	6	5	4	1
Nenhum	12	9	10	--	17	--	22	21	12	22

Notas: PDC-Partido Demócrata Cristão; PPD-Partido Pela Democracia; PS-Partido Socialista; RN-Renovação Nacional; UDI-União Democrática Independente; PR-Partido Radical; PC-Partido Comunista.

* média de três meses; + média de dois meses; -- informação inexistente.

Fonte: CERC 1998b:132.

⁹ O interessante é que o mesmo estudo sugere que a televisão pode desempenhar um papel surpreendentemente pequeno na decisão dos eleitores (Agüero et al., 1998, p.176).

O dado mais importante é a erosão evidente da posição dominante do PDC. Na segunda metade dos anos 90, seu número de simpatizantes tornou-se quase igual ao da soma dos que apóiam os socialistas e o Partido pela Democracia, os dois grupos que compõem o centro-esquerda da Concertación. O triunfo avassalador de Ricardo Lagos sobre o democrata cristão Andrés Zaldívar na eleição primária de maio de 1999 que escolheu o candidato à presidência da Concertación (*El Mercurio*, ed. int., 27/5-2/6 1999, pp. 1-2) foi um marco nesse declínio de apoio ao longo de uma década. Após o decepcionante primeiro turno da eleição presidencial mais recente, importantes partidários de Lagos acusaram seus aliados do PDC de não controlar a deserção de seus correligionários mais conservadores para a direita. Essa falta de apoio ao PDC, que forçou o segundo turno de janeiro de 2000, parece ter vindo especialmente de indivíduos de classe média baixa e de classes mais baixas (*La Tercera*, 13 de dezembro de 1999, ed. na internet). Igualmente significativo é o forte aumento da porcentagem dos chilenos que se declaram independentes de qualquer partido, que praticamente dobrou em dez anos. Essa mudança é paralela à diminuição da confiança nos senadores e deputados entre 1988 e 1998, de 43% para 23% e 22% respectivamente, e em todos os políticos, de 30% para 18%, no mesmo período (CERC, 1998b, p.105). A imagem recente muito negativa dos partidos fica clara no aumento de 56% para 65%, entre 1996 e 1998, da porcentagem dos chilenos que concordam com a afirmativa de que “os interesses dos partidos têm pouco a ver com os interesses da sociedade” (CERC, 1998b, p.115).

A debilidade da ligação com os partidos políticos que supostamente representam a sociedade pode indicar uma “crise das organizações sociais” caracterizada por “níveis crescentes de desarticulação e até atomização” (Baño, 1999, p.12; 1997b). A percepção disseminada de distância da política sentida por muitos cidadãos e os níveis resultantes de apatia parecem estar ligados, ao menos em parte, à mudança na natureza e na função dos partidos políticos. Os líderes do PDC e do PS parecem ter aprovado a perda do caráter de partidos de massa socialmente enraizados e ao menos tacitamente aceito o modelo de uma sociedade desmobilizada, tal como exigido para o sucesso de uma economia de mercado (Epstein, 1997, pp.2-4; Roberts, 1998, pp.120-121; Oxhorn & Ducatzenzeiler, 1998, p.10).

Conclusão

O sentimento crescente de distância entre os cidadãos chilenos e o que é supostamente o governo deles refletiu-se tanto na opinião pública como no comportamento eleitoral. Muitas pessoas sentem que têm pouca influência sobre um governo que parece inclinado a evitar o debate público sobre questões controvertidas (Garretón, 1999, p.12). Não surpreende que as eleições nacionais sejam ocasiões em que a satisfação dos cidadãos com sua democracia revive temporariamente, para depois cair quando a política retorna à rotina. É óbvio que durante a campanha eleitoral os políticos e

os partidos precisam fazer um esforço maior para estabelecer contato com eleitores potenciais. Mas mesmo nesse ponto, as recentes mudanças observadas na percepção dos partidos políticos levantam dúvidas sobre a eficácia desses contatos.

A falta de interesse e a frustração em relação à política parecem ter influenciado o declínio do registro de eleitores entre aqueles que chegam à idade eleitoral, o aumento da taxa abstenção, apesar do voto obrigatório, e o crescimento do número de votos em branco e nulos – pelo menos até a eleição de 1999-2000. Considero esse comportamento eleitoral uma indicação do crescimento da apatia política e até mesmo de algum alheamento da política.

Embora seja provável que uma parte da abstenção crescente e do não registro possa simplesmente refletir uma satisfação básica com o modo como a democracia chilena administrou a economia antes da recessão de 1999, as informações oferecidas aqui sugerem que muitos chilenos têm relativamente pouca confiança na maioria de suas instituições básicas e questionam a atuação do governo em muitas áreas da administração.

A tabela 7 apresenta dados comparativos entre países sul-americanos sobre três questões possivelmente relacionadas, consideradas relevantes para a discussão do que poderia ser chamado de “qualidade” da democracia chilena: baixo interesse dos cidadãos pela política, eficácia percebida do voto e importância presumida dos militares na política.

TABELA 7
A democracia chilena em comparação

Democracia	<i>Baixo interesse em política (%)*</i>	<i>Eficácia do voto (%)**</i>	<i>Poder dos militares (%)***</i>
Argentina	77	63	5
Bolívia	79	51	22
Brasil	77	60	20
Chile	81	49	40
Colômbia	75	43	28
Equador	73	58	46
Peru	75	52	36
Venezuela	83	49	49

Notas: * “Baixo interesse em política é medido somando as respostas “pouco interesse” e “nenhum interesse”; ** “Eficácia do voto” está baseado naqueles que pensam que votar pode trazer um futuro melhor; *** “Poder dos militares” reflete a escolha dessa instituição como uma das mais poderosas do país.

Fonte: Apoyo Opinión y Mercados 1997:20, 23, citando Latinobarómetro 1996.

A comparação das respostas chilenas com as de outras democracias da América do Sul no mesmo ano de 1996 indica que a situação política no Chile pode ser um pouco pior do que em outros casos. Entre as oito democracias pesquisadas, o Chile ocupa o segundo lugar em “baixo interesse pela política”, empatou em segundo lugar em baixa “eficácia do voto” e ficou em terceiro na questão sobre “influência dos militares”.

Em termos das noções mais gerais de democracia (ver Karl, 1991, pp.164-165), pode-se afirmar que o atual arranjo institucional chileno tem aspectos que degradam sua essência de democracia plenamente significativa. Dito em linguagem consoante com os dados de pesquisas aqui apresentados, a influência militar constante sobre questões políticas importantes pode produzir o sentimento de que o resultado das eleições dificilmente irá mudar o Chile para melhor, reduzindo assim o interesse dos cidadãos pelos processos políticos. Tal como sugeri no início deste artigo, o que muitos chilenos percebem hoje é uma “sociedade paralisada”, em que o voto dificilmente produzirá mudanças importantes no equilíbrio do poder, situação que traduz provavelmente o que os conselheiros militares pretendiam quando criaram a atual Constituição e as peculiares regras eleitorais vigentes a partir de 1989 (Bosworth & Munck, 1997, pp.9-10).

Os dois turnos da eleição presidencial de 1999-2000 introduzem algumas variações no padrão de participação política discutido aqui, tendo em vista a forte queda ocorrida no número de votos em branco e nulos. Devem os chilenos interessados pela situação de sua democracia continuar preocupados com o que foi interpretado anteriormente como sinais de apatia e alheamento políticos, ou os resultados da eleição legislativa de 1997 devem ser considerados um fenômeno passageiro? Em nossa visão, é preciso aprofundar a discussão para compreender melhor as últimas eleições.

Uma resposta superficial sobre a saúde da democracia chilena atribui a mudança no comportamento eleitoral ao quase empate do primeiro turno e o conseqüente interesse gerado por esse resultado. Por sua vez, muitos observadores procuraram explicar o empate em termos da recessão inesperada de 1999 que causou um desejo de punir a Concertación com um voto na oposição (Cavallo, 1999), ou em termos do medo que os mais conservadores podem ter sentido diante de um candidato socialista. Embora essas análises não estejam erradas, elas talvez não dêem conta da sutileza do que provavelmente aconteceu.

De uma perspectiva um pouco diferente, este artigo procura ligar importantes aspectos de estilo da campanha recente à mencionada queda no número de votos em branco e nulos e oferecer uma explicação mais profunda do que aconteceu. Desse ponto de vista, Lavín, de forma muito astuta, decidiu não somente se distanciar dos partidos políticos impopulares, fazendo uma campanha independente, como fez um esforço concertado para se aproximar de partes da população em geral. Logo de início, utilizou um questionário distribuído em lugares públicos ou feito por telefonemas aleatórios que perguntava aos chilenos sobre as necessidades percebidas (*El Mercurio*, ed. int., 8-14 de abril, p. 4). Quando perguntaram a Lagos sobre essa consulta pública aos eleitores que se sentiam isolados ou ignorados pelos partidos tradicionais, o candidato da Concertación parece não ter percebido o que estava acontecendo, respondendo que todos sabiam quais eram os principais problemas do país. Depois, enquanto Lagos passava semanas tentando resolver os conflitos entre os diferentes partidos de sua coalizão, Lavín conquistava eleitores com sua bem divulgada “caminata” com pequenos grupos de

cidadãos em todo o Chile, discutindo os problemas locais face a face com o povo (*El Mercurio*, ed. int., 8-14 de julho, p. 4; Agüero 1999:2). Somente depois que perdeu quase toda a vantagem no surpreendente primeiro turno de dezembro foi que Lagos procurou “reconquistar as ruas”, imitando as táticas personalistas de campanha de Lavín antes do segundo turno de janeiro (*El Mercurio*, ed. int., 6-12 de janeiro de 2000, p. 4).

O que sugiro aqui é que muitas das pessoas que em eleições passadas haviam votado em branco ou nulo podem ter-se persuadido a votar em Lavín, atraídas por sua campanha populista que sugeria que ele era diferente dos políticos tradicionais, tão desconsiderados por muitos chilenos. Essa especulação baseia-se na identidade de muitos dos que não haviam apoiado qualquer candidato em eleições anteriores. Em termos de gênero, classe social e nível de instrução, aqueles que votaram em branco ou nulo nas eleições legislativas de 1997 parecem muito mais próximos demograficamente dos eleitores que então apoiaram um candidato de oposição (Lehmann, 1998, p.32). Esses eleitores anteriormente apáticos ou alheados podem ter sido conquistados pelo candidato da oposição na eleição seguinte.

O importante declínio do número dos que votaram em branco ou nulo ainda deixa os observadores da política eleitoral chilena com o problema da ascensão, também em 1999-2000, da abstenção e da quantidade de jovens que não se registraram para votar. Aqueles que escolheram alguma forma de não participação não foram atraídos por Lavín ou por qualquer outro candidato. Eles continuam sendo um segmento importante da população que permanece fora do sistema político, cujo comportamento político se caracteriza aqui como influenciado pela apatia. A pesquisa pós-eleitoral de 1997 utilizada neste artigo sugere que esses não-participantes são demograficamente diferentes daqueles que vão às urnas, mas não votam válido. Eles serão muito mais difíceis de atrair enquanto a política chilena continuar a parecer tão distante das questões que eles julgam importantes.

Se as eleições legislativas de 1997 provocaram uma preocupação talvez excessiva com o grau de apatia e alheamento político, tendo em vista os resultados da eleição presidencial mais recente, mesmo assim ainda há muitos indivíduos com pouco interesse pelo sistema político em funcionamento hoje. Acredito que uma parte significativa do problema se relaciona com as condições de paralisia da sociedade, em que as preferências eleitorais não se traduzem em mudanças políticas desejadas. O terceiro governo da Concertación, chefiado pelo presidente Ricardo Lagos, ainda tem de enfrentar os gargalos institucionais que Aylwin e Frei não conseguiram superar, tais como a presença dos senadores institucionais, o voto “binomial” e o poder dos militares. Com efeito, muitas pessoas podem ser céticas sobre as possibilidades de mudança (Agüero, 2000, p.4). Se Lagos também fracassar, pode-se prever que a quantidade de apatia e alheamento político irá crescer nas eleições futuras, minando a qualidade da nova democracia chilena. A recente recepção entusiástica oferecida pelos militares ao general Pinochet quando de sua volta da detenção na Grã-Bretanha não é um bom augúrio para

aqueles que esperam que a democracia chilena faça mais sentido para uma grande proporção de seus cidadãos (*La Tercera*, 4 de março de 2000, versão na internet).

BIBLIOGRAFIA

- AGÜERO, Felipe (1999) *Second Round Needed to Break Virtual Tie in Chilean Presidential Election*. Miami, North-South Center paper, University of Miami.
- _____ (2000) *Second Round in Chile: Lagos Wins Third Consecutive Presidential Term (2000-2006) for Concertación*. Miami, North-South Center paper, University of Miami.
- AGÜERO, Felipe, et al. (1998) Votantes, partidos e informação política: la frágil intermediación política en el Chile post-autoritario. *Revista de Ciencia Política*, Pontificia Universidad Católica de Chile, Vol. XIX(2):159-193
- APOYO OPINIÓN Y MERCADOS (1996) *El Perú en el Latinobarómetro 96*. Lima, PROMPERU.
- ARAVENA, Pamela (1997) Por que 4 millones de chilenos prefieren no votar?: el derecho a automarginarse. *El Mercurio*, ed. internacional., 18-24 de dezembro.
- BAÑO, Rodrigo (1997a) La tranquilidad de un gobierno que descansa en la economía. In ROJAS, Francisco (org.) *Chile 96: análisis y opiniones*. Santiago, Nueva Serie FLACSO, p.19-28.
- _____. (1997b) *Apatía y sociedad de masas en la democracia chilena actual*. Santiago, Nueva Serie FLACSO.
- _____. (1999) La ropa sucia se lava en... la medida de lo posible. In: *Análisis del año 1998: sociedad - política - economía*. Santiago, Depto. de Sociología, Universidad de Chile, p. 11-23.
- BOSWORTH, Jeffrey, e MUNCK, Gerardo. (1997) Political Parties in Post-Pinochet Chile. Trabalho apresentado no congresso internacional da Latin American Studies Association, Guadalajara, México, Abril.
- CAVALLO, Ascanio. (1999) Las 50 claves de las campañas de Lagos y Lavín, *La Tercera*, 11 de dezembro, edição na internet.
- CENTRO DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA [CERC]. (1998a) *Barómetro CERC*, Março.
- CENTRO DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA [CERC]. (1998b) *Barómetro CERC*, Julho.
- CENTRO DE LA REALIDAD CONTEMPORÁNEA [CERC]. (1998c) *Barómetro CERC*, Setembro.
- EPSTEIN, Edward. (1997) Organized Labor in the New Chilean Democracy: The Politics of Demobilization. Trabalho apresentado no Congresso Mundial da International Political Science Association, Seul, Coréia do Sul, Agosto.
- GARCÍA RODRÍGUEZ, Juan. (1999) Entrevista pelo autor com o Diretor do Servicio Electoral, Santiago, 23 de abril.
- GARRETÓN, Manuel (1994). The Political Dimension of Processes of Transformation in Chile. In: SMITH, William, ACUÑA, Carlos, e GAMARRA, Eduardo (orgs.) *Democracy, Markets, and Structural Reform in Latin America*. New Brunswick, NJ, Transaction/North-South Center, University of Miami, p.217-233.
- _____. (1999) Pinochet y las revanchas de la democratización incompleta. *Mensaje*, Vol. XLVIII, 7-12, (janeiro-fevereiro):.

- GARRETÓN, Manuel, e VILLANUEVA, Tamara, (1999) *Política y jóvenes en Chile: una reformulación*. Santiago, Corporación Participa.
- GONZÁLEZ, Carlos (org.) (1994) *Constitución política de la República de Chile actualizada*. Santiago, Publibey.
- HAGGARD, Stephan e KAUFMAN, Robert. (1995) *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton, Princeton University Press.
- KARL, Terry. (1991) Dilemmas of Democratization in Latin America. In: RUSTOW, Dankwart e ERICKSON, Kenneth (orgs.) *Comparative Political Dynamics*. New York, Harper Collins, p. 163-191.
- LAGOS, Marta. (1998) Chilenos: críticos, no todavía ciudadanos. *Mensaje*, Vol. XLVII: 466, 5-9 (janeiro).
- LEHMANN, Carla. (1998) *Estudio nacional de opinión pública n.º 7, Tercera Serie, Diciembre 1997-Enero 1998* (Tema Especial: Situación post elecciones parlamentarias; elecciones 1999). Santiago, Documento de Trabajo n.º 283, Centro de Estudios Públicos, agosto.
- Ministerio del Interior, República de Chile, <http://www.elecciones.gov.cl:8000>. (2000) Información electoral histórica. Santiago.
- Ministerio de Planificación y Cooperación [MIDEPLAN]. (1999) *Pobreza y distribución del ingreso en Chile, 1998*. Santiago, junho.
- OPPENHEIM, Lois. (1999) *Politics in Chile; Democracy, Authoritarianism, and the Search for Development*. Boulder, CO, Westview.
- OXHORN, Philip, e DUCATENZEILER, Graciela. (1998) Economic Reform and Democratization in Latin America. In: OXHORN, Philip e DUCATENZEILER, Graciela (orgs.), *What kind of Democracy? What kind of Market? Latin America in the Age of Neoliberalism*. University Park, PA, Penn State Press, p.3-19.
- PATEMAN, Carol. (1970) *Participation and Democratic Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ROBERTS, Kenneth. (1998) *Deepening Democracy? The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru*. Stanford, Stanford University Press.
- RUIZ-TAGLE, Jaime. (1997) Pobreza y distribución de ingresos en Chile: evolución en los últimos años. *Mensaje*, Vol. XLVI: 41-45, (dezembro).
- SCULLY, Timothy. (1995) Reconstituting Party Politics in Chile. In MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy (orgs.) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, p. 100-137.
- SERVICIO ELECTORAL, CHILE. (1998) *Abstención elección parlamentaria 1997*. Santiago.
- VALENZUELA, Arturo, (1991) The Military in Power. In: DRAKE, Paul e JAKSIC, Ivan (orgs.) *The Struggle for Democracy in Chile*. Lincoln, University of Nebraska Press, p. 21-72.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares

Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina

Lucio R. Rennó

Candidato a PhD em Ciência Política, University of Pittsburgh

Resumo

Apesar do debate sobre os vetores da relação entre confiança interpessoal e democracia, está claro que a confiança interpessoal é a variável central no estudo da cultura política e do capital social. Este artigo examina alguns dos pressupostos básicos das teorias da cultura política e do capital social sobre confiança interpessoal, utilizando dados de pesquisas na América Latina. Em primeiro lugar, analisa quais são os tipos de comportamento político mais fortemente afetados pela confiança interpessoal e em que países essa confiança se correlaciona com mais frequência com outras medidas de comportamento político que se espera teoricamente que se correlacionem com ela. Em segundo lugar, avalia quais são as variáveis que estimulam a existência da confiança interpessoal naqueles países em que a confiança não exerce uma influência significativa em outras formas de comportamento político. Portanto, a questão que este artigo enfrenta é se a confiança inter-pessoal é importante como elemento definidor do comportamento político, e onde ela é, por que alguns indivíduos mostram níveis mais altos de confiança interpessoal do que outros.

Palavras-chave: cultura cívica, confiança interpessoal, comportamento político, América Latina

Abstract

Despite the debate about the vectors of the relation between interpersonal trust and democracy, it is clear that interpersonal trust is a central variable in the study of political culture and social capital. This article tests some of the basic assumptions of political culture and social capital debates about interpersonal trust using survey data from Latin America. First it analyzes what are the kinds of political behavior that are more strongly affected by interpersonal trust and in what countries does interpersonal trust correlate with more often with other measures of political behavior that it is theoretically expected to relate with. Second, the article evaluates what are the variables that stimulate the existence of interpersonal trust in those countries where trust does play a significant role in affecting other forms of political behavior. Hence, the puzzle that this article addresses is if interpersonal trust matters as a defining element of political behavior, and where it does, why do some individuals show higher levels of interpersonal trust than others do.

Key words: civic culture, interpersonal trust, political behavior, Latin America

Introdução

A confiança interpessoal, a obediência às leis e a confiança nas instituições são consideradas componentes centrais de um padrão cultural democrático. Vários autores sustentam que há uma relação direta e positiva entre valores políticos de massa, como os mencionados acima, e a estabilidade dos regimes democráticos (Almond & Verba, 1981; Putnam, 1995; Inglehart, 1988, 1997). Outros afirmam que a relação entre sucesso do regime e cultura política não é tão direta. Muller e Seligson (1994), por exemplo, argumentam que a direção da relação não pode ser determinada a priori; na verdade, a democracia levaria à confiança interpessoal e não o contrário.

Apesar desse debate sobre os vetores da relação entre confiança interpessoal e democracia, está claro que a confiança interpessoal é a variável central no estudo da cultura política e do capital social. Este artigo examina alguns dos pressupostos básicos das teorias da cultura política e do capital social sobre confiança interpessoal, utilizando dados de pesquisas na América Latina.¹ Em primeiro lugar, analisa quais são os tipos de comportamento político mais fortemente afetados pela confiança interpessoal e em que países essa confiança se correlaciona com mais frequência com outras medidas de comportamento político que se espera teoricamente que se correlacionem com ela. Em segundo lugar, avalia quais são as variáveis que estimulam a existência da confiança interpessoal naqueles países em que a confiança não exerce uma influência significativa em outras formas de comportamento político. Portanto, a questão que este artigo enfrenta é: a confiança interpessoal é importante como elemento definidor do comportamento político? E onde ela é, por que alguns indivíduos mostram níveis mais altos de confiança interpessoal do que outros?

A confiança interpessoal tem importância?

A cultura política é definida classicamente como o conjunto de orientações subjetivas de cidadãos, inclusive valores, crenças e conhecimento sobre o sistema político (Almond & Verba, 1981; Inglehart, 1988; Putnam, 1993). A cultura é vista como um comportamento influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas.

A confiança interpessoal é um dos principais valores culturais associados ao comportamento político. Uma longa tradição, de Maquiavel aos mais recentes estudos sobre capital social, está centrada nas conseqüências da confiança para o sistema político. Uma hipótese central dessa literatura tão diversificada é que a cultura cívica exige altos níveis de confiança interpessoal. Quanto mais confiança existe, mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia.

¹ Ver Apêndice A para uma descrição dos dados.

Robert Putnam afirma essa relação com muita clareza em sua obra clássica *Making Democracy Work*. Em seu esforço para explicar o sucesso das instituições democráticas, ele questiona a relação entre modernidade econômica, cultura cívica e estabilidade do regime democrático. Seu objetivo é testar se a cultura cívica influencia o sucesso da democracia mantendo sob controle o desenvolvimento econômico.

De acordo com Putnam, a cidadania numa comunidade cívica se caracteriza inicialmente por uma participação nos assuntos públicos. A preocupação com as questões públicas e a devoção às causas públicas, em contraste com as considerações individualistas e imediatas, são aspectos essenciais da virtude cívica. Um exemplo de falta de virtude cívica apontado por Putnam é o “familismo imoral”, conceito aplicado por Banfield para caracterizar os padrões de comportamento do sul da Itália.² A idéia básica que está por trás do “familismo imoral” é que os indivíduos agem orientados pelo desejo de obter o máximo de vantagens para sua família nuclear e pelo pressuposto de que os outros irão agir da mesma forma. O resultado geral é uma situação em que as pessoas só interagem na esfera privada, abandonando a esfera pública.

Uma segunda característica de uma comunidade cívica é que ela implica igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos. Esse tipo de comunidade tem sua união mantida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação entre cidadãos e não por relações verticais de dependência e autoridade (Putnam, 1993, p.102). A rede de controles e equilíbrios criada pelos laços de cooperação horizontal é um modo de limitar o abuso de poder, impondo restrições à ação de todos os cidadãos e fazendo com que os líderes respondam perante a comunidade.

Confiança, solidariedade e tolerância são outros atributos do comportamento cívico. Isso significa que uma cultura cívica permite a coexistência de pontos de vista divergentes. Por outro lado, a confiança reforça a ação coletiva, pois minimiza os comportamentos oportunistas, que podem ser entendidos como uma preferência por atos isolados e imediatistas, em vez de envolvimento em empenhos coletivos (Putnam, 1993, p.103). O “familismo imoral” baseia-se na preponderância de comportamentos oportunistas orientados para maximizar o ganho privado. Uma vez que os indivíduos agem guiados somente por seus interesses imediatos, o alcance das estratégias disponíveis é amplo, incluindo atitudes não necessariamente orientadas por restrições legais ou morais.

Por fim, uma prática que fortalece as normas e valores sociais de uma comunidade cívica é a participação voluntária em associações cívicas. Essas organizações instilam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Elas contribuem também para o funcionamento geral do regime democrático ao canalizar demandas e organizar a participação.

² Esse mesmo conceito é aplicado ao estudo da América Latina por Reis (1995).

Da série de elementos que compõem uma cultura cívica, a confiança interpessoal pode ser vista como o mais decisivo de todos.³ Na concepção de Putnam, a confiança é um pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância pela diversidade de opiniões. Uma pessoa confia em outra porque tem certas expectativas sobre o modo como essa outra pessoa vai reagir. Nesse sentido, a confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos.

A idéia de capital social, definido como as “características de uma organização social tais como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, oferece *insights* valiosos sobre o papel da confiança interpessoal (Putnam, 1993, p.177). A cooperação espontânea é acentuada pela presença de elementos de capital social. Recursos como a reputação e a confiabilidade individual, ambas ligadas à confiança, possibilitam a melhoria econômica pessoal. “A confiança é um componente básico do capital social”, uma vez que é a base para a formação de redes sociais (Putnam, 1993, p.180). A confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.

Num esforço para teorizar sobre confiança, Putnam destaca dois componentes que são essenciais para sua definição. O primeiro é a reciprocidade. A confiança é essencialmente um conceito relacionado com a interação entre atores. Em sociedades onde os atores acreditam que o comportamento confiante será recompensado e que a interação contínua em um período de tempo cria um padrão duradouro de reciprocidade, a cooperação é muito mais viável. O segundo elemento da confiança é que ela pode criar dependência de trajeto. Os ciclos virtuosos que estimulam a cooperação e a ação coletiva tendem a durar tanto quanto os ciclos viciosos de desconfiança e alternativas hierárquicas, hobbesianas. A confiança constrói-se durante um longo período de tempo e, uma vez estabelecida, tende a continuar no tempo, ainda que exija constante exercício.

Esses argumentos teóricos são testados por Putnam usando indicadores agregados de civismo, tais como quantidade de associações voluntárias, um índice de participação política que inclui resultados de eleições e referendos e diversidade de meios de comunicação. Apesar da criatividade de seu modelo, ele não diz nada sobre crenças e valores individuais.

A motivação inicial de Ronald Inglehart, em seu esforço contínuo de compreender melhor as ligações entre atitudes políticas e estabilidade de regime, é exatamente complementar o estudo de Putnam usando referentes empíricos em nível individual dos principais elementos que compõem a síndrome da cultura cívica (1988). A principal

³ A centralidade da confiança pode ser exemplificada por um número recente de *Political Psychology* (19:3) dedicado a estudos de capital social. Embora a confiança não seja a única variável considerada, ela certamente tem um papel essencial na maioria dos estudos.

hipótese é que a estabilidade de regime é altamente influenciada pelas orientações culturais dos cidadãos. Um padrão de comportamento coerente, constituído de satisfação de vida e política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente, é essencial para o sucesso de um regime democrático. Inglehart baseia-se na caracterização anterior de Almond e Verba da cultura cívica, que é definida pela presença de altos níveis de orgulho das instituições políticas, sentimentos de competência política e, de novo, confiança mútua.

De acordo com Inglehart, a confiança é um pré-requisito para a formação de associações secundárias e é essencial para a participação política. Uma vez que é fundamental para a percepção de que os contratos serão respeitados, a confiança também é necessária para garantir o respeito à lei. A conclusão de Inglehart é que a cultura cívica desempenha um papel central na definição da viabilidade do governo democrático. A cultura é anterior ao regime político, portanto afeta seu desempenho.

O artigo de Muller e Seligson (1994) questiona as conclusões de Inglehart, argumentando que ele, na verdade, inverte a relação causal entre cultura e democracia. Na visão deles, a maioria das atitudes de cultura cívica não tem qualquer impacto significativo nas mudanças na democracia. Mais do que isso, a confiança interpessoal é um efeito e não uma causa da estabilidade democrática. A persistência da democracia no tempo provoca um aumento do nível de atitudes de cultura cívica porque altos níveis de consciência política subjetiva, orgulho pelo sistema político e confiança interpessoal são uma resposta racional, culta à experiência de viver em um país que tem um regime democrático estável. Uma vez que a democracia estimula os grupos de ação coletiva pacífica, ela reforça a difusão do comportamento confiante.

De acordo com Muller e Seligson, a democracia se estabelece por motivos diferentes do que o civismo do público geral. Na verdade, a desigualdade de renda é a variável explicativa mais importante da estabilidade do regime. Portanto, a estabilidade democrática precede as orientações subjetivas e não pode ser explicada por elas. Características sistêmicas, agregadas do regime político parecem ter uma influência maior em sua estabilidade do que crenças e atitudes individuais. Contudo, Muller e Seligson (1994, p.647).reconhecem que “os indicadores de item único de atitudes de cultura cívica usados por nós e por Inglehart são imperfeitos demais e que relações causais mais fortes poderiam ser encontradas com índices de itens múltiplos mais confiáveis”.

Numa tentativa recente de avaliar o impacto das orientações de atitude sobre o sistema político, Seligson (1998) sustenta que a maioria dos estudos de cultura política e estabilidade de regime desconsidera as advertências de Przeworski e Teune sobre falácias ecológicas. Seligson salienta que as tentativas de ligar variáveis de nível micro com resultados de nível macro podem incorrer em descobertas espúrias. Para avaliar essa questão metodológica, Seligson repete os testes de Inglehart sobre a relação entre confiança e estabilidade democrática. Olhando somente para a distribuição dos casos em um gráfico de dispersão que tem a confiança como uma variável independente e o grau

de democracia de um regime como dependente, Seligson mostra que podem ser facilmente detectadas correlações espúrias. Países que têm grau ao mesmo tempo alto e baixo de confiança apresentam nível alto de democracia e quando alguns casos são apagados da análise, confiança e democracia co-variam negativamente. Isso significa que a relação inicial observada por Inglehart deve-se, na verdade, a alguma outra variável não incluída em seu modelo. Significa também que uma característica específica dos regimes apagada por Seligson (1998, p.15) em sua repetição da análise anterior pode conter uma explicação melhor para a distribuição original dos países conforme seus padrões culturais.

Seligson está chamando a atenção para um aspecto crítico dos estudos culturais baseados em dados de *surveys*. Não se deve fazer inferências de dados de nível individual para o nível de sistema simplesmente porque, ao fazer isso, aumenta a margem para resultados espúrios. Ao considerar somente dados de nível individual no processo de inferir fenômenos macro, uma série de variáveis contextuais é ignorada. Ao não controlar essas variáveis, não há garantia de que o estudo não será tendencioso.

Com isso em mente, Seligson passa a testar a relação entre variáveis cruciais do modelo de cultura cívica no nível individual. Sua primeira descoberta é que os componentes da síndrome da cultura cívica definida por Inglehart têm uma correlação muito fraca nos casos estudados. Em termos práticos, Seligson questiona a existência de uma síndrome com base no fato de que seus componentes não estão relacionados entre eles. Uma segunda conclusão, ainda mais espantosa e com implicações que questionam a maioria dos pressupostos da teoria do capital social e da cultura política, é que há uma correlação muito baixa entre confiança e um indicador de participação política dos cidadãos. Segundo ele, a confiança afeta o comportamento político dos indivíduos de maneira limitada (1998, p.28). Seligson questiona as supostas ligações entre confiança interpessoal e participação política. Uma questão que surge de suas conclusões é quão exatos são os pressupostos de que a confiança afeta outras formas de engajamento político.

Baseando-se na abordagem de Seligson sobre os estudos de cultura política, este artigo pretende testar algumas das relações entre confiança interpessoal e comportamento político defendidas pela literatura existente. A teoria do capital social, bem representada pelo estudo de Putnam realizado na Itália, sustenta que a confiança interpessoal está relacionada com a participação em associações cívicas, o envolvimento em questões públicas, o comportamento de obediência à lei e a confiança nas instituições como aparato de solução de conflitos. Em suma, a confiança estimula a participação e a interação para além da esfera restrita da vida privada e estimula o engajamento nos assuntos públicos. Surpreendentemente, essas relações ainda não foram testadas na América Latina, exceto pela tentativa de Seligson (1998, p.28) de verificar a influência da confiança na ação de “trabalhar para uma questão que afeta a comunidade a qual alguém pertence”. Não obstante a importância do primeiro passo de Seligson, a maioria das outras ligações teoricamente supostas entre confiança interpessoal e comportamento

político não foram verificadas em termos empíricos.⁴

Mas uma coisa deve ser salientada. Ainda que distintos países sejam considerados nesta análise, as inferências feitas limitam-se ao nível individual. Os países são marcos de amostra para os indivíduos selecionados. Não há interesse em explicar a estabilidade da democracia ou qualquer outro fenômeno de nível agregado típico. O que será avaliado são as motivações individuais para participar em empreendimentos coletivos e se envolver com questões públicas, e como a confiança medida no nível individual aumenta a propensão do cidadão a participar em ações coletivas.

Dados e análises

Usando dados do Latinobarômetro 1996, serão testadas nos países latino-americanos as conexões entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas, participação política, atitudes em relação ao regime político, comportamento de obediência às leis e a confiança nas instituições. Os casos foram escolhidos por duas razões. A primeira é prática. Os dados disponíveis do Latinobarômetro são muito mais abrangentes para os propósitos deste artigo do que os disponíveis no World Values Survey e nas edições recentes do Eurobarômetro. Uma vantagem do Latinobarômetro é que contém uma ampla variedade de questões que podem ser usadas como indicadores de participação em associações, envolvimento em questões públicas, obediência às leis e confiança nas instituições. A força da relação entre confiança e as várias formas de comportamento e atitudes políticas pode ser testada nesse conjunto de dados, enquanto que em outros, seria extremamente limitado.

Um segundo motivo, de importância essencial, para utilizar o Latinobarômetro é teórico. Os países latino-americanos, como se pode ver nos trabalhos de Seligson (1998) e Inglehart (1997) são os que têm menor confiança interpessoal, em comparação com as democracias norte-americanas e europeias. Os dados de 1996 indicam que mais de dois terços de todos os latino-americanos não confiam em seus concidadãos. Se há um lugar onde a ausência de confiança deve ter um efeito no comportamento político, esse lugar é a América Latina. A longa herança autoritária e as recentes mudanças institucionais no sentido da democratização do regime político e da diminuição da intervenção do Estado na economia também conferem a esses países um status especial na discussão sobre os elementos que estimulam a participação política. A falta de cidadania e o desrespeito dos direitos civis na América Latina, apontados por vários estudiosos (O'Donnell, 1996; Reis, 1995; Baquero, 1994; Karl, 1996) ainda são muito pouco compreendidos. O estudo da confiança interpessoal pode oferecer algumas explicações para a ausência de participação política e de envolvimento público dos cidadãos desses países.

⁴ Booth e Richard (1998) e Seligson (1999) testaram alguns dos supostos do capital social na América Latina, mas não verificaram a amplitude das variáveis que são influenciadas pela confiança interpessoal. Eles se concentram no impacto da confiança no apoio à democracia ou no contato com políticos eleitos.

As tabelas seguintes ajudarão a identificar o impacto da confiança no comportamento político. Em primeiro lugar, as relações entre confiança interpessoal e outros indicadores de comportamento político são estatisticamente significativas? A confiança afeta alguma dessas atitudes ou desses comportamentos? Desse modo, alguns dos principais pressupostos teóricos sobre a influência da confiança interpessoal na participação em associações cívicas, na participação política, nas perspectivas sobre o respeito à lei e julgamentos sobre o regime político podem ser testados. Em segundo lugar, quais são os diferentes efeitos da confiança sobre o comportamento político nos distintos países? Nesse caso, a preocupação é com o quanto a confiança interpessoal afeta o comportamento político em diferentes contextos. As tabelas subseqüentes indicarão a importância da confiança interpessoal para o comportamento político nos vários países da América Latina.

Todas as tabelas incluem as magnitudes das associações estatisticamente significativas entre confiança e os vários indicadores de comportamento político que a teoria pressupõe estarem relacionados com a confiança interpessoal. Será verificado se a relação existe e como as atitudes confiantes afetam o comportamento político. As tabelas oferecem informações sobre como alguns referentes empíricos de comportamento político podem ser preditos com o conhecimento da confiança interpessoal.⁵ Em todas as tabelas, a confiança interpessoal é medida por uma resposta dicotômica à seguinte questão: pode-se confiar na maioria das pessoas, ou deve-se tomar cuidado ao tratar com os outros?

A tabela 1 verifica a relação entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas. Somente três tipos de associações muito comuns foram incluídos, graças principalmente a sua capacidade de influenciar diretamente o sistema político: sindicatos, associações voluntárias e partidos políticos. A teoria sustenta que a confiança é um pré-requisito para a participação em associações cívicas. Fica claro que os resultados obtidos na tabela 1 contradizem essa idéia. A relação entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas não é estatisticamente significativa na maioria dos casos. Na verdade, a hipótese nula sobre a associação entre confiança e participação em sindicatos só é rejeitada em 11% dos países, 24% em associações cívicas e 11% de novo com relação a partidos políticos. Quando há uma relação estatisticamente significativa, ela é inexpressiva e na direção oposta à esperada pela teoria. A confiança interpessoal e a participação em associações cívicas co-variavam negativamente: o aumento na primeira leva à diminuição na segunda. Quando há mais confiança mútua, há menos necessidade de participar em associações cívicas.

⁵ Uma medida assimétrica PRE para variáveis de nível ordinal, Sommer's D, foi usada para avaliar a influência da confiança interpessoal nos outros indicadores de comportamento político. A significação estatística das relações foi avaliada usando-se qui-quadrado. No momento, estou interessado somente em avaliar as relações bivariadas entre confiança e outras atitudes políticas. Os testes bivariados nunca são tão robustos e severos quanto os testes multivariados, porém eu quero propositadamente "distribuir as cartas" em favor da confiança interpessoal, a fim de avaliar sua relevância empírica.

TABELA 1
Confiança interpessoal e participação em associações cívicas.*¹

País	Sindicatos	Associações voluntárias	Partidos políticos
Argentina	-	-	-
Bolívia	-	-	-0,01
Brasil	-	-0,05	-0,03
Colômbia	-	-	-
Costa Rica	-	-0,06	-
Chile	-	-	-
Equador	-	-	-
El Salvador	-	-0,04	-
Guatemala	-0,05	-0,04	-
Honduras	-	-	-
México	-	-	-
Nicarágua	-	-	-
Panamá	-0,03	-	-
Paraguai	-	-	-
Peru	-	-	-
Uruguai	-	-	-
Venezuela	-	-	-
% significativa	11	24	11

*Relações estatisticamente significantes a 0,05.

¹ Para o tamanho da amostra em cada país, ver o apêndice D

A tabela 2 relaciona confiança interpessoal com participação política dos cidadãos. Os indicadores escolhidos se referem a atividades que exigem um papel ativo do cidadão e foram todos medidos numa escala de quatro níveis, indo de participação freqüente a nenhuma. Trata-se de ações que têm custos e que requerem um compromisso forte do indivíduo. A interação entre indivíduos e a preocupação com as questões públicas estão implícitas no ato de tentar mudar a opinião política dos outros, de trabalhar por uma questão que afeta sua comunidade e trabalhar para um partido político ou candidato. Todos esses casos podem contribuir para testar os pressupostos teóricos de que a confiança está associada ao envolvimento em questões públicas.

Os resultados são muito mais satisfatórios do que os anteriores relacionados com a participação em associações. Em especial, tentar convencer os outros de suas idéias políticas e trabalhar num partido político estão relacionados com a confiança em mais de 40% dos casos. Em quatro países, a confiança está ligada a todas essas formas de participação política. Parece que o envolvimento com questões políticas específicas e a interação com outros relacionada com essas questões são afetados pela confiança, em conformidade com as expectativas teóricas.

A confiança interpessoal também parece desempenhar um papel mais substantivo na participação política do que na participação em associações, como se pode ver pelo aumento no tamanho dos coeficientes. As relações também correspondem ao que a teoria previa que co-variaria positivamente.

TABELA 2
Confiança interpessoal e participação política.*

País	Tenta convencer pessoas	Trabalha para uma questão comunitária	Trabalha para um partido político.
Argentina	-	-	-
Bolívia	0,14	-	-
Brasil	0,09	-	-
Colômbia	0,08	-	-
Costa Rica	0,12	-	0,12
Chile	0,11	0,11	0,12
Equador	-	-	-
El Salvador	0,10	0,15	0,14
Guatemala	-	-	0,12
Honduras	-	-	-
México	0,15	0,11	0,19
Nicarágua	-	-	-
Panamá	-	-	0,10
Paraguai	0,21	0,16	0,19
Peru	-	-	-
Uruguai	-	-	-
Venezuela	-	-	-
% Significante	47	24	41

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

Na tabela 3, analisa-se o problema de como a confiança interpessoal afeta a confiança nas instituições.⁶ O que se verifica nesse caso é se a confiança em indivíduos influencia a confiança nas instituições. As instituições incluídas foram escolhidas devido ao seu eminente caráter público, tais como governo, Congresso, sindicatos e polícia. O que as quatro têm em comum é o fato de que todas estão diretamente relacionadas com as questões de interesse público e a temas que podem moldar a visão política e a participação dos cidadãos, bem como por desempenhar papéis centrais no regime democrático. A confiança interpessoal afeta diretamente a legitimidade das instituições democráticas se ela influenciar o modo como as pessoas vêem essas instituições. Isso pode indicar repercussões possíveis de fenômenos de nível micro em resultados macropolíticos, uma vez que a desconfiança duradoura nas instituições pode afetar a legitimidade do regime.

⁶ Instituições são entendidas aqui num sentido mais amplo, incluindo não somente as regras do jogo, como definidas por Douglass North (1990), mas também a materialização dessas regras em organizações, como apontado por Jon Elster (1994).

A tabela 3 mostra também como a confiança interpessoal afeta a confiança nos principais atores políticos e sociais de um regime democrático. A confiança nos dirigentes é uma condição essencial para estimular o uso de serviços públicos e, portanto, para confiar em geral nas instituições. Os dirigentes são aqueles que fazem as instituições funcionarem; se não há confiança neles, é provável que os cidadãos irão optar por soluções para seus problemas diários que não envolvem instituições.

TABELA 3
Confiança interpessoal e confiança em instituições e atores políticos. *

País	Atores políticos ²	Sindicatos	Polícia	Congresso	Governo
Argentina	-	-	0,13	0,19	0,16
Bolívia	0,18	-	0,15	0,13	0,17
Brasil	-	-	-	0,14	0,09
Colômbia	0,27	0,10	0,13	0,11	0,18
Costa Rica	0,08	-	0,13	0,03	-
Chile	0,05	0,09	-	0,17	0,19
Equador	-	-	-	0,10	-
El Salvador	0,20	-	-	0,16	0,17
Guatemala	0,12	-	0,17	0,14	0,20
Honduras	0,12	0,06	-	-	-
México	0,06	0,11	0,13	0,09	0,19
Nicarágua	-0,12	-	-	-	-
Panamá	-0,14	0,08	-0,05	-0,07	-0,02
Paraguai	-	0,21	0,28	0,21	0,23
Peru	-	-	-	0,15	-
Uruguai	-	-	-	-	-
Venezuela	-	0,05	-	0,01	0,09
% Significante	56	41	47	82	65

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

² Ver apêndice C para detalhes sobre a construção deste índice.

A confiança interpessoal e a confiança nas instituições parecem estar relacionadas na maioria dos países. A confiança no Congresso e a interpessoal mostram os níveis mais altos de associação, sendo estatisticamente significativas em 82% dos casos. A relação mais fraca parece estar entre confiança interpessoal e confiança nos sindicatos, mas mesmo nesse caso está presente num número significativo de países. Parece que as atitudes confiantes de diferentes formas estão associadas. Na maioria dos países em que os cidadãos confiam nos ocupantes de cargos públicos, há também confiança nas instituições. A confiança nas pessoas acaba afetando a confiança nas instituições.

A tabela 4 apresenta os resultados de testes da conexão entre confiança interpessoal e concepções sobre direitos iguais dos cidadãos. Aqui as questões avaliam a

relação entre confiança e as visões sobre tratamento igual pela lei, consciência das obrigações legais e avaliações da honestidade individual. Todas essas variáveis se referem a um aspecto essencial da vida nos regimes democráticos: a coordenação da vida social baseada em parâmetros legais estabelecidos. Se não há perspectiva de que a lei será respeitada, de que os cidadãos serão tratados de forma igual e que os que não cumprem suas obrigações legais serão punidos, as chances de desordem e de soluções autoritárias se tornam uma ameaça real.

TABELA 4
Confiança interpessoal e perspectivas sobre comportamento de obediência às leis.*

País	Cidadãos obedecem à lei	Cidadãos conscientes dos deveres	Cidadãos são honestos
Argentina	0,24	0,14	0,22
Bolívia	0,13	-	-
Brasil	-	-	-
Colômbia	-	-	0,19
Costa Rica	-	-	-
Chile	0,18	-	0,11
Equador	0,08	-	0,14
El Salvador	0,16	0,15	0,18
Guatemala	0,12	0,15	0,11
Honduras	-	-	-
México	0,10	-	0,10
Nicarágua	-	-	-
Panamá	0,19	-	-
Paraguai	0,28	-	0,07
Peru	0,12	0,15	0,07
Uruguai	-	0,03	-
Venezuela	-	-	-
% Significante	59	30	53

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

Os resultados indicam que existe um padrão de relação entre confiança interpessoal e percepção sobre a eficácia das leis. A confiança parece estar associada com visões sobre comportamento de obediência às leis e honestidade dos outros com mais frequência do que com percepções sobre consciência dos deveres. Como afirma Putnam, a confiança interpessoal está relacionada com elementos de previsibilidade de comportamento. Uma descoberta interessante é que quando a confiança interpessoal está relacionada com o respeito à lei, está também associada com considerações sobre a honestidade dos cidadãos. Em apenas um caso a confiança se relaciona com somente um desses elementos e em apenas quatro países, confiança interpessoal e visões sobre na lei não estão relacionadas. A confiança entre cidadãos leva a percepções mais positivas sobre a existência de restrições legais à ação cotidiana. Isso é muito importante,

especialmente nos países latino-americanos, que têm uma longa tradição de governo autoritário, desrespeito à lei e falta de punição para os criminosos. Os que confiam mais acreditam que o sistema legal de seu país é mais justo.

Por fim, na tabela 5, testa-se a relação entre confiança interpessoal e perspectivas sobre o regime político. O propósito é verificar se a confiança afeta o modo como os indivíduos interpretam a honestidade das eleições em seus recentes regimes democráticos e se ela está relacionada com seus compromissos com esses regimes. Empregaram-se indicadores dicotômicos de visões sobre a legalidade de eleições e da disposição dos indivíduos para defender o regime democrático. A teoria diz que a confiança interpessoal afeta tanto as visões individuais do funcionamento do regime democrático como a disposição individual para abraçar o regime.

TABELA 5
Confiança interpessoal e perspectivas sobre o regime político. *

País	Fraude em eleições	Defende democracia
Argentina	0,20	0,09
Bolívia	0,20	-
Brasil	-	-
Colômbia	0,09	-
Costa Rica	0,11	-
Chile	0,09	0,11
Equador	0,13	-
El Salvador	0,12	-
Guatemala	0,11	0,08
Honduras	-	-
México	0,12	-
Nicarágua	0,09	-
Panamá	0,13	-
Paraguai	0,14	0,13
Peru	0,09	-
Uruguai	0,12	-
Venezuela	0,09	-
% Significante	88	24

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

Esta tabela mostra claramente que a confiança está relacionada às visões sobre a honestidade dos procedimentos eleitorais, mas de forma muito fraca, a comprometimentos maiores com a democracia. Parece que a confiança interpessoal não afeta diretamente os compromissos individuais com o regime político, mas certamente influencia as avaliações da honestidade do regime. Somente em dois países a confiança não está relacionada com percepções sobre a fraude em eleições.

Tendo dito isso sobre cada relação específica entre confiança e algum indicador de comportamento político, é necessário ter uma visão geral das relações. Desse modo, são avaliadas regularidades e padrões que possibilitem conclusões mais gerais sobre a

influência da confiança no comportamento político dos cidadãos de diferentes países.

A primeira questão a ser tratada é quão essencial é a confiança como elemento do comportamento político, ou em que grau ela está associada com outros aspectos de comportamento. Com esse objetivo em mente, é interessante examinar como a confiança se relaciona com cada variável específica. Está claro que a confiança interpessoal está relacionada com questões sobre confiança em instituições e percepções sobre comportamento de obediência às leis, igualdade legal e honestidade dos cidadãos e menos à participação política direta dos cidadãos e à participação em associações. De um lado, pode-se dizer que a confiança interpessoal cobre algumas das relações teóricas presumidas que deveria refletir. Mas por outro, pode-se afirmar também que é incapaz de confirmar a pressuposição teórica de estimular a participação em política e atrapalhar problemas de ação coletiva. Do modo como é medida, conexões importantes pressupostas teoricamente não passam no teste empírico. Isso significa que a medida dicotômica de confiança interpessoal não deve ser descartada, mas deve ser usada com reservas. A confiança pode ser vista como relacionada a alguns aspectos do comportamento político, principalmente aos que se referem ao respeito à lei, mas não aos que indicam uma intensificação da ação coletiva ou do envolvimento com questões públicas.

Nas tabelas acima pode-se verificar também quais países são mais propensos a ter a confiança interpessoal associada de modo relevante a outras formas de comportamento político. Nos casos em que a confiança parece ser pertinente para o comportamento político, no sentido de que está associada a muitas outras facetas do comportamento político individual, vale a pena analisar em mais detalhes o que faz com que alguns indivíduos sejam mais confiantes do que outros. As razões para a existência da confiança em países onde ela desempenha um papel importante na definição da ação política dos cidadãos podem até sugerir possíveis *insights* sobre por que os países têm níveis diferentes de confiança interpessoal. Podem indicar também alguns motivos de a confiança ser mais importante na compreensão do comportamento político em alguns contextos do que em outros.

Para facilitar a identificação dos lugares onde a confiança interpessoal está mais associada com outros aspectos do comportamento político, é útil uma simples tabela de distribuição de frequência que resuma as informações obtidas nas tabelas 1-5. Na tabela 6, a porcentagem de variáveis relacionadas com a confiança interpessoal em cada país é computada e serve como indicador da relevância da confiança interpessoal em cada país.

TABELA 6
Porcentagem de indicadores de comportamento político afetada por confiança interpessoal.

País	Variáveis associadas à confiança interpessoal
Guatemala	75
Paraguai	75
Chile	69
El Salvador	69
México	69
Argentina	56
Panamá	56
Bolívia	50
Colômbia	43
Costa Rica	38
Peru	38
Brasil	31
Equador	25
Venezuela	25
Uruguai	19
Nicarágua	13
Honduras	06

Em alguns países, a confiança interpessoal parece estar significativamente associada à maioria das medidas de comportamento político. É o caso de Paraguai, Guatemala, El Salvador, Chile e México. No extremo oposto, essa medida de confiança não está associada com quase nenhum dos indicadores de comportamento político em Honduras, Equador, Nicarágua, Venezuela e Uruguai. Isso nos conduz para a questão seguinte deste artigo: quais são os fatores associados à emergência da confiança naqueles lugares onde a confiança interpessoal afeta fortemente o comportamento político? É indispensável formular e testar hipóteses que tentem explicar as causas da emergência da confiança onde ela está associada a uma ampla variedade de atitudes políticas. O estudo das razões para a existência de confiança pode ajudar a entender os incentivos e as motivações da ação individual nesses países.

Os países onde a confiança parece estar indiscutivelmente associada a várias formas de comportamento político servirão de marco de amostra para a seleção das unidades de observação da próxima parte deste artigo. Os cidadãos de Paraguai, Guatemala, El Salvador, Chile e México serão usados para testar algumas hipóteses sobre a existência de confiança interpessoal.

O que torna os indivíduos mais confiantes?

Estudos recentes levantam hipóteses sobre as causas da confiança interpessoal. Dietlind Stolle testa como as associações ajudam ou atrapalham o desenvolvimento de confiança generalizada entre seus membros (1998). A hipótese é a de que certos tipos de associações provocam a emergência de confiança entre seus membros. O modelo é testado com controle para variáveis demográficas, aspectos de socialização familiar, influência institucional e país de residência. Em seu esforço para construir uma microteoria do capital social, a autora chega à conclusão que “as pessoas que entram para associações são significativamente mais confiantes do que as pessoas que não entram” (Stolle, 1998, p.521). Pode-se presumir dessa conclusão que a confiança antecede a participação em associações, o que nos leva de volta ao problema inicial: por que alguns indivíduos mostram níveis mais altos de confiança interpessoal?

Embora a conclusão de Stolle seja que a confiança predispõe as pessoas a participar política e socialmente, seu argumento é inicialmente apresentado de forma inversa. O envolvimento com certos grupos leva a um aumento no nível geral de confiança interpessoal na sociedade. Essa hipótese será testada usando uma variável *dummy* para a participação em associações cívicas. Deveria haver um impacto positivo dessa participação na confiança interpessoal.

Eric Uslaner oferece outra explicação para a existência da confiança (1998). Ele sustenta que o otimismo torna os indivíduos mais propensos à confiança. Segundo ele, a confiança reflete um sentimento básico de otimismo e esperança. As pessoas otimistas são menos vulneráveis a reveses; elas tendem a acreditar na decência da natureza humana. Para Uslaner, o otimismo estimula a confiança, tornando mais provável a participação política dos indivíduos. Seu modelo inclui dados demográficos, medidas contextuais de confiança, satisfação com amigos, otimismo e hábitos de assistir à televisão. Ele conclui que o otimismo importa mais do que ver televisão na definição dos padrões de confiança, em oposição às conclusões de Putnam.

Essa hipótese será testada usando um indicador de otimismo individual em relação ao próprio futuro. Ou seja, as pessoas que acreditam que seu futuro será melhor estão mais inclinadas a confiar nas outras e, portanto, a se envolver em questões públicas.

Junto com essas hipóteses, este artigo pretende testar algumas outras explicações para a existência da confiança. A primeira delas é que a confiança interpessoal cresce em um contexto de alta previsibilidade de comportamento. A confiança floresce quando um indivíduo pode esperar determinada reação dos outros.

Mas quais são os elementos associados à previsibilidade de comportamento? Uma sociedade regulada e organizada é a condição principal para a existência da previsibilidade das ações dos outros. Isto é, numa sociedade em que as leis são obedecidas, onde os níveis de violência são baixos e as decisões políticas oferecem

soluções para os problemas sociais, a confiança interpessoal é mais viável. Numa situação oposta, os comportamentos se tornam muito imprevisíveis, uma vez que os parâmetros para a ação são muito requintados.

Essa hipótese divide-se em três sub-hipóteses. A primeira é de que as avaliações negativas da eficiência das instituições e dos atores políticos podem dificultar a emergência da confiança interpessoal. Esse fenômeno é medido por três variáveis. A primeira refere-se às percepções sobre o funcionamento do regime democrático em cada país. Os cidadãos que acreditam que o regime democrático é plenamente funcional e efetivo em seus respectivos países tenderão a confiar mais uns nos outros. Um regime democrático pleno cria uma estrutura de restrições legais ao comportamento oportunista e incentiva a ação coletiva. Um segundo fator é a confiança em atores públicos. Os cidadãos que confiam em seus representantes políticos e nos ocupantes de cargos públicos tenderão a confiar também em seus concidadãos. De novo, a idéia é que o respeito pelos governantes aumenta a expectativa de um bom funcionamento do regime democrático, mas também que há um padrão de confiança abrangente. Se há confiança em certos atores políticos, então se pode dizer que ela estará presente também em relação a outros atores políticos, inclusive os concidadãos. Por fim, a terceira variável política é a avaliação da eficiência dos servidores públicos e dos políticos. As avaliações positivas levarão a mais confiança interpessoal porque isso indica que o sistema político faz o que se espera que faça. Os regimes políticos que incentivam a ordem atendendo às demandas populares básicas também revigoram a confiança interpessoal.

A segunda sub-hipótese é que um regime que estimula o respeito da lei e da cidadania aumenta a capacidade de previsibilidade de comportamento e, portanto de confiança interpessoal. A percepção sobre direitos iguais dos cidadãos é um primeiro fator que afeta o comportamento de obediência às leis. Em contextos em que os indivíduos esperam ser tratados de modo diferente pela justiça, há um sentimento generalizado de ausência de restrições ao comportamento individual. A consequência é que eles tendem a se tornar incapazes de prever como os outros irão reagir. Essa situação desestimula drasticamente as atitudes confiantes porque não há garantias de que os outros não irão agir de modo oportunista. Nesse cenário, confiar nos outros não é a opção mais racional. A percepção do concidadão como sendo honesto também é fundamental para o crescimento da confiança. Os cidadãos que acreditam que os outros são pessoas decentes e honradas estão mais inclinados a confiar em estranhos. Uma componente final desse grupo de variáveis é a visão sobre o nível de violência na sociedade. Aqueles que acreditam que a delinqüência está aumentando estão menos inclinados a confiar nos outros. O pressuposto é que essas pessoas irão acreditar que os outros tendem a agir de modo oportunista.

Mas não se obtém ordem na sociedade apenas graças a fatores legais ou políticos. A instabilidade econômica e a escassez também afetam a confiança interpessoal. Esses elementos podem levar a expectativas de que os outros irão agir

somente guiados por suas necessidades imediatas, desconsiderando as conseqüências de seus atos para a vida dos outros e para futuros resultados coletivos. O primeiro indicador da instabilidade econômica são as percepções individuais sobre a capacidade do salário de satisfazer as necessidades pessoais. Se os indivíduos consideram seus salários insuficientes para cobrir as necessidades da família, isso contribui negativamente para o reforço dos laços de confiança. A expectativa que se tem num contexto dominado pelo sentimento de que os salários não são suficientes é de que os outros irão sempre privilegiar suas próprias necessidades imediatas, apesar das conseqüências dessa ação, levando, portanto, a um interesse limitado pelo que está fora de suas preocupações privadas. A segunda variável que indica instabilidade econômica é a preocupação com desemprego futuro. Quando os indivíduos não têm certeza sobre a manutenção futura da renda pessoal, dissemina-se um sentimento de insegurança que afeta negativamente as expectativas de previsibilidade de comportamento e a confiança interpessoal. Finalmente, a terceira componente dos determinantes econômicos da desconfiança interpessoal é a pobreza. Os cidadãos que acreditam que o nível geral de pobreza da sociedade está aumentando gravitam no sentido de menos confiança. A escassez de recursos limita o envolvimento e os laços entre cidadãos porque eles têm de se concentrar na defesa de seu bem-estar num ambiente muito competitivo e economicamente restrito. Isso é inspirado pela idéia de “familismo imoral”. Devido à pobreza, os cidadãos se preocupam demais com seus problemas privados imediatos e evitam se engajar com outros cidadãos em questões públicas. Portanto, quanto mais forte a percepção de aumento da pobreza, menos confiante a população.

Passando agora para outro fator, uma hipótese alternativa é que o país de residência é responsável por explicar uma parte da variação na confiança. Nesse caso, o fato de viver em um país é visto como afetando as percepções individuais sobre confiança interpessoal. O país de residência é representado por uma variável *dummy*, indicando a nacionalidade do entrevistado. Este artigo pressupõe que os indivíduos que vivem em contextos com diferentes tradições históricas, heranças culturais e estruturas institucionais apresentarão diferentes níveis de confiança.

As quatro hipóteses principais – participação em associações, otimismo, previsibilidade de comportamento e país de residência – foram testadas para gênero, idade, nível educacional e religião.

TABELA 7
Regressão logística da confiança interpessoal³

<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes estandardizados</i>	<i>Odds Ratio</i>
<i>Otimismo</i>	-.0612	0,91****
<i>Participação em associação</i>	.0000	1,10
<i>Previsibilidade de comportamento</i>		
Avaliação da democracia	-.065	0,75****
Confiança em instituições públicas	.0396	1,05**
Confiança em servidores públicos	.0667	1,66****
<i>Igualdade legal</i>	-.1024	0,61****
Níveis de delinqüência	.0486	1,17***
Honestidade dos cidadãos	-.0254	0,91*
Trabalho para bem público	-.0729	0,84****
<i>Instabilidade econômica</i>	.0403	1,11***
Satisfação econômica	-.0262	0,90*
Pobreza	-.0431	0,86**
<i>Variáveis de país</i>		
Dummy Chile	-.0300	0,70*
Dummy El Salvador	-.0052	0,81
Dummy Guatemala	.0000	1,12
Dummy México	.0000	.8574
<i>Controles</i>		
Religião	.0000	0,91
Gênero	-.0031	0,89
Idade	.0000	1,00
Situação econômica	.0000	1,08
Educação	.0357	1,17**

Modelo qui-quadrado: 305.424****

R²: 0,07

Classificação: Total correto 78%

N = 4234

*p < 0,05, **p < 0,01, ***p < 0,001, ****p < 0,0001

³ Para uma descrição das variáveis independentes, ver apêndice B.

O modelo é estatisticamente significativo como se pode ver pelo alto qui-quadrado e é capaz de prever 78% dos casos. Por outro lado, o pouco expressivo R² desafia as conclusões indicadas pelas outros de testes de medidas de ajuste. A primeira vista, isso indica que as hipóteses testadas não são as mais adequadas para explicar a variância em confiança interpessoal. A aparente contradição entre os diferentes testes de acuidade e precisão do modelo podem se dever a uma série de fatores. Má especificação do modelo, problemas com as variáveis independentes e problemas de medida com a variável dependente são algumas das possibilidades. Acredito que a última é a causa provável da

disparidade de resultados. Procedimentos de diagnóstico foram aplicados às variáveis independentes, não indicando problemas aparentes com elas.⁷ Com relação à má especificação, todas as possíveis explicações teóricas da confiança interpessoal disponíveis no Latinobarômetro 1996, bem como uma série de diferentes modelos foram tentados e nenhum ofereceu uma resposta melhor do que a apresentada aqui.

Apesar dos resultados conflitantes e ambíguos no tocante ao modelo total, a análise de cada variável independente separada oferece *insights* interessantes sobre os fatores que influenciam a emergência da confiança. Começamos mencionando os preditores menos efetivos da confiança interpessoal.

As variáveis socioeconômicas e demográficas usadas como controle da correlação espúria dos resultados não resistiram ao teste da hipótese nula. Com exceção do nível de educação, nenhuma das outras variáveis, incluindo gênero, religião e situação econômica, é estatisticamente significativa. A educação varia positivamente com a confiança interpessoal. À medida que os cidadãos adquirem níveis mais altos de escolarização formal, mais tendem a confiar nos outros cidadãos. A escolaridade aumenta em 16% as chances de ocorrer um comportamento confiante. Os cidadãos mais bem preparados para compreender seus direitos e deveres são provavelmente mais autoconfiantes e, portanto, mais inclinados a confiar nos outros. Em outras palavras, esses cidadãos não se assustam com a baixa previsibilidade do ambiente.

A suposição sobre a influência de características contextuais dos países, não medidas, representada pelas variáveis *dummy* do país também não teve um impacto forte na emergência da confiança.⁸ Com exceção do Chile, nenhuma das variáveis é estatisticamente significativa. O contexto em que os cidadãos chilenos estão enraizados parece causar refração em sua capacidade de confiar nos concidadãos. Eventos peculiares da história chilena, bem como seu desenho político-institucional, podem ser os motivos desse resultado.

A hipótese de Stolle sobre o efeito dos laços associativos na promoção da confiança interpessoal também não sobrevive ao teste empírico. Nos países latino-americanos estudados, a participação em associações cívicas não afeta a confiança ou não em outros cidadãos.

Com relação à hipótese de Uslaner do otimismo, a pesquisa confirma que a visão positiva que o indivíduo tem de seu futuro leva de fato a um aumento da confiança. Um aumento no otimismo sobre o futuro pessoal afeta a maneira dessa pessoa ver os outros e de se envolver com eles.

Por fim, a hipótese do efeito da previsibilidade de comportamento ofereceu os resultados mais consistentes. Em todas as suas facetas – política, legal e econômica –, os

⁷ Os resultados estão disponíveis sob demanda.

⁸ Não esquecer, no entanto, que esses países foram escolhidos principalmente porque eram os mais inclinados ao impacto da confiança. Portanto, a falta de significância das *dummies* dos países ocorre porque eles são muito semelhantes no que concerne ao modo como a confiança afeta outras variáveis.

contextos que diminuem a amplitude dos comportamentos oportunistas parecem incentivar a emergência da confiança interpessoal. Todas as variáveis tiveram os efeitos esperados. À medida que as visões críticas sobre a existência de democracia nesses países ficam mais fortes, menos inclinados à confiança ficam os cidadãos. À medida que a confiança nas instituições e nos servidores públicos aumenta, o mesmo acontece com a propensão à confiança. O efeito da capacidade dos políticos de solução dos problemas também estimula a confiança interpessoal. Os indivíduos que consideram seu sistema político mais eficiente tendem a ser mais confiantes. Isso se relaciona provavelmente com o fato de que em situações nas quais os indivíduos sabem que podem contar com as instituições que garantem a ordem pública há menos chance de ser vítima de ações inesperadas de outros cidadãos. Um contexto que estimula a confiança em instituições públicas e, portanto, a participação e preocupação com os bens públicos, minimiza as possibilidades de atitudes oportunistas. E o que é ainda mais significativo, quando a eficiência das instituições e dos atores políticos aumenta, a motivação para confiar nos outros também cresce. Com efeito, as chances da ocorrência de confiança aumentam 65% quando os cidadãos acreditam que os atores políticos são eficientes.

Tal como se esperava, as percepções sobre a igualdade legal dos cidadãos influenciam positivamente o crescimento da confiança. Quando a sociedade é considerada mais justa – no sentido da existência de igualdade legal –, a confiança tem uma chance melhor de florescer. A expectativa de ser tratado de forma eqüitativa pela justiça e, portanto, de que a lei seja realmente respeitada, torna mais evidentes os parâmetros da ação na sociedade e, portanto, torna os comportamentos mais previsíveis e a confiança interpessoal mais viável. Quando os cidadãos esperam que a justiça trate de modo desigual as pessoas, as chances de confiar nos outros caem em 40%. Quando as percepções sobre a diminuição da delinqüência ficam mais fortes, a confiança aumenta em quase 20%. As visões sobre a honestidade dos concidadãos e a inclinação individual para trabalhar pelo bem público também são estatisticamente significativas, mas não afetam a confiança de modo tão forte quanto os fatores anteriores.

As variáveis associadas à instabilidade econômica também estão estatisticamente relacionadas com a confiança e afetam a confiança interpessoal, tal como esperado. Quando as pessoas ficam menos satisfeitas com suas realizações econômicas pessoais, isso produz uma diminuição da confiança. O fato de a pessoa estar satisfeita com o que tem a predispõe à confiança. Por outro lado, quando as expectativas de desemprego futuro estão presentes, a confiança interpessoal declina. Quando as pessoas têm expectativas de que as oportunidades econômicas no futuro serão escassas, cresce o sentimento de incerteza. A instabilidade sistêmica leva à diminuição da previsibilidade de comportamento, afetando negativamente a confiança interpessoal.

Somente uma variável apresentou resultados inesperados. Quando ocorre a percepção geral de que os níveis de pobreza diminuem, há uma diminuição correspondente de 15% nas chances da emergência da confiança interpessoal. Parece

que a pobreza acentua o sentimento de confiança mútua. Uma explicação para isso é que as pessoas, quando se defrontam com situações de escassez, tendem a desenvolver um sentimento de solidariedade, em vez de egoísmo. A solidariedade cria laços entre indivíduos que tendem a enfraquecer à medida que a sociedade enriquece e os indivíduos ficam auto-suficientes. Devido à pobreza, as pessoas precisam de assistência mútua. Depois que alcançam condições econômicas melhores, essa disposição para ajudar os outros tende a enfraquecer. Isso contradiz diretamente a idéia do “familismo imoral” proposta por Banfield. O que se pode dizer é que a pobreza não estimula um ambiente de imprevisibilidade e oportunismo, como foi sustentado antes. Ao contrário, ela parece fortalecer os laços entre os indivíduos.

Os coeficientes estandardizados da tabela 7 mostram que as variáveis mais relevantes relacionadas com aumentos da confiança interpessoal são o otimismo, as visões positivas sobre o funcionamento do regime democrático, a igualdade legal entre os cidadãos e a eficiência dos servidores públicos. Pode-se deduzir disso que a existência de um regime plenamente democrático cria um ambiente inclinado a estimular a emergência de valores que incentivam a interação entre cidadãos. Parece que a estrutura institucional de um país desempenha um papel central na moldagem dos comportamentos políticos predominantes dos cidadãos. Isso confirma o argumento de Muller e Seligson de que o regime político tende a influenciar de forma mais decisiva as atitudes políticas de massa do que o contrário. E também traz esperanças de que a continuação da vida democrática na América Latina se reforçará a si mesma, estimulando atitudes políticas compatíveis com a democracia.

Conclusão

Os resultados indicam que a confiança afeta o comportamento político em alguns lugares de um modo mais direto do que em outros. Isso significa que a confiança interpessoal não influencia o comportamento político em todos os contextos e, provavelmente, nem no mesmo contexto em todas as ocasiões. Esse conceito não pode ser tomado como causa de participação política reduzida e pouca participação em associações. É verdade que a confiança está relacionada com algumas formas de participação política e envolvimento com questões públicas em alguns países da América Latina, mas não na maioria deles. Por outro lado, a confiança interpessoal está associada principalmente com as visões sobre comportamento de obediência às leis, igualdade legal entre cidadãos e confiança nas instituições públicas e, em grau menor, com o engajamento em associações cívicas. Pode-se dizer então que a confiança interpessoal afeta as percepções sobre a eficácia da obediência às leis e a confiança nas soluções institucionais para os problemas do cotidiano. A ausência de confiança parece afastar os indivíduos da busca por soluções institucionais para seus conflitos diários de interação. Nesses casos, a falta de confiança pode ser um estímulo para evitar a intervenção do Estado na solução dos conflitos cotidianos.

Apesar da conclusão anterior, o que provoca a variação da confiança interpessoal nos contextos onde parece desempenhar um papel central no comportamento político é uma questão importante. Além das tentativas anteriores de explicar a existência da confiança interpessoal, surge uma nova resposta. Os ambientes em que a previsibilidade de comportamento é alta estão mais inclinados a permitir que a cultura da confiança floresça. Em situações em que os indivíduos acreditam que os outros irão agir de uma maneira determinada e ordeira, a presença da confiança interpessoal é mais fácil.

Baseando-se nesses resultados, pode-se afirmar que certos indivíduos são mais afetados pela confiança interpessoal do que outros. Em outras palavras, os laços criados pela confiança não são tão importantes em certos contextos como são em outros. Onde a confiança interpessoal não é um valor político pertinente, outras variáveis, tais como autoridade, medo ou conformismo podem ter mais relevância para a compreensão do comportamento político do que a confiança interpessoal. Mas um exame da influência de outros valores na explicação das distintas formas de comportamento político é um tópico para outro artigo muito diferente.

APÊNDICE A

DADOS

O Latinobarômetro é um *survey* nacional anual baseado em amostras por cotas de idade e gênero das populações urbanas de 17 países latino-americanos. O tamanho da amostra em cada país varia de 517 a 1200. O Latinobarômetro é realizado pela Corporación Latinobarómetro na Espanha e por Market and Opinion Research International e seus associados em todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba e República Dominicana. O número total de entrevistas na América Latina em 1996 foi de 18.516. De acordo com Marta Lagos, coordenadora do projeto, a maior parte do financiamento vem da União Européia através do Centro de Investigación, Promoción y Cooperación Internacional (CIPIE) em Madri e do PNUD (1997). Para mais informações sobre o Latinobarômetro, ver o site <http://www.latinobarometro.cl/english/inisobrepro-i.htm>. Consultar ainda o Encarte de Dados *Tendências*, Ano 6, nº1, Revista OPINIÃO PÚBLICA, Vol. VI, nº1, 2000.

O Latinobarômetro foi aqui ponderado para corrigir distorções de tamanho de país e ajustado para refletir o nível educacional de cada país, de acordo com o *World Development Indicators 1998* do Banco Mundial. No Latinobarômetro 96, os respondentes com instrução estão sobre-representados, portanto foi feito um ajuste para corrigir a porcentagem inflada de entrevistados com alto nível de educação. O tamanho de cada país também foi ponderado. Nos dados reunidos, cada país conta como um caso igual, portanto o número de entrevistas em cada país foi ponderado para que todos tenham um número igual de respondentes. Esses procedimentos de ponderação foram feitos sem inflar artificialmente o tamanho da amostra.

APÊNDICE B

CODIFICAÇÃO DE VARIÁVEIS DO LATINOBARÔMETRO 1996 USADAS NA REGRESSÃO LOGÍSTICA

Dummies: confiança interpessoal, gênero, desigualdade legal (os cidadãos são tratados igualmente ou não), participação em associações (participou ou não), percepções críticas sobre democracia (a democracia está plenamente estabelecida ou não) e os *dummies* para os países.

Escala: situação econômica indicada por uma tricotomia indicando a situação de propriedade do domicílio (empréstimo, aluguel, próprio); otimismo medido por uma tricotomia (o futuro será melhor, será igual, ficará pior); pobreza e delinquência medidas por uma escala de quatro graus variando de ficando maior a ficando pior; eficiência das autoridades, variando de muito eficiente a totalmente ineficaz; frequência de trabalho para questões públicas (escala de quatro graus, variando de frequentemente a nunca); e honestidade dos cidadãos, outra escala de quatro graus, variando de sempre honesto a

nunca honesto.

Intervalo: idade, nível educacional representado por uma série de sete itens variando de analfabeto a grau universitário e confiança nas instituições públicas.

APÊNDICE C

ÍNDICE DE CONFIANÇA NOS ATORES POLÍTICOS E SOCIAIS

Índice: o índice de confiança nos atores políticos e sociais usado nas tabelas 3 e 7 é composto por um conjunto de 15 variáveis *dummy* concernentes a confiança em professores, pregadores, repórteres, jornalistas, juizes, policiais, diretores de sindicatos, servidores públicos, parentes e membros da família, políticos, empresários, governo, deputados, oficiais militares e confiança em ninguém. O coeficiente Cronbach's Alpha desse índice é de 0,67, suficientemente alto, levando-se em conta que há 15 variáveis envolvidas, e a distribuição do índice é normal.

APÊNDICE D

TAMANHO DAS AMOSTRAS ORIGINAIS EM CADA PAÍS

País	Freqüência
Argentina	1199
Bolívia	772
Brasil	1080
Colômbia	1200
Costa Rica	1003
Chile	1200
Equador	1200
El Salvador	1003
Guatemala	1000
Honduras	1000
México	1526
Nicarágua	1033
Panamá	1005
Paraguai	598
Peru	1200
Uruguai	1200
Venezuela	1500
Total	18719

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. & VERBA, S. (orgs.). (1980) *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown, and Company.
- BAQUERO, M. (1994) Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. (org.) *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, Editora da Universidade, pp. 26-42.
- BOOTH, J. & RICHARD, P. (1998) Civil Society, Political Capital, and Democratization in Central America, *Journal of Politics* 60:780-800.
- ELSTER, Jon. (1994) *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- INGLEHART, R. (1988) The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, 82(4):1203-29.
- _____. (1997) *Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- KARL, T. L. (1995) The Hybrid Regimes of Central America. *Journal of Democracy*, 6(3): 124-177.
- MULLER, E. N. & SELIGSON, M. A. (1994) Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships. *American Political Science Review*, 88(3):635-654.
- NORTH, D. (1995) *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- O'DONNELL, G. (1996) Illusions and Conceptual Flaws. *Journal of Democracy*, 7(4):161-168.
- PUTNAM, Robert. (1996) *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- PZEWORSKI, A. & TEUNE H. (1970) *The Logic of Comparative Social Inquiry*, Nova York, Wiley-Interscience.
- RAHN, W. M. & TRANSUE, J. E. (1998) Social Trust and Value Change: The Decline of Social Capital in American Youth, 1976-1995. *Political Psychology*, 19(3):545-66.
- REIS, E. (1995) Desigualdade e solidariedade: uma releitura do "familismo amoral" de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(10):35-48.
- SCHEUCH, E. K. (1989) Theoretical Implications of Comparative Survey Research. *International Sociology*, 4: 147-67.
- SELIGSON, A. (1999) Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis. *Comparative Political Studies*, 32(3): 342-362.
- SELIGSON, M. (1998) The Renaissance of Political Culture or The Renaissance of the (Inverse) Ecological Fallacy? mimeo.
- SHAH, D. V. (1998) Civic Engagement, Interpersonal Trust, and Television Use: An Individual-Level Assessment of Social Capital. *Political Psychology*, 19(3): 469-96.

STOLLE, D. (1998) Bowling Together, Bowling Alone: The Development of Generalized Trust in Voluntary Associations. *Political Psychology*, 19(3): 497-526.

USLANER, E. M. (1998) Social Capital, Television, and the "Mean World": Trust, Optimism, and Civic Participation. *Political Psychology*, 19(3): 441-68.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares

O Papel das Pesquisas de Opinião Pública na Consolidação da Democracia: *a experiência latino-americana*

Fabián Echegaray

Professor Visitante da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Desde inícios dos anos 80, as pesquisas políticas e de opinião pública na América Latina têm se constituído num evento central ao processo de democratização. Quase todos os dias, os principais jornais e redes de TV de cada país nos informam sobre estudos focados sobre assuntos vinculados ao desenvolvimento político das novas democracias. Grande parte do que conhecemos sobre essas instituições é produto de pesquisas. Mas, qual têm sido as conseqüências disso? Este artigo mostra que essas pesquisas definem interações centrais entre elites políticas e cidadania nesses países, e que têm um papel central no seus processos de democratização.

Palavras-chave: opinião pública, pesquisas de opinião, processo de democratização, América Latina

Abstract

Since the beginning of the eighties the political surveys in Latin America have a central role in the process of democratization. Almost everyday the main newspapers and tv broadcastings of each country inform us the results of studies that focuses on the political development of the new democracies. Most of what we know about these democracies is due to these studies. But what are the consequences of this role? This article argues that the public opinion surveys define central interactions between the political elites and the citizenship in these countries, and that they have a central role in their democratization processes.

Key-words: public opinion, survey research, democratization process, Latin América

Desde inícios dos anos 80, as pesquisas políticas e de opinião pública na América Latina têm se constituído num evento central ao processo de democratização. Quase todos os dias, os principais jornais e redes de TV de cada país nos informam sobre estudos focados em assuntos da maior relevância pública ou estreitamente vinculados ao desenvolvimento político das novas democracias. Assim, quanto mais comuns tornam-se as instituições democráticas, mais intensa é a presença das pesquisas de opinião.

Grande parte do que conhecemos sobre essas instituições, seus “comos e porquês”, são produto de pesquisas; um bom número das informações que os cidadãos e políticos utilizam para dizer o que está certo e o que está errado no governo democrático também tem sua origem nas pesquisas. E também não é estranho que muitas das iniciativas que marcam a agenda pública do dia-a-dia se relacionem com resultados e interpretações surgidos de pesquisas políticas e de opinião.

A centralidade desses estudos, portanto, é um fato na maioria dos nossos países. Mas, qual têm sido as conseqüências disso? Qual tem sido o papel destas pesquisas ao longo do processo de democratização da região? Como é que estes estudos moldaram as interações entre elites políticas e a cidadania em geral?

Nossa intenção aqui é discutir a experiência latino-americana à luz de alguns exemplos concretos. E para tal, a reflexão acumulada em outros contextos democráticos como os dos Estados Unidos, pioneiros no uso e desenvolvimento dos mecanismos de pesquisa política, é fundamental na hora de organizar tal discussão.

As duas faces das pesquisas

Desde seu surgimento como ferramenta fundamental de conhecimento, o papel das pesquisas tem sido tanto elogiado como demonizado com relação ao seus efeitos sobre o progresso e governo democráticos. Nascidas junto com o otimismo do George Gallup (1940), para quem as pesquisas contribuíram para um governo mais democrático, eficiente e responsável, as pesquisas não demoraram em se confrontar com o cinismo inicial de Walter Lippman (1925) para quem o público estava ausente na elaboração de opiniões genuínas e com conseqüências políticas. Daí a dizer que as pesquisas poderiam estar sujeitas à manipulação pelas elites foi preciso pouco, levando a controvérsia adiante.

Em termos gerais, os argumentos que enfatizam o lado positivo das pesquisas nos falam da sua contribuição para aproximar os interesses e opiniões de representados e representantes, seu estímulo para um tipo de fiscalização pública da conduta e decisões políticas das lideranças, a possibilidade de dar continuidade à voz pública dos cidadãos além do período eleitoral, e a oportunidade de aumentar a qualidade da informação sobre a qual são tomadas determinadas decisões de governo. Tal como um dos primeiros comentaristas de pesquisas manifestou: "os estudos de opinião pública dão ao povo a chance de se expressar" (Cherington, 1940).

Além destas vantagens, as pesquisas também são vistas como contendo propriedades pedagógicas e terapêuticas pelo fato de induzir um processo de auto-conhecimento e um aprendizado informado sobre noções e conceitos populares vitais.

Do lado negativo, as pesquisas são vistas como distorcendo o espírito de representação das instituições democráticas ao tornar trivial o papel das eleições e promover uma liderança irresponsiva. Elas são acusadas de ilustrar uma caricatura das preferências cidadãs já que ignoram a verdadeira dinâmica de formação e mudança da opinião, minimizando as influências dos líderes, da mídia e dos grupos de interesses na construção de respostas por parte da população. Tal situação acaba enganando os cidadãos ao lhes transmitir um senso falso de influência quando na verdade o poder de opinião é exercido por uma elite que pode, ou não, estar agindo em nome do interesse público. A consequência disso é reduzir a opinião pública cidadã a um participante de enquetes políticas passivo e domesticado, cujas opiniões são previamente limitadas em função das opções de respostas pré-estabelecidas pelas elites (Guinsberg, 1986; McGuire, 1940). Um exemplo típico é a lista de principais problemas do país ou principais objetivos do governo, apresentados como a agenda do público quando muitas vezes só ilustra as opções de resposta escolhidas pelos patrocinadores do estudo. É através deste tipo de situações que as pesquisas se apresentam antes como instrumentos potenciais dos interesses retóricos das elites do que como oportunidades autênticas para a expressão das maiorias silenciosas (Herbst, 1993). Sob este ponto de vista, as pesquisas obstruem a discussão pública ao invés de estimulá-la.

Mais recentemente, em especial em períodos pré-eleitorais, multiplicaram-se as acusações contra pesquisas publicadas sob o argumento que as mesmas estariam influenciando os votantes. Também muito freqüentemente, ocorreram denúncias contra o uso especulativo de pesquisas encomendadas por agentes de bolsa e políticos, para benefício privado, resultante de restrições legais de difusão pública dos resultados (Kavannah, 1981; Worcester, 1993).

Outra acusação corrente diz que, produto das necessidades comerciais e de marketing, a mídia trocou seu compromisso original de aprofundar a opinião pública baseada na divulgação de resultados sobre assuntos relevantes, pela banalização da própria opinião através de pesquisar tópicos marginais ou ficar apenas na superfície das respostas. Como resultado, foi abortada a tentativa de avançar na democratização da esfera pública a partir dos meios de comunicação. Assim, em lugar de um uso educativo das técnicas de sondagem política, a mídia tende a inventar assuntos considerados capazes de atrair a atenção do público e dos anunciantes, estimulando um círculo no qual ela paga por pesquisas feitas sobre tópicos selecionados, para depois divulgar seus resultados como se fossem eventos do mundo real e, assim, forçar a entrada destes na agenda de interesse público. Este modelo vertical de modelagem da agenda é bem provável que seja adequado às necessidades políticas e comerciais da mídia, mas fica longe de ajudar ao progresso da democracia (Zukin, 1992; Donsbach, 1995).

Muitos desses argumentos combinam perfeitamente com o uso que na América Latina tem-se feito das pesquisas políticas. Porém, o caráter heterogêneo do processo de democratização na região e os diferentes caminhos que levaram ao surgimento da pesquisa política em cada país sugerem olhar, também, para outras questões. Ao nosso ver, são 4 as dimensões relevantes:

- a) como as elites entendem e dão sentido ao significado e à informação fornecidos pelas pesquisas,
- b) o grau de legitimidade política (isto é, neutralidade) com o qual as pesquisas são percebidas,
- c) a medida na qual a mídia nacional é livre, plural e tem um interesse ativo em tornar-se um espaço de difusão da opinião pública,
- d) como as noções populares sobre democracia concebem o papel do próprio público (se substantivo ou irrelevante) e o grau de cinismo ou confiança que subjaz às atitudes das pessoas com respeito aos veículos de expressão públicos e privados (incluindo aí a mídia e as pesquisas).

Estas dimensões, por sua vez, nos permitem organizar a discussão sobre o papel político das pesquisas de opinião pública, examinando o efeito que elas têm sobre:

- a) a melhora da representação política da sociedade (ou, qual seu impacto em fazer progredir o interesse público sob condições democráticas?). Em outras palavras, examinar a contribuição das pesquisas para uma melhor comunicação entre elites e público de massa, para facilitar o aprendizado político no nível das elites no que diz respeito às oportunidades para construção de consensos e acordos de governabilidade, para moldar um debate mais educado sobre políticas específicas, para fazer a agenda política mais permeável a novas demandas e assuntos, e para aproximar as decisões dos líderes às preferências da população;
- b) o fortalecimento das oportunidades e instituições democráticas (ou, até que grau e de que forma as pesquisas têm impactado sobre os líderes e a cidadania de forma a contribuir com a regularização e legitimação das rotinas democráticas?). Em outras palavras, examinar os usos das pesquisas na promoção da liberalização política e no cumprimento das promessas eleitorais dos governos autoritários, na prevenção de fraudes, no desestímulo à formação de apoio a golpes ou intervenções extra-legais dentro da democracia, no estímulo a uma maior pluralização e transparência da vida partidária e da seleção dos candidatos a cargos políticos, na redução do clientelismo e coronelismo e o conseqüente aumento das iniciativas cidadãos e expressões organizadas da sociedade civil;
- c) a legitimação das opções antidemocráticas (ou, como o uso das pesquisas políticas tem enfraquecido as lideranças e instituições democrática e facilitado o fortalecimento de políticas e opções autoritárias?). Ou seja, examinar os

usos das pesquisas em defesa de políticas contrárias ao pluralismo, ao respeito das minorias, ou em favor da desmobilização de grupos e valores políticos chaves para a democracia, ou como meios de legitimar o apoio para ações internas anticonstitucionais (ex: governar mediante medidas provisórias, fechar o Congresso, tentativas ou golpes de Estado, etc) ou para atividades externas em favor de soluções autoritárias a problemas internos (ex: guerra com outros países).

Quando as pesquisas contribuem para maior representação política

O potencial das pesquisas na melhoria da representação política do público tem sido um dos primeiros atributos adjudicados a elas, em primeiro lugar pelos fundadores da técnica de sondagem, George Gallup (Gallup e Rae, 1940; Cantril, 1967). Notavelmente, esse mesmo otimismo pode ser identificado nos poucos estudos publicados sobre a região. Tal como comenta Bolívar Lamounier (1992, p.5) na sua introdução ao desenvolvimento da pesquisa no Brasil: "Elas contribuem efetivamente para o auto-conhecimento da sociedade. Por meio delas o cidadão se expressa sobre a agenda corrente da sociedade; reage às políticas governamentais que exercem impacto sobre sua vida; estabelece parâmetros para a ação das organizações públicas e privadas, e não raro influencia decisões importantes".

A dimensão desta noção das pesquisas como capazes de materializar um "bem público" para a sociedade como um todo vai além das crenças dos cientistas políticos e pesquisadores. Isso fica em evidência através de diferentes iniciativas. Uma delas foi o chamado Projeto Leader no Brasil, o qual visava melhorar a comunicação entre os candidatos a presidentes em 1989 e o eleitorado e que fora financiado pela FIESP. Mais recentemente, também no Brasil, iniciativas regulares da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e do Transporte (CNT) procuram, entre outros objetivos, informar sobre o estado da opinião pública e a distância ou proximidade entre o comportamento das autoridades eleitas e seus eleitores. Na mesma direção devemos interpretar uma iniciativa tomada no Peru, meses antes da eleição legislativa de 1992, quando o Congresso encomendou o relatório Datum visando coletar dados e recomendações sobre sua imagem pública e os temas a priorizar para recuperar a confiança da população.

Este aporte potencial das pesquisas à causa democrática também é reconhecido por Garretón e seus colegas (1993) no seu trabalho sobre as atitudes políticas dos chilenos. Ali, eles enfatizam a função das pesquisas em detectar os déficits e fraquezas que impedem a plena legitimação do sistema e em alertar o Estado, as universidades ou as entidades não-governamentais sobre como corrigir e reverter tais defeitos mediante a educação das autoridades e o desenvolvimento de oportunidades de engajamento coletivo e canais de comunicação com os que tomam decisões. Mais ainda, eles

concordam que as pesquisas têm o potencial de ajudar a reduzir o número de erros no processo de tomada de decisões, capazes de gerar mais insatisfação, enriquecendo com informações o processo decisório.

De fato, checar a evidência empírica sobre a qualidade da representação política, em termos da correspondência entre posições dos líderes e seus representados, tem sido uma das áreas clássicas de estudo da ciência política (Miller e Stokes, 1963, Page et al., 1984; Herrera et al., 1993). A maioria destes esforços concentraram-se na análise do vínculo entre as preferências por políticas e as prioridades temáticas das elites e o público: quanto maior congruência entre umas e outras, melhor a qualidade da representação política. Infelizmente, este tipo de estudo ainda não foi reproduzido no contexto latino-americano. Só algumas explorações bastante gerais podem ser encontradas para o Brasil e estão vinculadas ao debate entre presidencialismo ou parlamentarismo que animou a primeira metade da década de 90. Lamounier (1994, pp.289-290) exibe um análise que parcialmente indica certa congruência entre elites e massas, embora a mesma demonstre que os resultados destes estudos serviram melhor para que os grupos partidários do presidencialismo identificassem os argumentos mais populares a suas opiniões. Um caso similar se deu no Uruguai, já em relação ao plebiscito sobre privatização das empresas públicas que teve lugar em 1992. Ali, mesmo que as elites tenham tecido um acordo favorável à desestatização em várias áreas, a oposição pública expressada através das enquetes de opinião não passou despercebida, estimulando líderes contrários à decisão do governo a mobilizar a população num referendun, que teve como resultado o cancelamento do programa de privatização (McCoy, 1995).

Muitos jornalistas e acadêmicos na região têm olhado para as pesquisas como instrumentos necessários para fiscalizar as ações (e omissões) das autoridades. Os casos mais ressonantes estiveram vinculados às denúncias de corrupção que acabaram no impeachment dos presidentes Fernando Collor de Mello no Brasil e Carlos Pérez na Venezuela. Em ambas as ocasiões ocorreu um ciclo virtuoso de pesquisas mostrando o descontentamento com os comportamentos das autoridades, que facilitaram a mobilização popular de protesto em favor de punições, as quais - por sua vez- influenciaram na colocação da questão da corrupção no topo das preocupações do público (como fora registrado pelas próprias pesquisas), o que acabou, em última instância, por pressionar as instituições democráticas a tornar-se mais responsáveis e atentas às demandas cidadãos (Scott, 1993).

Outro ponto de consenso sobre o papel positivo das pesquisas tem a ver com suas interações com o processo eleitoral. É uma suposição comprovada em diversos contextos que os estudos bem desenhados fornecem aos candidatos conhecimento essencial não apenas para competir eleitoralmente mas também para tomar decisões informadas uma vez no poder (Kavannah, 1981). Isso não equivale a dizer que as pesquisas definem a agenda pública (algo também comprovado pela evidência empírica),

mas sim é consistente com a noção de que as pesquisas induzem mudanças importantes na hierarquia dos assuntos levantados como bandeiras pelos candidatos. Portanto, as pesquisas podem não alterar o tipo de palavras de ordem escolhidas pelos candidatos, mas têm sim uma influência decisiva em definir a saliência e ranking que determinados assuntos relevantes terão na agenda dos concorrentes (Altschuler, 1982, pp.171-173). De modo tal que pode se dizer que as pesquisas facilitam a função das eleições como canais que conectam as políticas oficiais aos desejos dos votantes e permitem certa premiação ou punição das autoridades pelas suas ações.

Por outro lado, como também tem acontecido na região, existem candidatos que dão atenção às pesquisas com olhar imediatista e de modo essencialmente utilitarista, visando apenas maximizar suas chances eleitorais mediante a adaptação do seu discurso e a segmentação oportunista dos eleitorados. Na medida em que se difunde esse perfil parece legítimo nos perguntarmos se as pesquisas afinal não servem apenas às estratégias individuais dos competidores eleitorais em troca da frustração do verdadeiro propósito das eleições.

Igualmente preocupante foi o consenso, entre alguns intelectuais, de que as pesquisas de opinião pública acabariam corporizando a representação política dos cidadãos substituindo a classe política sem capacidades para acompanhar os interesses flutuantes e as prioridades dos votantes.

Quando as pesquisas contribuem para melhorar a qualidade da democracia

Não menos destacado no caso latino-americano é o argumento que vê as pesquisas (particularmente as de boca de urna ou *exit polls*) como veículos chave para checar a limpeza do voto e desencorajar a fraude eleitoral. Acomodando-se à ansiedade da própria mídia em ter a "notícia quente" antes de qualquer um, as pesquisas de boca de urna acabam multiplicando as fontes de validação dos cálculos oficiais e garantem uma imediata transparência e prestação de contas por parte das autoridades eleitorais. As pesquisas tornam-se, assim, um teste de confiabilidade na honestidade das eleições (Leite & Smith, 1992; Beltrán, 1994), tal como ficou testemunhado nas experiências de México e República Dominicana em 1994 e, mais recentemente, na terceira re-eleição de Alberto Fujimori no Peru.

Em casos como os da Argentina e Venezuela, a ampla difusão pública dos resultados das pesquisas através da mídia foi essencial para o fracasso de várias tentativas de golpe. Mas é correto dizer que, em algumas oportunidades, também ocorreu o contrário: isto é, quando achados de estudos de opinião funcionaram como miragens para forças antidemocráticas, motivando-as a deslanchar rebeliões militares, disseminar a violência política na rua ou mobilizar campanhas favoráveis à causas autoritárias. No caso da Venezuela, por exemplo, pesquisas difundidas no início e meados de 1992 indicando

um profundo descrédito nas instituições básicas da democracia e seus líderes, foram interpretadas como via livre para uma mudança forçada do sistema, inspirando as insurreições dos oficiais "bolivarianos" em Fevereiro e Novembro daquele ano (Carrasquero & Cupolo, 1992). O discurso rebelde enfatizando "o resgate da venezuelanidade e a renovação da democracia do país" esteve diretamente inspirada na lógica por detrás das respostas às sondagens de opinião publicadas. Os insurrectos sugeriram em mais de uma ocasião que seus atos estavam respaldados no descontentamento popular contra o governo, tal como manifesto pelas pesquisas. Mais ainda, a simpatia com que uma parcela importante da cidadania viu o complô de Fevereiro 1992 (novamente revelada pelas enquetes), saudados não como antidemocratas mas como falidos cruzados anticorrupção, parece ter alimentado a segunda tentativa, 9 meses depois (Carrasquero & Cupolo, 1992).

Mas é verdade que a democracia venezuelana sobreviveu duas vezes num ano e as ameaças de uma terceira tentativa de golpe ficaram reduzidas apenas a boatos. Ainda mais, o sistema permitiu que o líder dos golpistas assumisse sua condição de chefe político de uma facção e triunfasse nas urnas como presidente eleito, 6 anos depois. E isso também foi visto como derivação do que sugeriam as pesquisas: "as percepções negativas sobre as instituições democráticas tradicionais não conduziam à aprovação de um golpe de estado militar" (Myers, 1993, p.68). As pesquisas revelavam uma profunda desconfiança das autoridades e partidos tradicionais, uma necessidade de uma radical reparação no sistema político vigente, mas também uma preferência majoritária pela conservação das rotinas da democracia por sobre qualquer outro modelo de organização da autoridade e o poder. De fato, dois terços do eleitorado ainda aprovavam aspectos-chaves como liberdade de expressão, pluralismo político, separação de poderes e voto universal. Tal como Welsch e Carrasquero (1995, pp.4-5) comentam: "que a democracia na Venezuela não tenha sido derrubada obedece a habilidade do público em distinguir entre regime político e o governo ou seus governantes".

Outra perspectiva a partir da qual são examinadas as pesquisas enfatiza sua contribuição pedagógica e terapêutica. Iniciada pelo padre Ignacio Martín-Baró e cristalizada no Instituto Universitário da Opinião Pública da Universidade Católica de El Salvador, esta visão vê nas pesquisas um canal de autoconhecimento e feedback responsivo à sociedade sobre si mesma. Numa nação onde as forças políticas justificaram contínuos atos de violência e a substituição de governos eleitos por ditaduras, sob a desculpa da falta de opções legítimas e a facilidade com que a população era enganada ou corrompida, o fato das pesquisas indicarem uma confiança majoritária nas virtudes da democracia, a paz e a autonomia nacional teve um efeito reparador fundamental. Por outro lado, as pesquisas também tiveram um papel importante em desvendar para a população os verdadeiros custos de uma restauração democrática, desmistificando o discurso ditatorial (e, às vezes, as impressões alimentadas na população) sobre o exagerado preço a pagar pela volta a um regime de governo eleito e civil.

Nesse contexto de incertezas, durante a complicada década dos 80, a criação de um meio de comunicação e divulgação dos resultados (o periódico Estudos Centroamericanos) culminou o esforço do grupo do IUDOP em viabilizar uma fonte independente de expressão e educação. Ao entender a pesquisa da opinião pública como um instrumento promotor da autoconsciência e da eficácia política subjetiva, Martín-Baró (1985) popularizou a noção da técnica de sondagem como um espelho colocado frente à população para validar o próprio senso comum das pessoas¹.

Quando as pesquisas deslegitimam opções não democráticas

Outra situação na qual as pesquisas ajudaram a revelar realidades inventadas a partir do discurso oficial aconteceu na redemocratização do Panamá por forças externas, em princípios de 1990. Apoiando-se em pesquisas feitas no país pelas redes de TV e jornais dos EUA, logo após a invasão, que mostravam um forte respaldo local (quase 90%!) para a ação militar que tirou ao General Noriega do poder, o governo do presidente Bush considerou sua iniciativa como amplamente aceita. O endosso à ação militar foi tal que a administração republicana não duvidou em disseminar ativamente os resultados das enquetes. Com elas se desqualificou quem criticou a invasão por motivos políticos como também as acusações sobre a escalada de mortes que a ação promoveu. Mas, as perguntas sobre a popularidade da operação militar eram só parte dos questionários. Neles também se interpelava sobre questões mais diretamente ligadas aos custos humanos e morais da intervenção e que pôs em perspectiva a posição oficial sobre o evento. Entre as perguntas feitas se perguntava aos panamenhos se algum parente ou amigo íntimo tinha morrido ou ficado com ferimentos graves durante a invasão: 23% disseram que "sim", de acordo com uma pesquisa da CBS; mais especificamente, 2% mencionaram ter tido um parente morto e outros 8% que tiveram um amigo morto. Nas palavras de Montaño (1990, p.7): "os números oficiais das baixas, incluindo soldados e civis, que falavam de 200 a 300 mortos se converteram assim num símbolo do cinismo e a falta de transparência que rodeou a operação Panamá". Em contraposição à história oficial, a projeção de mortos feita a partir dos dados obtidos pelas pesquisas elevou as baixas a um número entre 5 mil e 7 mil pessoas, em sintonia com o que diversos observadores no local comentaram originalmente. Estes dados acabaram tirando grande

¹ Uma ênfase parecida nas motivações psicológicas de tipo educativa e auto-assertiva por detrás da disseminação dos resultados de pesquisas políticas foi discutida por Dobson e Robinson (1990) no caso dos estudos de opinião sob a fase final da *perestroika* na antiga União Soviética. Escrevendo sobre o assunto, eles comentam que " enquanto o partido ainda utiliza as pesquisas para promover suas políticas e demonstrar o apoio popular, também se baseia nas mesmas para obter um feedback realista sobre os verdadeiros sentimentos da população. A publicação dos resultados das enquetes fornece aos cidadãos nova informação e os anima a dizer o que realmente pensam. Os cidadãos, agora, citam os resultados das pesquisas para demonstrar respaldo a suas próprias demandas" (1990, p. 27).

parte da legitimidade inicial que teve a opção pela redemocratização via intervenção externa, com a qual se tentou vestir a vocação norte-americana pela democracia na região.

Além dos casos centro-americanos comentados, tem sido extensa a maneira como as pesquisas têm operado em favor da democracia sob condições não-democráticas na América do Sul. Às vezes, revelando a adesão pública a posições favoráveis à liberalização política das facções reformistas dos governos militares. É como diversos estudantes da transição brasileira entendem o sucesso da abertura de 1974 e sua continuidade nos governos Geisel e Figueiredo (Lamounier, 1990).

Freqüentemente, o impacto democratizador das pesquisas se manifestou mediante caminhos menos diretos, seja alimentando a confiança dos autocratas por apostas políticas cada vez mais arriscadas que acabaram se voltando contra seus interesses ou quando estes estudos informaram aos membros da oposição moderada sobre o respaldo latente da sociedade a uma mobilização em favor da convocação de eleições ou a restauração de outras instituições democráticas. Com efeito, as motivações que levam os ditadores a conduzir e difundir informação de enquetes sobre a opinião pública estiveram sempre longe da intenção de adaptar políticas de governo às necessidades e anseios da população; antes, visavam aperfeiçoar seu comando sobre o clima social e político existente e enxergar recursos para revitalizar a submissão ou fidelidade dos cidadãos². No entanto, podemos identificar um paradoxal efeito democratizador na divulgação das pesquisas de opinião pública, em diversas circunstâncias.

Alguns observadores da política chilena, por exemplo, sugerem que, até um certo ponto, a aposta do General Pinochet no plebiscito de 1988 foi estimulada pelos resultados propícios das pesquisas encomendadas com sigilo para diferentes organizações (Constable & Valenzuela, 1991, pp.304-305). De modo semelhante, muitos interpretam o compromisso do Sandinismo nicaraguense a realizar eleições livres em Fevereiro de 1990 em função do quadro positivo para seu candidato que quase todas pesquisas insinuavam (Cohen Walker, 1993).

A fluidez intrínseca a estas situações é exemplificada pelo caso uruguaio da convocatória ao plebiscito realizada pela ditadura no ano de 1980 com o intuito de ratificar uma nova constituição, muito mais permeável aos seus interesses corporativos. Na medida em que os números das primeiras pesquisas persuadiram os generais que sua vitória seria segura (e que certa pressão internacional podia ser exercida), as restrições colocadas para a campanha foram flexibilizadas e, assim, as forças democráticas tiveram a oportunidade de se expressar e organizar. Estas liberdades obtidas da noite para o dia, mais a vantagem de toda a oposição civil ter um mesmo objetivo que a manteve coesa, possibilitaram a realização de uma campanha altamente instrutiva sobre o significado e

² Para uma análise detalhada do uso e abuso das pesquisas políticas sob governos autoritários na América do Sul. (Smith & Turner, 1984).

alcance da nova constituição, nutrida em boa parte pela informação recolhida pelas enquetes, graças ao ambiente bem menos repressivo do momento. Os generais, que tinham convocado o plebiscito subitamente de um mês para outro, viram como sua vantagem inicial caía de 48% para 33% enquanto que a oposição subia nas preferências de 15% para 28%. As mesmas pesquisas amplamente divulgadas mostravam a queda de prestígio do governo. Semanas depois nas urnas, a nova constituição dos militares era derrotada (Smith & Turner, 1984).

Uma última situação pode ser ilustrada novamente pelo caso salvadorenho durante a guerra civil dos anos 80. Tal como nos lembra Cruz Alas (1994, p.28): "as pesquisas de opinião e sua difusão foram permitidas pelos governos nos anos 80 como uma forma de legitimar formalmente o tipo de regime democrático que eles diziam defender". Paradoxalmente, a disseminação dos resultados foi aos poucos questionando a intenção dos militares de ganhar a guerra exclusivamente no campo militar, ao mostrar firmes e substantivas maiorias pronunciando-se sempre em favor da opção das negociações com a guerrilha. Em fins dos anos 80, esses resultados (entre outras razões) pareciam ter influído sobre o novo governo da ARENA (força política herdeira da ditadura) estimulando-o a trocar sua política militarista por outra de conversações pela paz e desarmamento.

Quando as pesquisas são usadas contra a consolidação democrática

Mas, as pesquisas de opinião também foram utilizadas para subverter as chances de aprofundamento democrático na região, e até para inviabilizar a própria continuidade da democracia. O caso peruano é paradigmático. Em Abril de 1992, o presidente Fujimori decidiu lançar um auto-golpe fechando todas as outras instituições republicanas e políticas menos o Executivo, argumentando que essa era o que a maioria da população preferia e esperava dele, como o revelavam as pesquisas de opinião. Tal como fora relatado por Catherine Conaghan (1993, pp.2-3): "ao se respaldar nas genuínas frustrações populares sobre o mal funcionamento da democracia peruana, as pesquisas forneceram a Fujimori um raciocínio para romper com a constituição. Com a evidência na mão do apoio popular a suas ações, Fujimori foi capaz de apresentar a violação da constituição como um exercício democrático. As pesquisas foram utilizadas por Fujimori para legitimar seu golpe às instituições e seu agressivo avanço com reformas políticas que aceleraram a desorganização do sistema de partidos, enfraqueceram o legislativo e concentraram ainda mais o poder numa presidência quase imperial".

A experiência peruana ilustra, assim, o potencial para a multiplicação de ações autoritárias baseadas no mal uso das pesquisas onde as mesmas servem, cinicamente, como matéria prima para a desconsolidação da democracia em nome da vontade popular. Contudo, mesmo sob as circunstâncias mencionadas, houve espaço para que as forças democráticas encontrassem algum respaldo nas mesmas pesquisas utilizadas por

Fujimori. Tal como Conaghan (1993, p.7) comenta: "os opositores ao golpe buscaram criar um discurso alternativo baseado nas pesquisas que enfatizava a natureza contingente do apoio popular a Fujimori e nos "limites" impostos pela própria opinião pública. As pesquisas continuaram a confirmar a presença de um amplo respaldo aos valores democráticos (i.e., respeito pelos direitos humanos, compromisso com as eleições); de modo tal que as pesquisas acabam sendo usadas para promover a idéia que essas normas não podem ser transgredidas pelo governo sem incorrer em custos políticos significativos".

A manipulação das pesquisas para propósitos de propaganda não tem sido apenas um fenômeno que acontece só depois que algum evento ou decisão foi tomada por alguma autoridade ou grupo de poder. Em contextos onde existe uma competição de modelos alternativos por organizar politicamente a sociedade, geralmente caracterizados por uma violenta polarização política, as pesquisas tornam-se parte da munição com que as partes em disputa fazem a guerra psicológica. Os usos de algumas pesquisas pelo situacionismo em El Salvador no final da década de 80 ilustra parcialmente esta afirmação. Tal como Martín-Baró lembrava: "ocasionalmente alguma pesquisa de opinião foi difundida sem informar sobre o método de desenho e sondagem nem qualquer outro dado que nos permitisse avaliar seus resultados. Com a perspectiva da guerra psicológica, um objetivo fundamental do governo salvadorenho tem sido criar imagens que possam ser apresentadas como prova de que a opinião pública coincide com a história oficial. Isso tem dado lugar a um diálogo pouco coerente entre fatos e ficção, viés de interpretação, esforços mal feitos para disfarçar a realidade, exaltação quase ridícula de alguns achados e negação e rejeição sistemática de outros" (Martín-Baró, 1990, p.2).

Outra amostra do possível uso negativo das pesquisas ameaçador do processo de pacificação e democratização na América Central foi dada pela controvérsia sobre a manipulação dos dados pela administração Reagan. De acordo com Bollinger e seus colegas (1988), a difusão de uma onda de pesquisas patrocinadas pelo governo norte-americano na região representou um caso paradigmático de "sintonização" política dos resultados para torná-los consistentes com os interesses dos EUA. As leituras dos dados disseminadas entre a imprensa e a comunidade internacional recriavam um cenário de crise e insegurança tal que deixavam o caminho limpo para justificar a política militarista do governo para a região (vide também Leogrande, 1984 e, para uma visão oposta, Falcoff, 1987). De acordo com esta leitura dos resultados, a ameaça de uma invasão Sandinista na Nicarágua e a expectativa de uma piora no conflito militar entre guerrilhas e ditaduras foram colocadas como os principais problemas de cada país, embora de maneira consistente os estudos indicassem que na frente do pelotão das preocupações das maiorias figuravam tópicos sociais e econômicos. Uma consequência direta deste mal uso político das pesquisas nos países centro-americanos foi a representação incorreta da verdadeira agenda pública e, portanto, um pobre conhecimento político das elites sobre quais eram os assuntos prioritários.

Conclusões preliminares

Hoje em dia, as pesquisas políticas e de opinião pública têm se convertido numa característica central ao processo de democratização da América Latina, desvendando suas múltiplas funções. A forma como elas interagem com outros agentes-chaves deste processo (tais como a mídia, as elites locais, e até os poderes internacionais como os EUA) já não pode ser ignorada, nem serve como desculpa para a falta de atenção dada ao assunto.

Esse debate deve ser aprofundado e dele devem participar tanto acadêmicos como profissionais e usuários (de qualquer uma das instituições democráticas, sejam governantes, cidadãos, partidos ou mídia) para entender o aporte à democratização política que as pesquisas fizeram e ainda podem fazer.

BIBLIOGRAFIA

- ALTSCHULER, Bruce. (1982) *Keeping a finger on the public pulse*, Greenwood Press.
- BELTRÁN, Ulysses. (1994) The 1994 Mexican elections: a new electoral order... and a new role for election polling. *The Public Perspective*, 6(1):12-16, (November/December).
- BOLLINGER, William, MONTAÑO, Cristina and LUND, Daniel. (1988) Polling method and political use in undemocratic societies: the case of Central America. *Paper presented at the AAPOR/WAPOR Annual Conference. Toronto, Canada (May 19-22)*.
- CANTRIL, Hadley. (1967) *The human dimension: experiences in policy research*, Rutgers University Press.
- CARRASQUERO, José V. and CUPOLO, Marco. (1992) The Venezuelan democratic system and the failed coup attempt. *Paper presented at the 1992 WAPOR Annual Conference. St. Petersburg, Florida (May 18-20)*.
- CHERINGTON, Paul. (1940) Opinion polls as the voice of democracy. *Public Opinion Quarterly*, 2: 236-238.
- CONAGHAN, Catherine. (1993) Polls, political discourse, and the public sphere: the spin on Peru's Fuji-golpe. *Paper delivered at the FLACSO-Quito/UCSD-CILAS Conference on New Approaches to Methods and Analysis in Latin America. Quito, Ecuador. (July 29-31)* (published in: Peter Smith, ed. *Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis*, Westview).
- CONSTABLE, Pamela and VENEZUELA, Arturo. (1991) *A nation of enemies: Chile under Pinochet*, W.W.Norton & Co.
- CRUZ ALAS, José M. (1994) Las encuestas de opinión pública y el proceso de democratización salvadoreño, *Estudios Centroamericanos*, 543-544: 21-32.
- DOBSON, Richard and ROBINSON, John. (1990) Soviet public opinion research in the age of Perestroika. *The Public Perspective*, vol.1, 2:26-28, (January/February).

- DONSBACH, Wolfgang. (1995) The role of polls in a Democracy. *WAPOR Newsletter*, 2: 1 and 14.
- FALCOFF, Mark. (1987) Contradictions: public and leadership opinion in Central America. *Public Opinion*, 10: 45-48, (November/December).
- GALLUP, George and ERA, Saul. (1940) *The pulse of democracy*, Simon and Schuster.
- GARRETÓN, Manuel, LAGOS, Marta, and MENDEZ, Roberto. (1983) *Los chilenos y la democracia. La opinión pública, 1991-1994*. Informe 1991, Participa.
- GINSBERG, Benjamin. (1986) *The captive public: how mass opinion promotes state power*, Basic Books.
- HERBST, Susan. (1993) *Numbered voices: how opinion polling has shaped american politics*, University of Chicago Press.
- HERRERA, Cheryl et al. (1992) Public opinion and congressional representation. *Public Opinion Quarterly*, 56(2): 185-205.
- KAYANNAH, Dennis. (1981) Public opinion polls. In: BUTLER, David, PENNIMAN, Howard and RANNEY, Austin (eds.) *Democracy at the polls: a comparative study of competitive national elections*, AEI Press, p.196-215.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). (1990) *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição*, Sumaré/IDESP.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). (1992) *Ouvindo o Brasil*, Sumaré/IDESP.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1994) Brazil: Toward parliamentarism?. In: LINZ, Juan and VALENZUELA, Arturo (eds.) *The failure of presidential democracy*, The John Hopkins University Press, p.253-293.
- LEITE, Claudia and SMITH, Peter H. (1992) Social science research on Latin America: a conference report. *Working Paper*, 2, CILAS/UCSD.
- LEOGRANDE, William. (1984) Central America and the polls, Washington Office on Latin America. (May).
- LIPPMAN, Walter. (1925) *The phantom public*, Basic Books.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio. (1985) La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador, *Cuadernos de Psicología*, 1-2, vol.7: 93-108.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio. (1990) Mass media and public opinion in El Salvador, *Interamerican Public Opinion Report*, 2 and 12, (January).
- McCOY, Jennifer. (1985) The democratic advantage? Perceptions and procedures of economic reform in Uruguay. *Paper presented at the 1995 Midwest Political Science Association Meeting*. Chicago, Illinois (April 6-8).
- McGUIRE, O. R. Col. (1940) The U.S. Constitution and the shekels of silver, *Public Opinion Quarterly*, 2: 232-235.
- MILLER, Warren and STOKES, Donald. (1963) Constituency influence in Congress. *American Political Science Review*, 57: 45-56.
- MONTAÑO, Cristina. (1990) Panamanians welcomed U.S. invasion, *Interamerican Public Opinion Report*, 7, (Spring).
- MYERS, David. (1993) Percepciones de una democracia bajo presión: decadencia inevitable o refundación?. In: SERBIN, Andrés e STAMBOULI, Andre's (eds.) *Venezuela bajo presión*, Nueva Sociedad.

- PAGE, Benjamin et al. (1984) Constituency, party, and representation in Congress, *Public Opinion Quarterly*, 48: 741-756, (Winter).
- ROLL Jr., Charles and CANTRIL, Albert. (1972) *Polls. Their use and misuse in politics*, Basic Books.
- SCOTT, David Clarke. (1983) Public intolerance for graft is toppling Latin leaders, *The Christian Science Monitor* (June 16): 1 and 4.
- SMITH, Brian and TURNER, Frederick. (1984). Survey research in authoritarian regimes: Brazil and the Southern Cone of Latin America. In: WILKIE, James and PERKAL, Adam (eds.) *Statistical Abstract of Latin America*, v.23, UCLA Press.
- WALKER COHEN, C. D. (1993). Polls and politics in Nicaragua. *Paper delivered to the ICPSR/Quantitative Research on Latin America 1992 Alumni Reunion*. Quito, Ecuador (July 27-28).
- WELSCH, Friedrich and CARRASQUERO, José V. (1995) Democratic desconsolidation in Venezuela? Performance and normative legitimacy, *International Social Science Journal*. (December). Também publicado em OPINIÃO PÚBLICA, Vol.V, nº1.
- WORCESTER, Robert. (1984) Interview. *El Mercurio*, September 30.
- ZUKIN, Cliff. (1992) Comment on Davis: Yes, but... public opinion is a top-down process, *Public Opinion Quarterly*, 56: 311-314.

A Formação do Capital Social na América Central: violência política, repressão, dor e perda¹

John A. Booth

Departamento de Ciência Política
University of North Texas

Patricia Bayer Richard

University College, Ohio University

Resumo

A repressão do Estado procura dissuadir os cidadãos de se oporem ao regime e seus programas e fazer com que a sociedade civil e o capital social sirvam aos seus propósitos. Essa repressão pode ir de formas leves de coerção e intimidação ao extremo de infligir dor física aos cidadãos. Os insurgentes também podem reprimir e infligir dor aos cidadãos e assim moldar seus comportamentos e atitudes. Nas décadas de 1980 e 1990, os Estados da América Central e seus oponentes empregaram níveis muito variados de repressão e violência política. No interior dessas nações, os indivíduos perceberam de modo diferenciado a violência e sofreram graus variados de dor e perda. Utilizando dados de *surveys* dos anos 90 para seis países centro-americanos a fim de examinar os efeitos sobre o capital social da repressão, da violência política percebida e da dor e perda resultantes, concluímos que a repressão sistêmica e a percepção da violência política afetam significativamente a sociedade civil (envolvimento em grupo) e variedades do capital social (participação política, normas democráticas e antidemocráticas, alienação das eleições e disposição para utilizar táticas de confrontação política). Os efeitos da dor e da perda são menos claros. Embora a repressão busque refrear a participação e moldar normas de submissão, seus efeitos na América Central são complexos e, às vezes, inconsistentes com esses objetivos porque ela promove um nível de organização comunal cada vez maior e certas formas confrontadoras de capital social.

Palavras-chave: democratização, violência política, ativismo societal, América Central

Abstract

State repression seeks to dissuade citizens from opposing the regime and its programs, and to bend civil society and social capital to regime purposes. Such repression may range from lesser forms of coercion and intimidation to the extreme infliction of physical pain upon citizens. Insurgents, too, may repress and inflict pain upon citizens and thus shape their behavior and attitudes. Central American states and their opponents in the 1980s and early 1990s employed widely varying levels of repression and political violence. Individuals within these nations differentially perceived violence and experienced varying levels of pain and loss stemming from it. Using 1990s survey data from six Central American nations to examine the effects of repression, perceived political violence, and resultant pain and loss upon social capital, we find that repression at the systemic level and the perception of political violence significantly affect civil society (group involvement) and varieties of social capital (political participation, democratic and antidemocratic norms, alienation from elections, and willingness to employ confrontational political tactics). The effects of pain and loss are less clear. While repression seeks to constrain participation and mold compliant norms, its effects in Central America are complex and sometimes inconsistent with such goals because it promotes increased communal level organization and certain confrontational forms of social capital.

Key-words: democratization, political violence, civil society activism, Central America

¹ Agradecemos a Chris Gelpi por seus valiosos comentários sobre uma versão anterior deste artigo.

Se “jogar boliche sozinho” é ruim para o capital social, os esquadrões da morte são uma dádiva? Em seu artigo “Bowling Alone”, Robert Putnam (1995) sustenta que o declínio da participação em associações voluntárias põe a democracia norte-americana em risco, ao reduzir a formação de tipos importantes de capital social. Mas em sociedades que emergem do autoritarismo ou de forte tumulto político, a repressão e a violência políticas parecem ser muito mais importantes do que a vitalidade das ligas de boliche para moldar associações, atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos. Neste artigo, investigamos os efeitos da repressão política, da violência percebida e da dor e perda sobre a participação dos cidadãos em grupos (ativismo na sociedade civil) e sobre o capital social (confiança interpessoal, participação e atitudes políticas) na América Central.

Teoria

Os regimes, as pessoas que os sustentam e, às vezes, seus oponentes, utilizam a repressão política para influenciar as atitudes e os comportamentos políticos. Por meio da repressão, eles buscam moldar, freqüentemente pela supressão, as atividades dos atores políticos e refrear as demandas e as expectativas dos cidadãos em relação ao regime e ao Estado. A repressão é altamente instrumental. Nas mãos do regime, ela tende a defender o poder, as prerrogativas e os recursos dos governantes e seus aliados das pressões de outras elites e da massa. Nas mãos dos oponentes ao regime, é empregada freqüentemente para atacar o poder dos governantes. Em suas várias manifestações, a repressão serve como instrumento político ao mesmo tempo pontudo e rombudo, agindo diretamente mediante intimidação, coerção, dano ou morte de vítimas especificamente selecionadas e, indiretamente, ao moldar os valores, crenças e comportamentos dos outros que testemunham ou apenas ficam sabendo dela. Por exemplo: os cidadãos que sofrem diretamente a repressão podem alterar suas opiniões e, em especial, mudar o modo como interagem com os outros, o Estado ou movimentos políticos. Mas mesmo aqueles que apenas percebem ou temem a repressão podem mudar o comportamento e as atitudes para evitar que se tornem alvos também. Esses impactos amplos e indiretos da repressão moldam a natureza e a distribuição do capital social numa sociedade (Booth & Richard, 1998a, 1998b) e há indícios de que a violência política disseminada provoca efeitos semelhantes (Booth, 2000).

Os estudos existentes sobre repressão política são principalmente descritivos, históricos e centrados no Estado, concentrando-se em suas origens, desenvolvimento, papéis, relações com o autoritarismo e efeitos sobre instituições e forças sociais.² Os estudiosos também examinaram amplamente as ligações complexas entre repressão e conflito político (p. ex. Gurr, 1970; Tilly, 1978; Gurr & Harff, 1994; Lichbach, 1995). Poe e Tate (1994) documentaram o crescimento rápido do estudo da repressão *per se*,

² Mesmo restrita à América Latina, essa literatura é imensa demais para ser citada. Boas bibliografias gerais podem ser encontradas em Lichbach (1995) e Mason e Krane (1989). Bibliografias voltadas para a América Latina encontram-se em Collier (1979, pp.405-443) e Loveman, Davies e Beezley (1997).

especialmente medida como desempenho em direitos humanos dos regimes.³ Outra linha de pesquisa explora como os níveis de desenvolvimento econômico, o tipo de regime, a ideologia e os interesses moldam o desempenho governamental em direitos humanos (p. ex. Petras *et al.*, 1986; Pion-Berlin, 1989; Barsh, 1993, pp.87-90; Poe & Tate, 1994; Davenport, 1995, 1999; King, 1999) e como a repressão afeta o comportamento da oposição (Gurr, 1970, 1986; Duff & McCamant, 1976; Mason & Krane, 1989; King, 1998; Lichbach, 1995). Estudos recentes revelam que as democracias novas ou emergentes têm taxas mais altas de repressão do que as estabelecidas há mais tempo (Fein, 1995; Regan, 1999).

Jennings (1999, p.1) introduz um conceito potencialmente útil nessa área de estudo. Em sua investigação de 1999 sobre respostas políticas à dor e perda, definidas como “exposição a eventos envolvendo dano físico, ferimento, doença ou morte, seja vivida pessoal e diretamente ou experimentada de modo mais remoto e vicário”, ele sustenta que “as experiências de dor e perda penetram no âmago da vida cotidiana e freqüentemente infundem nela a política”; afirma também que “as respostas a eventos de dor e perda ocupam um lugar proeminente nos domínios da opinião pública e do ativismo em torno de questões”. Embora seu foco seja o impacto da AIDS, Jennings (1999, pp.7-9) propõe que a repressão, as agressões e a guerra civil também geram grandes dores e perdas e assim podem afetar de modo significativo a formação do capital social, mudar crenças e contribuir para a mobilização política.

Uma área promissora de pesquisa aborda o modo como a repressão estatal afeta a sociedade civil e o capital social no nível individual, em especial as atitudes políticas e a participação dos cidadãos (Gibson, 1988; Corradi *et al.*, 1992; Booth & Richard, 1996, 1998a, 1998b). Como a repressão estatal se destina a limitar ou controlar o comportamento dos cidadãos, é razoável se esperar que ela diminua a participação e restrinja as expressões de apoio à democracia. Pesquisa comparativa recente (Booth & Richard, 1996; 1998a, 1998b) mostra que a repressão medida em nível nacional geralmente diminui o apoio dos centro-americanos às normas democráticas e reduz a participação política. Por outro lado, a repressão pode produzir conseqüências políticas não pretendidas por quem a utiliza. No nível do sistema, a repressão estatal pesada pode estimular, em vez de desencorajar, a mobilização da oposição ao regime. Outros indícios sugerem que o efeito da repressão sobre o envolvimento dos indivíduos na sociedade civil e na formação do capital social pode ser complexa. Embora a participação e o apoio expresso à democracia pareçam mais baixos nos regimes repressivos, a participação em grupos e a disposição dos cidadãos para protestar ou enfrentar o Estado podem aumentar nesses contextos (Booth, 1991; Foley & Edwards, 1996).

³ Um ramo dessa literatura trata da repressão como um variável independente na formação da política pública (p. ex. Poe, 1990, 1991). Outra trata da repressão do regime como uma variável dependente e busca explicar as variações em violação dos direitos humanos e repressão (p. ex. Stohl & Lopez, 1984, 1986, 1988; Petras *et al.*, 1986; Gastil, 1989; Corradi *et al.*, 1992; Poe & Tate, 1994).

Portanto, perguntamos: como os cidadãos reagem à repressão política, a períodos extensos de violência política e de dor e perda, especialmente em democracias novas e emergentes? Como as percepções dos cidadãos dos níveis de violência e suas experiências de dor e perda induzidas pela repressão afetam o capital social? Eles participam mais ou menos, ou de modo diferente, sob condições de repressão? Eles se associam mais ou evitam associar-se para aumentar sua segurança?

A turbulenta região centro-americana oferece um excelente contexto comparativo para procurar respostas a essas perguntas. Utilizamos dados de pesquisas de opinião pública urbana em países da América Central para investigar essas questões, examinando várias hipóteses a respeito do impacto da repressão, da violência política e da dor e perda sobre a sociedade civil e a formação do capital social.

Começamos com a relação entre repressão estatal, violência política percebida e experiência pessoal de dor e perda. Tratamos a repressão estatal como um constrangimento no nível da sociedade sobre os indivíduos. Captamos a violência política em termos de percepção individual e consideramos capazes de produzir violência política tanto a repressão do Estado como as ações da oposição insurgente. A repressão no nível do sistema deveria aumentar tanto as percepções individuais da violência como as experiências de dor e perda, ao mesmo tempo em que a experiência individual de dor e perda deveria contribuir para as percepções de violência. Portanto:

H1a. Repressão maior no nível do sistema aumentará as percepções individuais de violência política.

H1b. Repressão maior no nível do sistema aumentará as experiências individuais de dor e perda.

H1c. Níveis individuais mais altos de dor e perda aumentarão os níveis de violência percebida.

Acreditamos que repressão, percepções de violência e dor e perda influenciarão a formação do capital social, uma massa de atitudes e comportamentos que moldam as interações dos cidadãos entre eles e com o Estado.⁴ As pesquisas anteriores, citadas acima, sugerem que a confiança interpessoal, o apoio ao sistema, a participação política e as normas democráticas são mais baixas em regimes repressivos e esperamos efeitos

⁴ Um número crescente de estudiosos (Edwards & Foley, 2001; Foley & Edwards, 2000; Schudson, 1998; Rosenblum, 1998; Berkowitz, 1999; Booth & Richard, 1998a, 1998b) sustenta que abordagem da ciência política da concepção de capital social principalmente em termos de confiança interpessoal (ver Putnam, 1995, 2000) é profundamente falha. Nós concordamos e concluímos que o *constructo* de capital social vago de Putnam pode ser útil se redefinido como “capital político”, uma forma de capital social que consiste de atitudes, valores e comportamentos que invade o governo de alguma forma. Enquanto alguns desses valores, comportamentos e atitudes podem aumentar a civilidade promovendo a democracia e a participação dos cidadãos nas instituições, outras podem reduzir a civilidade, aumentar o conflito político ou enfraquecer as normas democráticas (Armony, 1999; Booth & Richard, 1998c; Diamond, 1999; Richard & Booth, 2000). Assim, incluímos nesta análise, além da confiança interpessoal, as variáveis de capital social do tipo capital social, algumas que aumentam a civilidade, outras que a reduzem.

similares da violência percebida ou da experiência de dor e perda. Isso sugere as seguintes hipóteses:

H2: Repressão maior no nível do sistema, maior violência política percebida e mais experiências de dor e perda diminuirão os níveis de confiança interpessoal dos cidadãos e de apoio difuso ao sistema político.

H3: Repressão maior no nível do sistema, maior violência política percebida e mais experiências de dor e perda diminuirão os níveis de participação política em canais estabelecidos (votar, contatar autoridades e fazer campanha).

H4: Repressão maior no nível do sistema, maior violência política percebida e mais experiências de dor e perda diminuirão os níveis de apoio às liberdades democráticas.

Por outro lado, repressão, violência e dor e perda podem também induzir à mobilização, com os cidadãos se organizando para a proteção e benefício mútuo. Os cidadãos podem tentar se insular ou defender seus interesses em um ambiente político hostil ou ameaçador por meio da ação coletiva. Mediante a participação em um grupo, os indivíduos podem ser socializados em atitudes e crenças políticas que reforçam o grupo e fortalecem sua capacidade de empreender uma ação coletiva mutuamente benéfica. Diferentes tipos de organização, dependendo dos recursos e da posição de classe de seus membros, cultivarão assim diferentes tipos de capital social. Por exemplo: enquanto os grupos comunitários podem promover o contato com autoridades para obter recursos, os grupos de trabalhadores podem estimular a desobediência civil como uma arma política valiosa para os desprivilegiados.⁵

H5: Repressão maior no nível do sistema, maior violência política percebida e mais experiências de dor e perda aumentarão os níveis de ativismo da sociedade civil (envolvimento em grupos).

Por fim, os cidadãos que vivem sob repressão, que percebem violência ou que sofrem dor e perda podem se tornar alienados do sistema político ou antagonistas em relação ao governo. Desse modo, podem evidenciar formas de capital social alienadas ou de confronto, que podemos chamar de capital político negativo.

H6: Repressão maior no nível do sistema, maior violência política percebida e mais experiências de dor e perda aumentarão os níveis de apoio à desobediência civil, de apoio à supressão das liberdades democráticas, de justificação de golpes de estado, de apoio à derrubada do governo e de alheamento das eleições.

⁵ Ver Booth e Richard (1998) e Richard e Booth (2000)

América Central

A América Central do começo da década de 1990 constitui um campo promissor para investigar o impacto da repressão, da violência política e da dor e perda. Os seis principais países da região compartilham há muito tempo muitos traços culturais e sociais – experiências históricas, língua, cultura social, religião, tamanho pequeno e economia – permitindo assim uma comparação de sistemas muito semelhantes. Porém, eles variam enormemente em suas situações políticas nacionais – tipos de regime, graus de democracia efetiva e níveis de repressão e violência (Booth & Walker, 1999). Embora os seis países tivessem governos formalmente democráticos no começo dos anos 90, com a realização de eleições, vários deles ainda estavam desenvolvendo suas instituições e lutando para resolver violentos conflitos políticos internos. A Costa Rica era uma democracia estável havia décadas. Honduras estava avançando gradualmente para uma democracia civil. Na Nicarágua, acabara recentemente uma década de revolução e contra-revolução sandinista. El Salvador e Guatemala ainda estavam mergulhados em guerras civis intensas, com as negociações de paz salvadorenhas fazendo progressos muito mais rápidos do que as guatemaltecas. O Panamá fora invadido pelos Estados Unidos em 1989, para derrubar a ditadura de Noriega e instalar um governo civil.

Dados

Os dados desta análise provêm de *surveys* realizados entre 1991 e 1995 dos residentes urbanos de seis países da América Central: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.⁶ Os seis *surveys* partilharam um grande núcleo de itens idênticos, sobre percepções de violência política, ativismo em grupo, participação política e atitudes e valores políticos. Muitos desses itens foram amplamente validados e testados em campo em vários cenários culturais (Booth & Seligson, 1984; Muller *et al.*, 1987; Seligson & Gomez, 1989; Seligson & Booth, 1993). Quatro dos *surveys* incluíam também itens sobre dor e perda oriundas de tumulto político.

⁶ Metodologia: os *surveys* foram realizados na metade de 1991 entre a população urbana e em idade de votar de El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá. Em 1992, survey semelhante foi realizado na Guatemala e em 1995, na Costa Rica. Em cada um deles, uma amostra de grupo estratificada (por nível socioeconômico) foi retirada da capital nacional e de outros centros urbanos importantes. Os entrevistados foram selecionados conforme procedimentos aleatórios e cotas por sexo e idade. Um total de 4.089 entrevistas pessoais foram realizadas em toda a região, com as amostras nacionais variando de 500 a 900. Para evitar que os números de país grande distorcessem os resultados, as amostras nacionais foram ponderadas igualmente para aproximadamente 700 cada (N=4.198, ponderado). Generalizamos somente para as maiores áreas urbanas, cerca de metade da população da região.

Agradecemos o apoio para a coleta de dados das seguintes instituições: North-South Center of the University of Miami; Howard Heinz Endowment for Latin American Studies of the University of Pittsburgh Research Grants on Current Latin American Issues; University of North Texas Faculty Development Grants and Faculty Research Programs; Andrew Mellon Foundation; Tinker Foundation; Heinz Foundation; e University of Pittsburgh. O projeto foi criado e boa parte dos dados foram coletados por uma equipe que incluía Mitchell A. Seligson, da Universidade de Pittsburgh, e John A. Booth, da Universidade do Norte do Texas. Para mais detalhes, ver Booth e Richard (1996).

Variáveis independentes. A medida de repressão estatal trata a repressão como um constrangimento sistêmico sobre indivíduos no nível da sociedade. Ela inclui dois componentes igualmente ponderados: um que mede a repressão na época do *survey* e outro, a história da repressão na década anterior ao *survey*. A média proporciona um escore de repressão para cada país que nós designamos para cada respondente por nação de residência.⁷

Enquanto a repressão é um fenômeno com base no Estado, a violência política inclui danos a cidadãos e propriedades perpetrados tanto pelas forças do regime quanto por elementos paramilitares e pelos oponentes do regime. Os cidadãos que vivem em países onde há terrorismo estatal e insurgente enfrentam um cenário social cheio de riscos potenciais. Utilizamos um item que pergunta aos cidadãos sobre quanta violência política eles percebem, proporcionando uma medida em nível individual de violência percebida.

Quatro dos seis países sofreram altos níveis de repressão e violência política. El Salvador, Guatemala e Nicarágua passaram por insurreições prolongadas e campanhas contra-insurreição e por repressão de moderada a violenta. O regime de Noriega, no Panamá, sob forte pressão americana, também usou a repressão estatal e depois sofreu a invasão de 1989 que o derrubou. Nesses quatro países, os *surveys* incluíram uma bateria de três itens que mapeiam a dor e perda individual derivada da violência e repressão: se um membro da família do entrevistado fora morto ou estava desaparecido, se estava refugiado ou tivera de deixar o país.

A tabela 1 apresenta escores por país e região para essas variáveis independentes, bem como um índice de dor e perda, e oferece detalhes sobre a construção das medidas.⁸ Esses itens foram combinados para formar um índice de *dor e perda*. Correlações de ordem zero entre essas medidas revelam que elas não são multicolineares (tabela 3).

Medidas da sociedade civil. As respostas a questões concernentes à atividade em sete tipos de organizações proporcionam a base para nossos índices de sociedade civil (ver notas da tabela 2). A análise fatorial de variáveis que medem a participação dos cidadãos em grupos e associações detectou dois modos distintos de atividade na sociedade civil. Chamamos o primeiro de *envolvimento em grupo formal* (que inclui participação em sindicatos, associações cívicas, cooperativas e grupos profissionais). Chamamos o segundo de *envolvimento comunal* (em grupos comunitários tais como organizações de pais e mestres, grupos de desenvolvimento comunitário e trabalho em projetos na comunidade). As médias de ambas as medidas diferiram significativamente

⁷ A medida contém um componente histórico (intensidade estimada de repressão do regime durante a década anterior), sob a suposição de que o efeito da repressão sobre os cidadãos diminui gradualmente, mesmo depois do fim dela. O contexto imediato da repressão também importa, de forma que a repressão é estimada em cada país na data do *survey*. Ver Booth e Richard (1996) para mais detalhes sobre a construção e validação dessa medida.

⁸ Deve-se observar que os valores registrados para os componentes de dor e perda não significam, por exemplo, que 47.7% dos nicaraguenses foram para o exílio, mas sim que alguém da família extensa do entrevistado se exilou.

entre as nações (tabela 2).

Variáveis de capital social. Concebemos capital social de forma ampla, indo muito além da *confiança interpessoal*,⁹ para incorporar dois conjuntos de medidas que indicam potencialidades essenciais entre os cidadãos –apoiar a democracia e participar nela (capital social que reforça a civilidade) e perturbar, enfrentar e desafiar as instituições políticas (capital social que reduz a civilidade ou promove o conflito). Do lado positivo, temos três medidas de participação dos cidadãos na política através de canais normativos, isto é, aceitos – *votar, contatar autoridades e fazer campanha* (ver notas da tabela 2 para detalhes). Outro item incorpora medidas múltiplas de dois conceitos-chave gerais, apoio a direitos de participação gerais e à tolerância, que estão combinados numa medida de *normas democráticas* (ver tabela 2 para detalhes).

Em nossa análise, utilizamos também vários itens que captam aspectos de capital social de diminuição de civilidade ou de aumento de conflito. Além de uma crença expressa em que um golpe de estado poderia se justificar (*justificativa de golpe*), outros derivam de uma bateria de questões enraizadas na literatura de cultura cívica e poliarquia: um índice que mede a *aprovação da supressão de liberdades democráticas* dos respondentes (p. ex. aprovação da censura à imprensa ou da proibição de manifestações); um índice que mede a *aprovação da desobediência civil* dos respondentes (p. ex., ocupação de prédios ou bloqueio de ruas); um item que revela a *aprovação da rebelião armada* contra um governo eleito;¹⁰ e um item final sobre *alienação das eleições*.¹¹

Medidas demográficas. Uma vez que se sabe que certos traços demográficos influenciam o comportamento e as atitudes dos cidadãos e desse modo afetam as relações que estamos examinando, empregamos como variáveis de controle medidas de padrão de vida, educação e sexo dos respondentes.

⁹ Como observamos antes, Foley e Edwards (2000) sustentam que a confiança interpessoal diz pouco sobre a formação do capital social e seus efeitos sobre as características do sistema. Incluímos a confiança interpessoal aqui com propósito comparativo.

¹⁰ Ver Seligson e Booth (1993) para uma discussão detalhada da literatura de tolerância e poliarquia da qual derivam esses itens.

¹¹ Isso se baseia nas explicações dos respondentes sobre porque os cidadãos não votaram nas últimas eleições. Atribui o escore 1 aos entrevistados que afirmaram que os outros não acreditam em eleições, estavam desiludidos com elas ou não queriam votar; às outras respostas atribuiu-se zero.

Análise

Começamos nossa análise com um exame das relações preditas entre repressão em nível de sistema, violência percebida e dor e perda em *H1a-H1c*. A tabela 3 apresenta correlação de ordem zero entre essas variáveis. A análise confirma *H1a*, revelando uma correlação forte e positiva entre repressão estatal e violência percebida em todos os seis países ($r=.509$), bem como na sub-amostra dos mais turbulentos ($r=.432$). encontramos também sustentação para *H1c*: nas quatro nações mais turbulentas, a violência percebida e dor e perda estão correlacionadas positivamente, embora não de maneira tão forte.

Por outro lado, *H1b* prediz que a repressão estatal estará associada com mais experiências individuais de dor e perda, mas nossa análise revela, ao contrário, uma relação negativa significativa (tabela 3A). Suspeitamos que a interação de estilos de repressão estatal (por exemplo, o fato de a repressão ter um alvo mais limitado em um país do que em outro) com a população urbana do *survey* produz o resultado inesperado. O Panamá, por exemplo, tem um índice de dor e perda mais alto do que a Guatemala, refletindo provavelmente a alta incidência de violência nas zonas urbanas durante o regime de Noriega e a invasão de 1989. As populações indígenas fortemente vitimadas da Guatemala, residentes rurais em sua maioria, estão sub-representadas em nossa amostra urbana. Mediante o exame de dados de 1993 e 1995 obtidos por *surveys* de amostras nacionais de dois estágios de 2.400 guatemaltecos que incluíam moradores urbanos e rurais e muitos indígenas,¹² descobrimos uma considerável variação regional na Guatemala em níveis de violência percebida, sugerindo que contextos subnacionais podem influenciar essa relação quando examinados por meio de amostras nacionais.

Em suma, há fortes indícios a favor da hipótese de vínculos positivos entre repressão estatal e violência percebida e entre violência percebida e dor e perda. A correlação negativa repressão-dor/perda parece ser um produto artificial da composição da amostra.

Voltamo-nos agora para a formação de capital social, começando com o apoio difuso ao sistema político e a confiança interpessoal. *H2* prediz que altos níveis de repressão e violência percebida irão diminuir tanto o apoio como a confiança. A tabela 4 apresenta a análise de regressão múltipla do impacto sobre nosso índice de apoio difuso da repressão estatal, violência percebida e dor e perda, bem como várias variáveis de controle para traços demográficos, exposição à mídia e níveis de informação.¹³ Ao contrário da predição de *H2*, a repressão estatal tem um efeito positivo sobre o apoio difuso nas duas amostras de quatro e seis países (modelos 1 e 2). Porém, como *H2* previa, a violência política percebida diminui marcadamente o apoio difuso. Com efeito, os centro-americanos vivendo em regimes repressivos que percebem menos violência

¹² Agradecemos a Mitchell Seligson por esses dados.

¹³ Ver notas da tabela 4 para detalhes sobre a construção de índices para as variáveis exposição à mídia e nível de informação.

tendem a fazer profissões de patriotismo e orgulho institucional levemente mais fortes. Se pensarmos, esse padrão tem uma lógica: o contexto repressivo insta os cidadãos a professar orgulho patriótico, algo que parece que as pessoas que não estão percebendo pessoalmente violência excessiva fariam com maior probabilidade.

Em contraste, o desempenho da confiança interpessoal está, em larga medida, dentro do previsto por *H3*, sendo diminuída pela repressão estatal (somente no modelo de quatro países) e por níveis mais altos de violência percebida (tanto na tabela 4 como nos modelos 3 e 4). Porém, explica-se muito pouco da variância em confiança interpessoal (2.0% no modelo 3, 3.5% no modelo 4), mesmo quando feita a regressão sobre vários fatores demográficos. O índice de dor e perda não tem novamente correlação independente significativa com apoio difuso ou confiança expressa em outros em qualquer dos quatro modelos apresentados na tabela 4.

Para testar *H3* e *H4*, fizemos a regressão de medidas de participação política total e normas democráticas totais sobre nossas medidas de repressão, violência percebida e dor e perda. A tabela 5 revela que repressão e violência percebida diminuem a participação na política na amostra de seis países (modelo 1); somente repressão faz o mesmo para a sub-amostra de quatro países (modelo 2). A medida de dor e perda não tem impacto significativo sobre a participação política em ambos os modelos. Desse modo, os resultados confirmam *H5* para repressão, o confirmam parcialmente para violência percebida e não o confirmam para dor e perda. Em termos de normas democráticas, os dois modelos revelam que a repressão tem fortes efeitos negativos, enquanto que violência percebida e dor e perda não têm nenhum efeito. Portanto, a repressão estatal é o fator que de modo consistente e agudo reduz duas formas essenciais de capital social entre os centro-americanos, participar na política normativa e sustentar normas democráticas. O fato de que isso aconteça, enquanto a violência percebida e dor e perda têm pouco ou nenhum efeito, sugere que nossos variados fenômenos de repressão e violência talvez exerçam influências diferenciadas sobre os diversos tipos de capital social.

A tabela 6 apresenta os resultados de análises de regressão de duas formas de envolvimento na sociedade civil, tal como discutidas acima: *envolvimento em grupo formal*, que compreende a participação em associações cívicas, grupos profissionais, cooperativas e sindicatos, e *envolvimento comunal*, que indica atividade em organizações com foco local, tais como melhoria da comunidade, igreja e escola. Embora *H5* preveja que repressão, violência percebida e dor e perda estarão associadas a níveis mais altos de atividade na sociedade civil, a hipótese não se confirma com respeito a dor e perda. Por outro lado, é verdade que os centro-americanos participam mais em grupos comunitários em regimes mais repressivos e quando percebem altos níveis de violência. Em termos de participação em grupos formais, não vemos nenhum efeito da repressão, mas um efeito significativamente negativo da violência percebida.

Esses resultados indicam que nossas variáveis independentes têm efeitos

mobilizadores diferenciados para diferentes tipos de grupos, com padrões distintos ligando repressão e violência a cada forma de capital social. As relações dos diferentes tipos de grupos com o regime sugerem explicações possíveis para os efeitos variáveis da repressão e da violência percebida sobre o capital social dos cidadãos.

Grupos comunitários. Em vez de ser suprimido, tal como se supunha, descobrimos que o envolvimento comunal dos cidadãos é maior sob condições de repressão e violência percebida. Entendemos que essas relações derivam do foco local dos grupos comunais. Eles oferecem oportunidades para melhoria – pouca, mas real – que representam pouca ameaça para os regimes e, portanto, constituem espaços em que os cidadãos podem participar, mesmo em ambientes políticos violentos e repressivos. Os grupos comunitários oferecem refúgio seguro para que os ativistas persigam seus objetivos sem que sejam vistos como desafios ao regime.

Grupos formais. Os grupos formais têm maior possibilidade de aparecer na tela dos radares do regime, embora diferentes tipos de grupos possam variar nas demandas ou no apoio que transmitem ao regime. Nossa medida de grupo formal abrange diversos tipos de organizações, que representam cidadãos de diferentes classes e com interesses bem distintos. Os membros típicos dos sindicatos e das cooperativas são trabalhadores e a classe média baixa, cujos objetivos podem incluir a redistribuição da riqueza e dos serviços para os menos privilegiados. Na América Central, os sindicatos estão especialmente inclinados a contestar a política salarial do governo e assim, podem ser vítimas da repressão estatal. Por outro lado, os membros de associações cívicas e profissionais tendem a vir das classes média e alta. Suspeitamos que os membros desses grupos, estando muito menos propensos a ser contra o regime, podem esquivar-se da repressão e da violência e até prosperar sob regimes que os empregam.

Investigamos essas conjecturas explorando o efeito de nossas três variáveis independentes sobre o ativismo em cada tipo de grupo formal,¹⁴ e desse modo identificamos efeitos divergentes da repressão e violência. Como esperávamos, a repressão estatal maior está associada com menor participação em sindicatos e cooperativas e com maior ativismo em grupos profissionais. Em contraste, os que percebem violência política mais alta parecem não sentir estímulo para se envolver em associações profissionais e cívicas.¹⁵

Voltamos agora para os tipos de capital social que podem ser rotulados de “capital político negativo” – normas antidemocráticas, bem como atitudes que endossam ou justificam o comportamento político violento ou expressam alheamento político (Armony, 1999; Booth & Richard, 1998c; Diamond, 1999, p.227; Richard & Booth, 2000). O capital político negativo é aquele que reduz a civilidade, aumenta o conflito político no interior da nação e enfraquece os valores democráticos. A hipótese 6 prediz que níveis

¹⁴ Não incluído aqui por motivos de espaço.

¹⁵ Ver Booth e Richard (1998c) e Richard e Booth (2000) para uma discussão de como a repressão afeta de modo diferenciado a sociedade civil e o capital social por tipo de grupo.

mais altos de repressão estatal, violência percebida e dor e perda estarão associados ao capital político negativo. Uma vez mais, nossa medida de dor e perda não teve efeitos significativos (resultados não incluídos para economizar espaço). Os resultados para repressão e violência percebida exibidos na tabela 7 (que exclui a medida de dor e perda) são complexos e revelam novamente influências diferenciadas sobre capital social da repressão estatal e da violência percebida. A repressão maior está correlacionada com menor aprovação da desobediência civil e justificação de golpe de estado, mas com apoio maior para suprimir liberdades democráticas e mais alienação das eleições.

O quadro é um pouco mais claro no que se refere à violência percebida: a hipótese é corroborada com respeito à justificação de golpes, derrubada de governo e alienação das eleições, mas não para supressão de liberdades civis. Os cidadãos dos Estados mais repressivos da América Central e aqueles que percebiam altos níveis de violência estavam logicamente alienados das eleições e haviam feito pouco para produzir a paz. Além disso, os que percebem violência tendem também a aprovar mais a derrubada de governo e a justificar golpes. Esses resultados confirmam parcialmente que cidadãos reprimidos ou temerosos aderem a orientações de confronto contra o Estado.

Por fim, voltamo-nos para alguns padrões mais amplos que emergem da revisão das tabelas 4 a 7. Está claro que a repressão estatal e a violência percebida deixam sua marca distintiva sobre o capital social. Em cada modelo de regressão registrado, uma delas ou ambas têm um efeito estatisticamente significativo sobre a variável dependente. Mas quão fortes são os efeitos? Eles variam consideravelmente. Como fica demonstrado pelo R^2 , nossos modelos mais bem sucedidos respondem por entre 9% e 19% de variância explicada em três variáveis dependentes – participação política total, envolvimento em grupo formal e normas democráticas gerais. Em contraste, a variância explicada é muito limitada (3,5% ou menos) para várias variáveis: confiança interpessoal, justificação de golpes, aprovação da derrubada do governo e alienação das eleições. A variância explicada é apenas levemente mais robusta (na faixa dos 4 a 6%) para o envolvimento comunal e apoio difuso, apoio à desobediência civil e apoio à supressão de liberdades civis.

Supomos que a diferença em variância explicada entre o primeiro grupo e os dois grupos posteriores de variáveis surge de várias fontes. Em primeiro lugar, as variáveis mais bem explicadas consistem de fenômenos que aumentam a civilidade, são socialmente aceitáveis e ocorrem no interior de canais – por exemplo, apoio às normas democráticas, votar, contatar autoridades, participação em associações cívicas e profissionais, ou seja, capital social positivo. Ao contrário, muitas das variáveis menos explicadas consistem de capital político negativo – redutor de civilidade, apoio a conflito ou respostas alienadas possivelmente sujeitas a um viés de desejabilidade social. Alguns entrevistados talvez tenham relutado em admitir esses comportamentos de redução da civilidade, introduzindo assim erros nos dados. Em segundo lugar, suspeitamos que o capital social e os fenômenos de sociedade civil no grupo mais bem explicado estão mais

bem medidos do que os menos explicados. As variáveis mais bem explicadas consistem principalmente de índices construídos a partir de itens múltiplos e foram repetidamente validadas em diversos cenários políticos. Os fenômenos no grupo menos explicado são medidos por itens simples – justificação de golpe, alienação das eleições e apoio à derrubada do governo – e podem, portanto, ser menos confiáveis. Outra das variáveis mal explicadas é a confiança interpessoal, que medimos da forma usual, mas que é cada vez mais criticada em termos teóricos, conceituais e de medida (Power & Clark, 1999; Foley & Edwards, 2000). Desse modo, medidas de capital político negativo e confiança interpessoal podem ser mais desenvolvidas e refinadas em estudos futuros. Em terceiro lugar, as variáveis menos explicadas tendem a ter menores desvios-padrão e assim, menos variância para explicar do que as variáveis de capital social mais bem explicadas.

Resumo e conclusões

Nossos resultados podem ser resumidos da seguinte forma: em primeiro lugar, a repressão estatal e a violência percebida reduzem a confiança interpessoal, revelando um forte efeito contextual sobre o capital social. Em contraste, o apoio difuso ao sistema político é mais baixo entre os que mais percebem a violência, tal como se supunha, mas mais alto entre cidadãos de regimes mais agressivos. Esse resultado anômalo pode derivar da falta de disposição dos cidadãos para expressar aos entrevistadores suas reservas sobre governos altamente repressivos.

Em segundo lugar, a repressão estatal e a violência percebida reduzem os níveis de participação política e normas democráticas. Como se supunha, ambas aumentam certos tipos de ativismo na sociedade civil (em grupos comunais e em associações profissionais). Mas contrariando as hipóteses, a repressão estatal reduz a participação em sindicatos e cooperativas e a violência percebida diminui o envolvimento em associações profissionais e cívicas. Desse modo, os efeitos da repressão e da violência percebida variam conforme o tipo específico de organização.

Em terceiro lugar, a repressão estatal e a violência percebida aumentam a alienação dos cidadãos em relação às eleições, sua disposição expressa de suprimir liberdades civis e sua disposição para justificar um golpe de estado e apoiar a derrubada do governo.

Em quarto lugar, a repressão estatal e a violência percebida influenciam as variáveis do capital social de modo diferenciado. A repressão, por exemplo, é o principal fator na redução da participação e das normas democráticas, enquanto que a violência percebida é fator principal na redução da confiança interpessoal, da participação em grupos formais e na disposição de derrubar o governo. Em alguns casos, a repressão estatal e a violência percebida influenciam em direções opostas as variáveis do capital social.

Por fim, as experiências de dor e perda têm muito pouco efeito independente

sobre a formação do capital social.

Em suma, a repressão e a violência percebida na América Central, tal como se esperava, enfraquecem o capital político positivo, ou formas de capital social que aumentam civilidade tais como normas democráticas, participação política e confiança interpessoal. A repressão e a violência percebida também contribuem para o capital político negativo, aumentando a alienação das eleições, a disposição para suprimir liberdades democráticas, a justificação de golpes e o apoio à derrubada do governo. Desse modo, regimes com níveis mais altos de repressão e percepção de violência disseminada entre os cidadãos militam contra o desenvolvimento da civilidade, do capital político positivo e promovem o capital político negativo de redução da civilidade.

Nossa medida de dor e perda, baseada na experiência dos respondentes de morte, fuga ou exílio de membros da família revelou-se infrutífera para a predição de níveis de capital social quando a repressão estatal e a violência percebida também foram incluídas. Isso apresenta uma questão interessante: seria o próprio conceito problemático, ou se trata de um caso de mensuração inadequada?

Tentamos responder a essa questão fazendo uma análise de regressão país por país, excluindo assim a variável repressão estatal.¹⁶ Desse modo, descobrimos alguma influência de dor e perda sobre o capital social. Especificamente, dor e perda explicavam níveis significativos de variância na maioria das variáveis dependentes no caso do Panamá: tal como previa nossa hipótese, os panamenhos que registravam dor e perda eram mais ativos tanto em grupos formais como em comunais e estavam mais dispostos a apoiar a desobediência civil e derrubar o governo. Além disso, os salvadorenhos na mesma situação tinham menos normas democráticas. Contudo, ao contrário de nossa hipótese, os nicaraguenses tinham níveis mais altos de participação política.

Tendo em vista esse aprofundamento da questão da dor e perda, sugerimos as seguintes explicações para sua falta de impacto sobre o capital social quando considerado em termos regionais. Em primeiro lugar, na América Central do começo dos anos 90, as experiências individuais de dor e perda talvez tenham tido menos influência do que as perspectivas sociotrópicas. Isto é, os indivíduos talvez tenham respondido com base no que parecia estar acontecendo com outros, ou outros como eles, independente de suas experiências próprias. Isso abafaria o efeito específico de uma experiência de dor e perda pessoal. Em segundo lugar, a experiência de dor e perda proporciona uma disposição comportamental retrospectiva. Essa retrospectiva sobre uma perda pessoal ou familiar talvez seja menos frutífera do que explorar o ambiente político existente para encontrar disposições prospectivas relacionadas com a repressão atual e a violência política percebida. Em essência, a consideração da repressão e da violência sugeriria a muitos cidadãos estratégias para ajustar suas ações atuais e opiniões expressas de forma a evitar o risco político.

¹⁶ Análise regressiva não mostrada aqui por motivos de espaço.

Uma terceira explicação para o mau desempenho de dor e perda é que o desenho do *survey* pode ter enfraquecido a potência do conceito. Como dissemos, estudamos apenas amostras urbanas. A interação de padrões de migração decorrentes de conflito civil e o *timing* dos *surveys* nacionais com respeito às guerras civis pode ter efetivamente eliminado muitas vítimas de dor e perda de algumas amostras nacionais. Ao não incluir mensurações de dor e perda nos *surveys* dos dois países menos turbulentos da região (Costa Rica e Honduras), perdeu-se a variância potencial. Por outro lado, os efeitos de dor e perda que discernimos em nossa análise nacional indicam que elas podem mobilizar cidadãos e gerar capital político negativo. Portanto, cremos que os efeitos da dor e perda exigem uma investigação mais aprofundada.

Nossa pesquisa sobre a América Central nos permitiu considerar os efeitos das patologias políticas da repressão, violência percebida e experiência de dor e perda sobre o capital social. Levando em conta o debate teórico sobre se a atividade na sociedade civil e o resultante capital social aumentam necessariamente a civilidade ou o capital político positivo, ou se eles podem, às vezes, reduzir a civilidade e promover o capital político negativo, partimos para examinar a formação de capital social na América Central. A teoria e pesquisas anteriores sugeriam que o contexto político tinha muita importância na formação do capital social. Portanto, nós sustentamos que a repressão estatal, a violência política percebida e a dor e perda provavelmente diminuiriam o capital político positivo ou intensificador de civilidade, mas também aumentariam a formação de capital político negativo ou redutor de civilidade. Apesar de algumas limitações e certas anomalias interessantes, confirmamos, em larga medida, as expectativas com respeito à repressão estatal e à violência percebida. Embora inconcludente aqui, justifica-se um aprofundamento da pesquisa sobre os efeitos da dor e perda.

TABELA 1
Medidas de níveis de repressão, violência percebida e dor/perda para habitantes urbanos centro-americanos, por país.

	Guatemala	Honduras	El Salvador	Nicarágua	Costa Rica	Panamá	Região
Nível Contextual							
Nível de repressão ^a	5.00	2.00	4.50	3.00	1.00	1.50	2.83
Nível Individual							
Nível de violência percebida ^b	3.44	1.44	3.79	3.17	1.75	2.15	2.62
Membro da família morto ou desaparecido (%) ^d	9.0	- ^c	22.9	19.4	- ^c	6.7	- ^c
Membro da família refugiado (%) ^e	6.6	- ^c	30.9	42.4	- ^c	6.9	- ^c
Membro da família no exílio(%) ^f	7.7	- ^c	33.6	47.7	- ^c	6.9	- ^c
Índice de dor e perda	.09	- ^c	.26	.30	- ^c	.17	- ^c

^a Índice de repressão no nível do sistema; metade do escore baseada no nível à época do *survey*, metade do escore baseada na repressão durante a década anterior ao *survey*; escore é média; repressão muito baixa=1... repressão muito alta = 5. Ver Booth e Richard (1996) para detalhes sobre a construção de índices.

^b Item: "Quanta violência política há no país?" nenhuma=1, alguma=2, muita=3.

^c Não disponível; questão não formulada em países sem guerra civil.

^d Item: "Algum membro de sua família foi morto ou desapareceu durante a violência política?" Valores = percentagem que respondeu afirmativamente.

^e Item: "Algum membro de sua família esteve refugiado por causa da violência política?" Valores = percentagem que respondeu afirmativamente.

^f Item: "Algum membro de sua família teve de deixar o país por causa da violência política?" Valores = percentagem que respondeu afirmativamente.

^g Índice de dor e perda devido violência política; construído baseado em respostas afirmativas aos itens morte/desaparecimento, refugiado, e exílio acima.(intervalo de 0=baixo a 3=alto).

TABELA 2

Índices da sociedade civil e capital social para habitantes urbanos centro-americanos, por país.^a

	Guatemala	Honduras	El Salvador	Nicarágua	Costa Rica	Panamá	Região
Envolvimento na Sociedade Civil							
Envolvimento em auto-ajuda comunal ^b	1.09	.87	1.05	1.56	1.80	1.28	1.27
Envolvimento em grupos ^c	.66	1.05	.33	.43	.47	.84	.63
Capital Social – Participação Política							
Voto ^d	1.51	1.86	1.39	1.62	1.91	1.72	1.67
Campanha ^e	.25	1.08	.18	.47	.87	.84	.62
Contato com autoridades públicas ^f	.41	.77	.32	.17	.56	.56	.46
Nível de participação total ^g	2.21	3.74	1.90	2.32	3.33	3.11	2.77
Capital Social – Apoio às Liberdades Democráticas							
Direito de participação geral ^h	7.06	8.07	7.47	8.31	8.22	8.46	7.94
Direitos para os críticos do regime ⁱ	4.60	6.99	5.21	5.69	6.12	7.10	5.98
Normas democráticas globais ^j	5.85	7.53	6.34	7.01	7.17	7.79	6.96
Capital Social – Outras Atitudes Políticas							
Apoio à desobediência civil ^k	2.01	3.41	2.12	2.42	1.93	1.96	2.31
Apoio à supressão de liberdades civis ^l	3.75	4.18	4.75	3.55	2.96	3.22	3.73
Justifica um golpe de estado ^m	1.24	1.06	1.20	1.16	1.31	1.25	1.20
Apoio à derrubada do governo ⁿ	.43	.56	.45	.56	.40	.47	.48
Alheamento das eleições ^o	.52	.28	.60	.43	.45	.35	.44

^a As diferenças de médias entre países em todos os itens são significativas no nível .0001 ou maior.

^b Envolvimento em cinco atividades de auto-ajuda comunitárias; 1= sim, 0=não para cada; escala = 0-5.

^c Comparece às vezes a sindicato, associação cívica, cooperativa ou associação profissional; sim=1, não=0 para cada; escala =0-4.

^d Registrou-se para votar e votou na última eleição; sim = 1, não=0 para cada; escala 0-2.

^e Tentou persuadir outros sobre como votar ou trabalhou na última ou penúltima campanha eleitoral; 1= sim, 0=não para cada; escala = 0-3.

^f Teve algum contato com presidente, deputado, vereador, ou agência do governo nacional; sim, 0=não para cada; escala = 0-4.

^g Índice de participação política total; soma os escores dos índices de voto, contato, e campanha acima; escala = 0-9.

^h Índice de apoio aos direitos de participação geral baseado em 3 itens; escala 1 - 10.

ⁱ Índice de apoio a 3 direitos de participação de críticos do regime (tolerância); escala 1-10.

^j Índice total de apoio a liberdades democráticas (média aritmética de apoio a direitos de participação geral e aos direitos de participação de críticos; escala = 1 - 10.

^k Índice de apoio a desobediência civil e comportamento de protesto (4 itens), escala 0-10.

^l Índice de apoio à supressão de liberdades civis (apoio a censura etc.), escala 0-10.

^m Item: "Há alguma justificativa para um golpe de estado?" (1=não, 2=sim).

ⁿ Item medindo apoio à tentativa violenta de derrubar o governo eleito; 1=apóiam fortemente... 10=desaprovam fortemente.

^o Item: Respondente acha que os não-votantes não acreditam em eleições. (0=não, 1=sim)

TABELA 3

Relações (correlações de ordem zero) entre repressão estatal, violência política percebida, e dor e perda.

A. Amostra de quatro países (exclui Costa Rica e Honduras).

	Repressão Estatal	Violência percebida	(N)
Violência percebida	.432****	-	
Dor e perda	-.050**	.054**	(2666)

B. Correlação entre repressão estatal e violência percebida, Amostra de seis países:

	<u>r</u>	<u>(N)</u>
	.509****	(4096)

C. Correlações entre perda e dor e violência percebida, por país

	<u>r</u>	<u>(N)</u>
Guatemala	.017	(651)
El Salvador	-.051	(696)
Nicarágua	.019	(667)
Panamá	.163***	(651)

Níveis de significância: * ≤ .05; ** ≤ .01; *** ≤ .001; **** ≤ .0001.

TABELA 4

Regressão múltipla, índices de apoio difuso individual e confiança interpessoal sobre repressão, violência percebida, dor e perda, contato com mídia, informação política e fatores demográficos (coeficientes beta), América Central urbana.

Variáveis dependentes	APOIO DIFUSO		CONFIANÇA INTERPESSOAL	
	Modelo 1 (6 países)	Modelo 2 (4 países)	Modelo 3 (6 países)	Modelo 4 (4 países)
Repressão estatal	.042*	.132***	-.022	-.072**
Violência percebida	-.100***	-.207***	-.044*	-.045*
Dor e perda	- ^a	-.035	- ^a	-.006
Sexo (M=1, F=2)	.054**	-.005	.041*	.045*
Educação	-.170	-.095***	.035	.013
Padrão de vida ^b	.219***	.084**	.067**	.085**
Contato com mídia ^c	-.035*	.027	.000	.018
Informação política ^d	.000	-.027	.041*	.041
R ²	.056	.048	.020	.035
Erro padrão	1.510	1.501	.937	.941
F	32.53	15.70	11.04	11.20
Significância de F	.000	.000	.000	.000
(N)	(3880)	(2498)	(3837)	(2511)

Níveis de significância: * ≤ .05; ** ≤ .01; *** ≤ .001.

^a Item não disponível na amostra de 6 países.

^b Padrão de vida é um índice de riqueza familiar baseado na propriedade de televisões em cores, refrigeradores, máquinas de lavar, telefones e automóveis; escala 0 - 15.

^c Um índice de contato com mídia informativa baseado em escuta declarada de notícias na televisão, rádio, e leitura diária de jornais; escala 0 - 3.

^d Um índice de informação/conhecimento político baseado nas respostas corretas a questões sobre o nome do Secretário de Estado dos EUA, do presidente da Rússia, e número de deputados da câmara de deputados; escala 0 - 3.

^d Item não disponível na amostra de 6-países.

TABELA 5

Regressão múltipla, participação individual e normas democráticas sobre repressão, violência percebida, dor e perda, contato com mídia, informação política e fatores demográficos (coeficientes beta), América Central urbana.

Variáveis dependentes	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		NORMAS DEMOCRÁTICAS	
	Modelo 1 (6 países)	Modelo 2 (4 países)	Modelo 3 (6 países)	Modelo 4 (4 países)
Repressão estatal	-.286***	-.200***	-.271***	-.301***
Violência percebida	-.092***	-.009	.033	-.008
Dor e perda	- ^a	.023	- ^a	-.019
Sexo (M=1, F=2)	-.108***	-.098***	-.010	-.034
Educação	.072***	.056*	.071***	.095***
Padrão de vida ^b	-.050**	.023	-.004	-.041
Contato com mídia ^c	.098***	.081***	.003	.025
Informação política ^d	.078***	.110***	.245***	.192***
R ²	.174	.119	.158	.181
Erro padrão	1.49	1.40	1.88	1.88
F	115.05	41.95	107.03	69.84
Significância de F	.000	.000	.000	.000
(N)	(3828)	(2502)	(3845)	(2532)

Níveis de significância: * ≤ .05; ** ≤ .01; *** ≤ .001.

^a Item não disponível na amostra de 6 países.

^b Ver Tabela 4 para detalhes sobre a construção de índices.

TABELA 6

Regressão múltipla, envolvimento individual em grupos formais e envolvimento comunal sobre repressão, violência percebida, dor e perda, contato com mídia, informação política e fatores demográficos (coeficientes beta), América Central urbana.

Variáveis dependentes	ATIVISMO EM GRUPO FORMAL		ATIVISMO EM GRUPO COMUNAL	
	Modelo 1 (6 países)	Modelo 2 (4 países)	Modelo 3 (6 países)	Modelo 4 (4 países)
Variável independente				
Repressão estatal	.020	.011	.084***	.056*
Violência percebida	-.068***	-.088***	.049**	.039
Dor e perda	- ^a	.004	- ^a	-.001
Sexo (M=1, F=2)	-.090***	-.112***	.088***	.093***
Educação	.139***	.082**	-.39*	-.030
Padrão de vida ^b	.058**	.142***	-.017	-.075**
Contato com mídia ^c	.087***	.057***	.096***	.115***
Informação política ^d	.111***	.032	-.010	-.030
R ²	.103	.090	.035	.044
Erro padrão	.881	.852	.942	.928
F	66.187	32.239	20.750	14.950
Significância de F	.000	.000	.000	.000
(N)	(4021)	(2608)	(4043)	(2621)

Níveis de significância: * ≤ .05; ** ≤ .01; *** ≤ .001.

^a Item não disponível na amostra de 6 países.

^b Ver Tabela 4 para detalhes sobre a construção de índices.

TABELA 7

Regressão múltipla, desobediência civil, apoio à supressão de liberdades, justificação de golpes, e alheamento das eleições, sobre repressão, violência percebida, dor e perda, contato com mídia, informação política e fatores demográficos (coeficientes beta), América Central urbana, todos os seis países.

<i>Variáveis dependentes</i>	DESOBEDIÊNCIA CIVIL	SUPRIMIR LIBERDADES	JUSTIFICA GOLPES	DERRUBAR GOVERNO	ALHEADO ELEIÇÕES
<i>Variável independente</i>					
Repressão estatal	-.129***	.184***	-.105***	-.020	.079***
Violência percebida	-.007	-.125***	.159***	.063***	.138***
Sexo (M=1, F=2)	-.012	-.017	.026	-.011	.019
Educação	-.101	-.010	-.007	.003	-.003
Padrão de vida ^b	-.192***	-.049	.017	-.072***	.009
Contato com mídia ^c	.042**	.028	-.004	-.001	-.009
Informação política ^d	.159***	-.133***	-.100***	-.040*	.011
R ²	.048	.056	.032	.012	.034
Erro padrão	2.11	2.55	.397	2.03	.488
F	28.93	33.45	18.08	28.90	21.15
Significância de F	.000	.000	.000	.000	.000
(N)	(4012)	(3971)	(3801)	(4016)	(3955)

Níveis de significância: * ≤ .05; ** ≤ .01; *** ≤ .001.

BIBLIOGRAFIA

- ARMONY, Ariel. (1999) Unmasking Social Capital: Civic Participation, Interpersonal Trust, and the Role of the State in the United States and Argentina. Trabalho apresentado na Reunião Anual da Midwest Political Science Association, Chicago, abril 15-17.
- BARSH, Russell Lawrence. (1993) Measuring Human Rights: Problems of Methodology and Purpose. *Human Rights Quarterly* 15:87-121.
- BERKOWITZ, Peter. (1999) *Virtue and the Making of Modern Liberalism*. Princeton, Princeton University Press.
- BOOTH, John A. (1991) Socioeconomic and Political Roots of National Revolts in Central America. *Latin American Research Review* 26 (No. 1): 33-73.
- _____. (2000) Global Forces and Regime Change: Guatemala Within the Central American Context. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* (a sair).
- BOOTH, John A. e RICHARD, Patricia Bayer. (1996) Repression, Participation, and Democratic Norms in Urban Central America. *American Journal of Political Science*, 40: 1205-1232.
- _____. (1998a) Civil Society, Political Capital, and Democratization in Central America. *Journal of Politics*, 60:780-800, (agosto).
- _____. (1998b) Civil Society and Political Context in Central America. *American Behavioral Scientist* 42: 33-46, (setembro).
- _____. (1998c) Civil Society in Central America: The Dark Side? Trabalho apresentado na reunião da Midwest Political Science Association, Chicago, abril 23.
- BOOTH, John A. e SELIGSON, Mitchell A. (1984) The Political Culture of Authoritarianism in Mexico: A Reexamination. *Latin American Research Review* 19, 1:106-124.
- BOOTH, John A. e WALKER, Thomas W. (1999) *Understanding Central America*. Boulder, Westview Press.
- COLLIER, David, ed. (1979) *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.
- Corradi, Juan E., FAGEN Patricia Weiss e GARRETÓN Manuel Antonio. (1992) *Fear at the Edge: State Terror and Resistance in Latin America*. Berkeley, University of California Press.
- DAVENPORT, Christian. (1995) Multi-Dimensional Threat Perception and State Repression: An Inquiry into Why States Apply Negative Sanctions. *American Journal of Political Science*, 39: (No. 3):683-713.
- _____, ed. (1999) *Paths to State Repression: Human Rights and Contentious Politics in Comparative Perspective*. Rowman and Littlefield.
- DIAMOND, Larry. *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Baltimore, Johns Hopkins.
- DUFF, Ernest A. e MCCAMANT, John F. (1976) *Violence and Repression in Latin America: A Quantitative and Historical Analysis*. Nova York, The Free Press.
- EDWARDS, Bob, e FOLEY, Michael W. (2001) Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital Debate. In Bob Edwards, Michael W. Foley, e Mario Diani, eds. *Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital Debate in Comparative Perspective*. University Press of New England (a sair).

- FEIN, Helen. (1995) More Murder in the Middle: Life-Integrity Violations and Democracy in the World, 1987. *Human Rights Quarterly* 17,1:170-191.
- FOLEY, Michael W. e EDWARDS, Bob. (1996) The Paradox of Civil Society. *Journal of Democracy* 7: 38-52.
- _____. (1998) Beyond Tocqueville: Civil Society and Social Capital in Comparative Perspective. *American Behavioral Scientist* 42 (No. 1): 5-20.
- _____. (2000) Is It Time to Disinvest in Social Capital? *Journal of Public Policy* .
- GARTNER, Scott S. e REGAN, Patrick M. (1996) Threat and Repression: The Non-Linear Relationship between Government and Opposition Violence. *Journal of Peace Research* 33(3):273-288.
- GASTIL, Raymond D. (1989) Freedom in the Comparative Survey: Definitions and Criteria. In Raymond Gastil, ed., *Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1988-1989*. Nova York, Freedom House.
- GIBSON, James. 1988. "Political Intolerance and Repression During the McCarthy Red Scare." *American Political Science Review* 82(2):511-529.
- GURR, Ted Robert. (1970) *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- GURR, Ted Robert e HARFF, Barbara. (1994) *Ethnic Conflict in World Politics*. Boulder, Westview Press.
- JENNINGS, Kent. (1999) Political Responses to Pain and Loss. *American Political Science Review* 93(1):1-14.
- KING, John C. (1998) Repression, Domestic Threat, and Interactions in Argentina and Chile. *Journal of Political and Military Sociology* 27 (Inverno): 1-37.
- _____. (1999) Ameliorating Effects of Democracy on Political Repression as Seen in 51 Countries Across 35 Years. In Christian Davenport, (ed.), *Paths to State Repression: Human Rights and Contentious Politics in Comparative Perspective*. Rowman and Littlefield .
- LICHBACH, Mark Irving. (1995) *The Rebel's Dilemma*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- LOVEMAN, Brian, DAVIES, Jr, Thomas M. e BEEZLEY, William H., eds. (1987). *The Politics of Antipolitics: The Military in Latin America*. Wilmington, Del., Scholarly Resources.
- MASON, T. David e KRANE, Dale A. (1989) The Political Economy of Death Squads: Toward a Theory of the Impact of State-Sanctioned Terror. *International Studies Quarterly* 33:175-98, (junho).
- MULLER, Edward N. et al. (1987) Education, Participation, and Support for Democratic Norms. *Comparative Politics*, 20:19-33, (Outubro).
- PETRAS, James F. et al. (1986) *Latin America: Bankers, Generals, and the Struggle for Social Justice*. Totowa, N.J., Rowman and Littlefield.
- PION-BERLIN, David. (1989) *The Ideology of State Terror: Economic Doctrine and Political Repression in Argentina and Peru*. Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- POE, Steven C. (1990) Human Rights and Foreign Aid: A Review of Quantitative Research and Prescriptions for Future Research. *Human Rights Quarterly*, 12:499-512.
- _____. (1991) Human Rights and the Allocation of U.S. Military Assistance. *Journal of Peace Research*, 28:205-216.
- POE, Steven C. e TATE, C. Neal. (1994) Repression of Personal Integrity in the 1980s: A Global Analysis. *American Political Science Review*, 88(4):853-872.

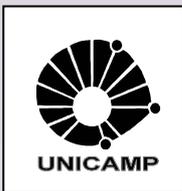
- POWER, Timothy J. e CLARK, Mary A. (1999) Does Trust Matter? Interpersonal Trust and Democratic Values in Three Latin American Nations. Trabalho apresentado na Conference on Democracy and Development, Middelbury College, maio 8-9, 1999.
- PUTNAM, Robert D. (1995) Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6:65-78.
- _____. 2000) *Bowling Alone: Civil Engagement in America*. Nova York, Simon and Schuster .
- REGAN, Patrick M. (1999) Democracy, Threats, and Political Repression: Are Democracies Less Violent Internally? Trabalho apresentado na reunião da American Political Science Association, Atlanta, Georgia, (setembro).
- RICHARD, Patricia Bayer e BOOTH, John A. (2000) Civil Society and Democratic Transition in Central America. In Thomas A. Walker e Ariel C. Armony. *Repression, Resistance, and Democratic Transition in Central America*. Wilmington, Del.: Scholarly Resources .
- ROSENBLUM, Nancy L. (1998) *Membership and Morals: The Personal Uses of Pluralism*. Princeton, Princeton University Press.
- SCHUDSON, Michael. (1998) *The Good Citizen: A History of American Civic Life*. Nova York, The Free Press.
- SELIGSON, Mitchell A. e BOOTH, John A. (1993) Political Culture and Regime Type: Evidence from Nicaragua and Costa Rica. *Journal of Politics*, 55:777-792, (Agosto).
- SELIGSON, Mitchell A. e GÓMEZ B., Miguel. (1989) Ordinary Elections in Extraordinary Times. In John A. Booth and Mitchell A. Seligson, eds. *Elections and Democracy in Central America*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- STOHL, Michael e LOPEZ, George A. eds. (1984) *The State as Terrorist*. Westport, Conn., Greenwood Press.
- _____, eds. (1986) *Government Violence and Repression: An Agenda for Research*. Westport, Conn., Greenwood Press.
- _____, eds. (1988) *Terrible Beyond Endurance: The Foreign Policy of State Terrorism*. Nova York, Greenwood Press.
- TILLY, Charles. (1978) *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass., Addison Wesley.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares

TENDÊNCIAS

Ano 7, nº1

ENCARTE DA REVISTA DO CESOP



OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, Encarte Tendências pp.101-138

Tendências apresenta como tema a percepção da população sobre as responsabilidades das várias esferas de governo em áreas específicas.

De uma maneira geral, os resultados das pesquisas mostram que as maiores expectativas e demandas quanto à prestação de serviços públicos recaem sobre as esferas federal e municipal. Para os temas específicos abordados, é razoavelmente imprecisa a percepção sobre a atuação da esfera estadual.

Esses contrastes ficam evidentes quando se observa as tendências regionais: são as regiões Norte e Nordeste as que mais valorizam a esfera federal, enquanto que a Região Sul se destaca pelas opiniões relativas à esfera local.

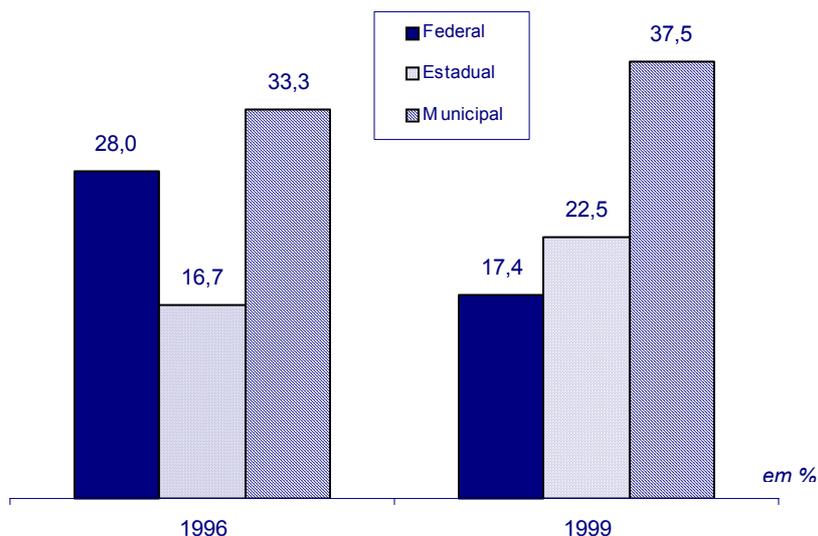
Para oferecer ao leitor uma oportunidade de comparação com tendências internacionais, a seção seguinte apresenta alguns resultados de pesquisas recentes realizadas nos EUA sobre o tema. Destaca-se que a confiança nas esferas de governo cresce à medida em que há maior proximidade com o cidadão, ou seja, é maior no governo local do que no estadual, e neste maior do que para o governo federal. Por outro lado, as opiniões dos norte-americanos se polarizam sobre como deve ser a atuação do governo federal em temas específicos.

A última seção de *Tendências* atualiza os dados sobre as avaliações dos planos econômicos, tema já trabalhado em outras edições. As tendências de opinião sobre o Plano Real revelam dois momentos muito distintos do governo Fernando Henrique Cardoso: o início do primeiro mandato, até o final de 1998, com avaliações extremamente favoráveis ao plano e ao governo; e o segundo mandato, a partir de 1999, quando as opiniões negativas passam a prevalecer após a desvalorização da moeda.

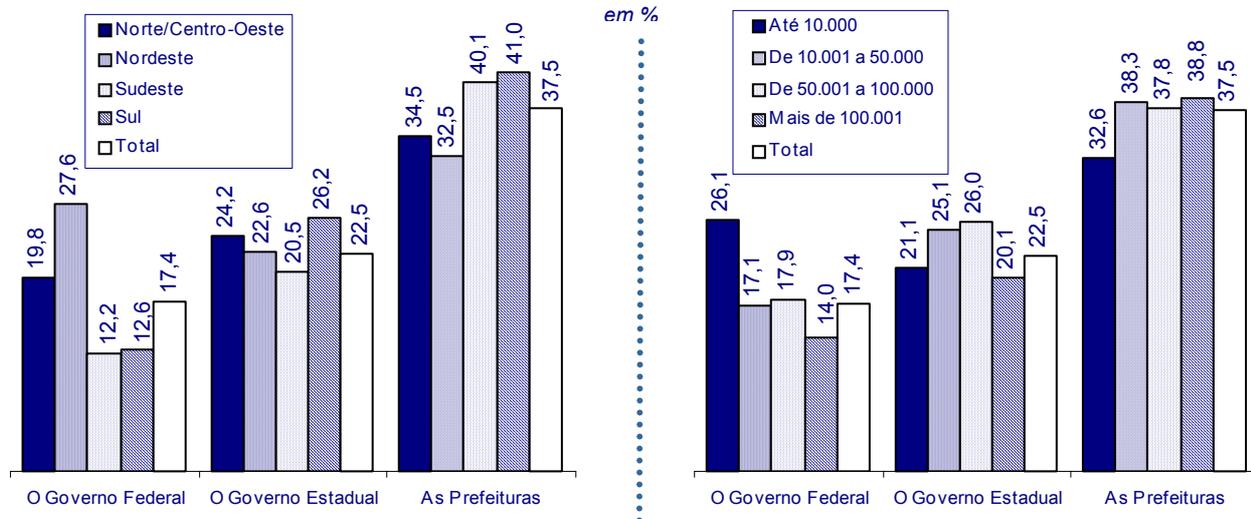
Pode-se dizer que esses resultados sintetizam uma parte importante da história política e econômica recente do Brasil e ajudam a compreender boa parte das avaliações associadas ao governo federal. Daí a sua atualidade e importância.

Esfera de Governo que oferece o melhor serviço público (1996 e 1999)

De 1996 a 1998, os eleitores brasileiros mudaram muito as opiniões sobre os serviços públicos: a maior variação é observada na esfera federal, que perdeu muitos pontos favoráveis.



A valorização do serviço público federal é maior entre os eleitores do Nordeste assim como para os eleitores de municípios de até 10 mil eleitores. O serviço público municipal é considerado melhor entre os entrevistados da região Sul bem como dos municípios maiores.



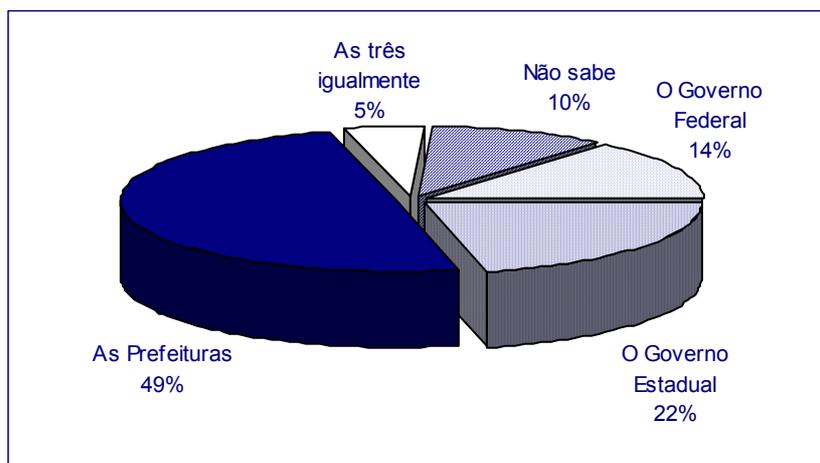
Fonte: IBOPE

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Comparando os serviços públicos prestados pelo Governo Federal, Governo Estadual e Prefeitura, qual deles o(a) Sr.(a) diria que é melhor:"

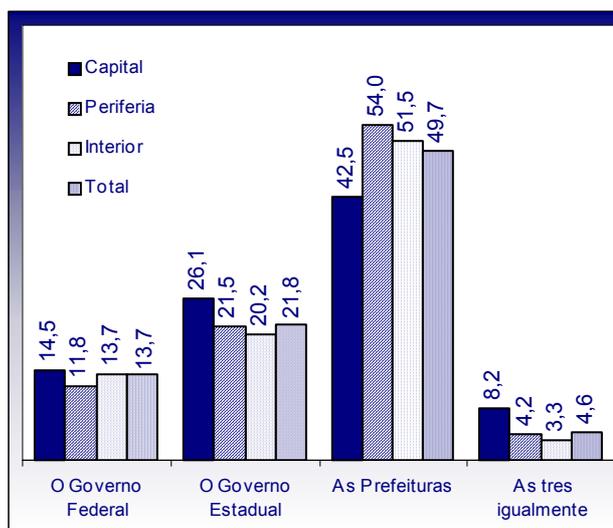
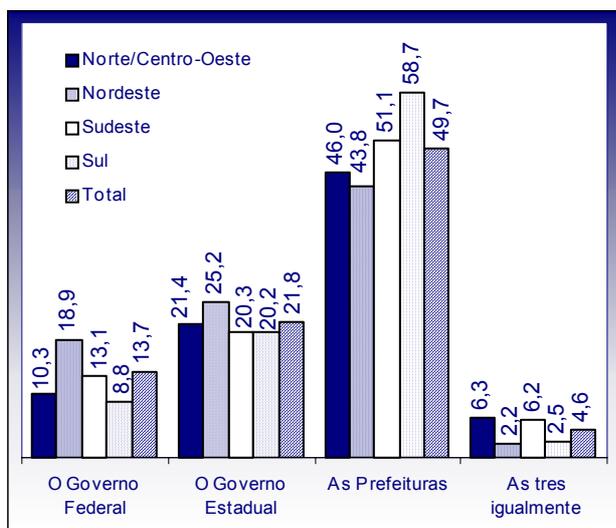
Esfera de Governo que deveria ficar com a maior parte da arrecadação – 1998

Para quase 50% dos brasileiros, os municípios devem ser os mais favorecidos na distribuição dos recursos oriundos dos impostos.



Esta opinião é predominante em todas as regiões do País.
Os entrevistados dos municípios das periferias metropolitanas são os que mais defendem o privilégio das prefeituras na distribuição da arrecadação pública.

em %



Fonte: IBOPE

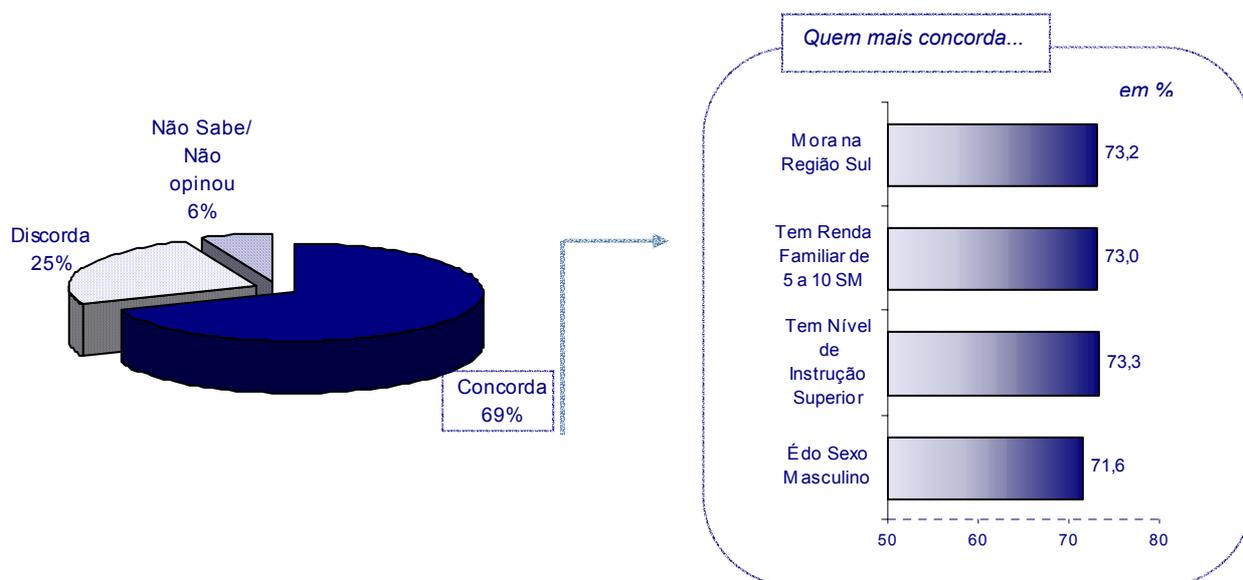
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: " O Congresso Nacional também começará a discutir a reforma tributária. Na sua opinião, qual esfera de governo deveria ficar com a maior parte dos recursos públicos arrecadados? O(a) Sr.(a) diria que é:"

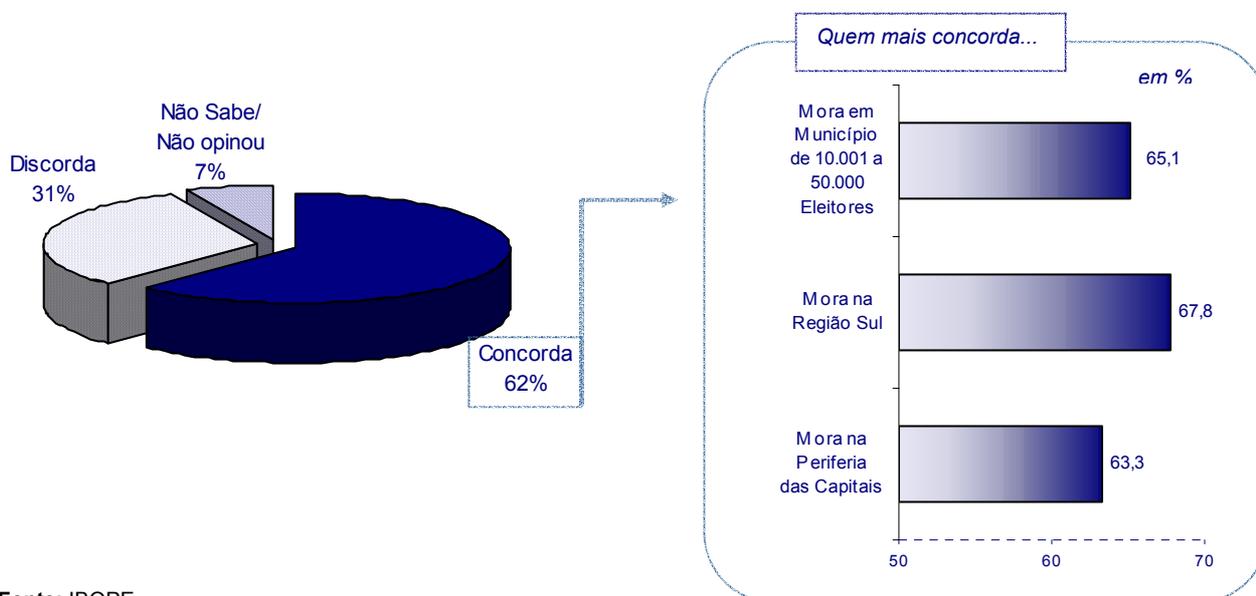
Atuação do Governo local

O IBOPE pesquisou opiniões dos eleitores brasileiros sobre a esfera de atuação municipal.
A seguir a concordância/discordância com algumas frases:

“As prefeituras são mais importantes no dia-a-dia da população do que o governo estadual e o governo federal” (1999)

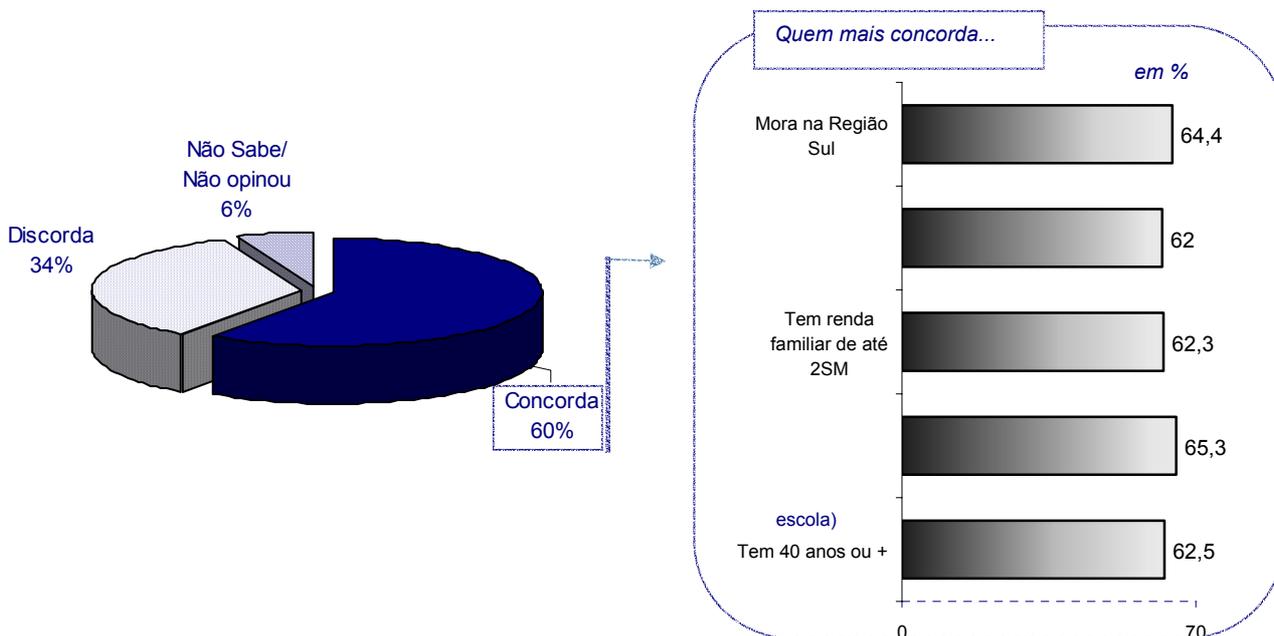


“As prefeituras prestam a maior parte dos serviços públicos” (1999)

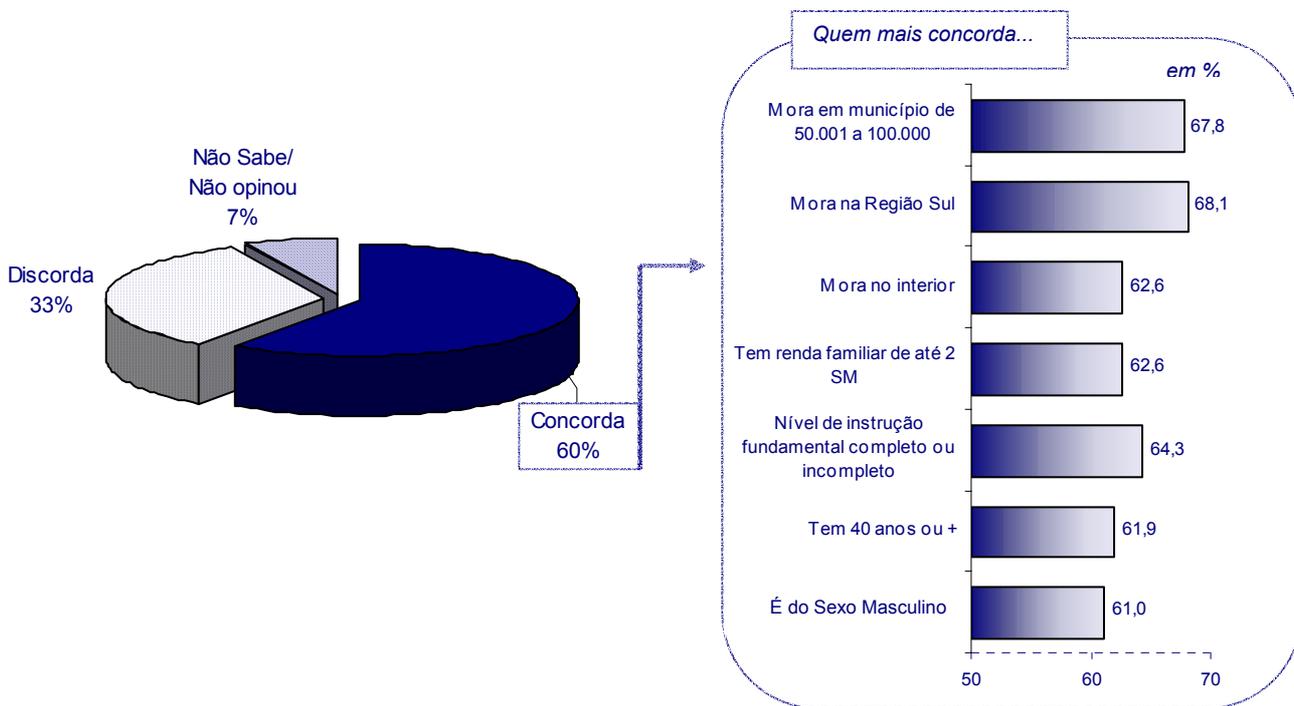


Fonte: IBOPE

“As prefeituras prestam a maior parte dos serviços públicos na área de saúde”
(1999)



“As prefeituras prestam a maior parte dos serviços públicos na área da educação” (1998)



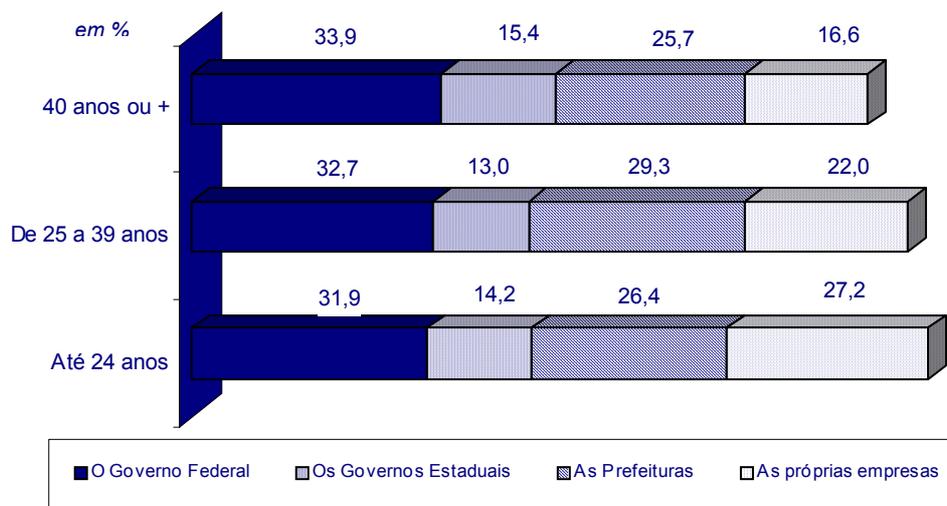
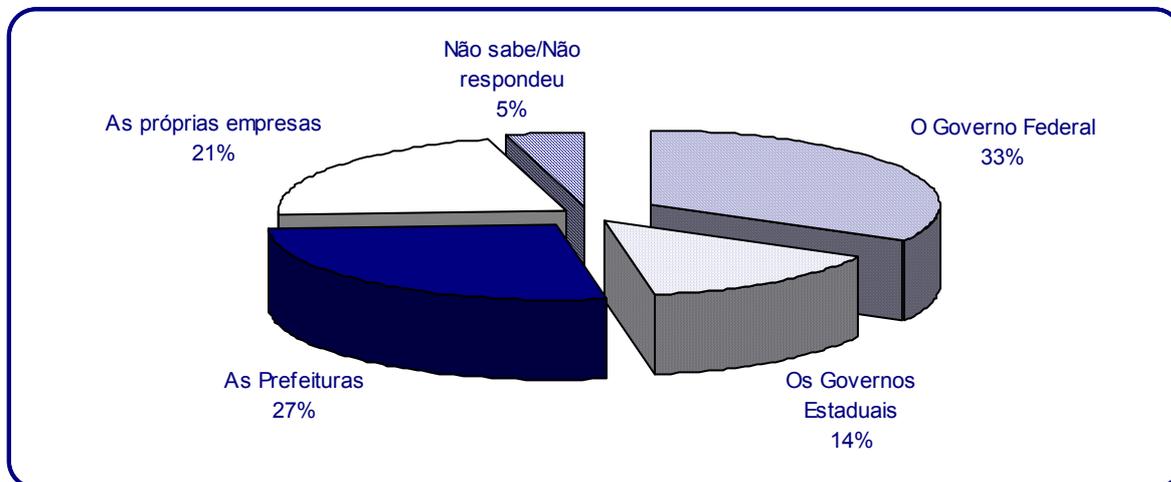
Fonte: IBOPE

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/ Não opinou”.

Pergunta: “Agora, para cada frase que eu citar, gostaria que o(a) Sr.(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas:”
Tendências 106 **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, Encarte Tendências. pp.101-138

Atuação das Esferas de Governo e do Setor Privado na área ambiental (1996):

Na área ambiental, não há consenso sobre as responsabilidades das esferas de governo. Entre os eleitores brasileiros entrevistados pelo IBOPE, a maioria atribui a maior **responsabilidade pela fiscalização da legislação ambiental** ao governo federal.



Entre as faixas de idade, está entre os mais jovens o maior percentual de opiniões que atribui às empresas a maior responsabilidade pela fiscalização da legislação ambiental.

Fonte: IBOPE

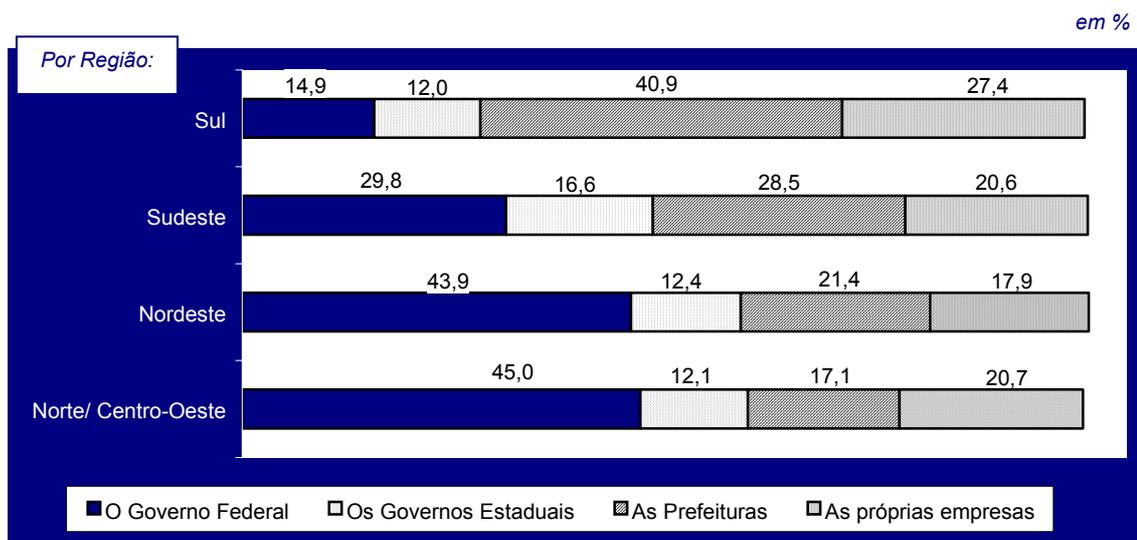
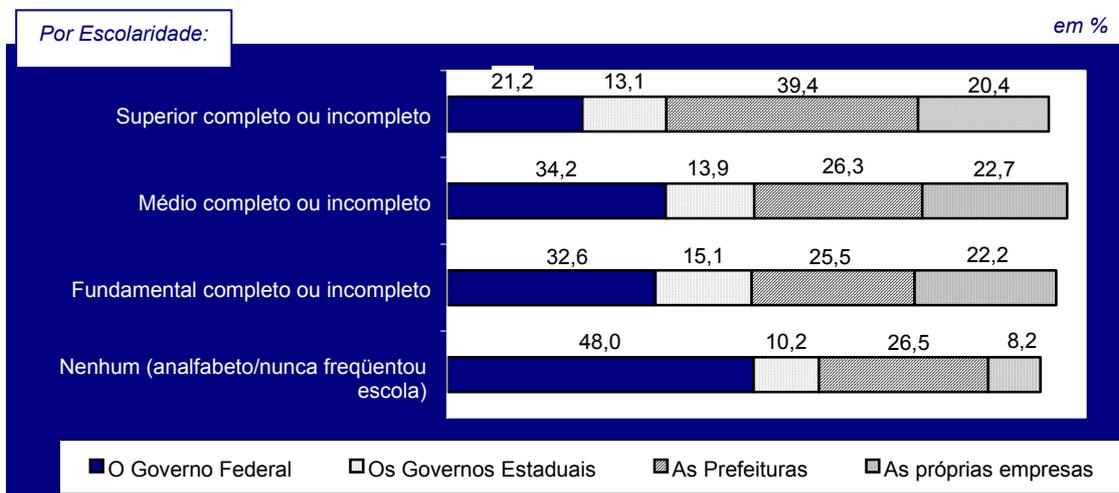
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "E na sua opinião, quem desta cartela o(a) Sr.(a) acha que deveria ser o principal responsável pela fiscalização do cumprimento destas leis ambientais de defesa do meio ambiente?"

Outras opiniões sobre responsabilidades na área ambiental:

A maior responsabilidade pela fiscalização da legislação ambiental é das prefeituras segundo dois grupos de eleitores: os de escolaridade superior e os residentes na região Sul.

No Nordeste e Norte/Centro-Oeste predominam as opiniões que atribuem ao governo federal a maior responsabilidade.



Fonte: IBOPE

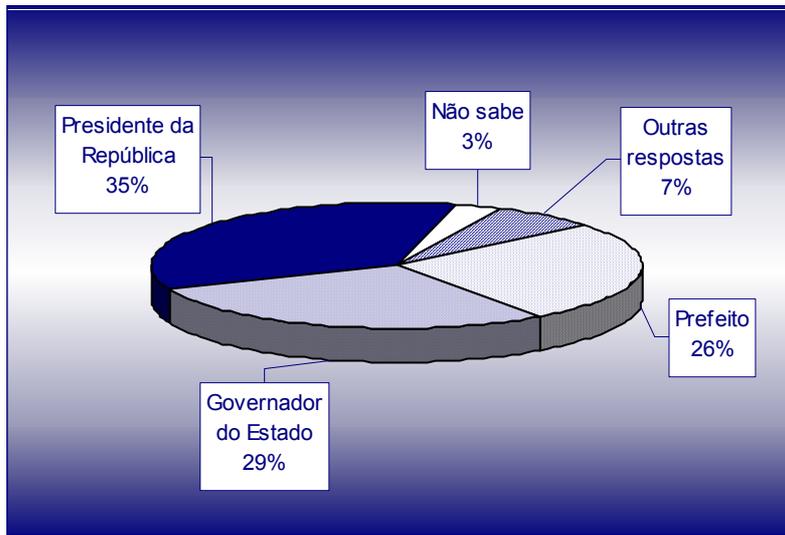
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "E na sua opinião, quem (...) o(a) Sr.(a) acha que deveria ser o principal responsável pela fiscalização do cumprimento destas leis ambientais de defesa do meio ambiente?"

Quem tem responsabilidade na área de segurança pública?

Brasil (1999):

(em %)

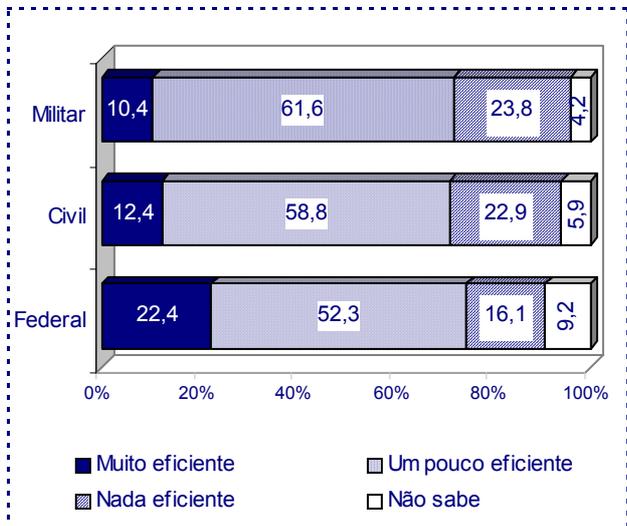


Fonte: Datafolha

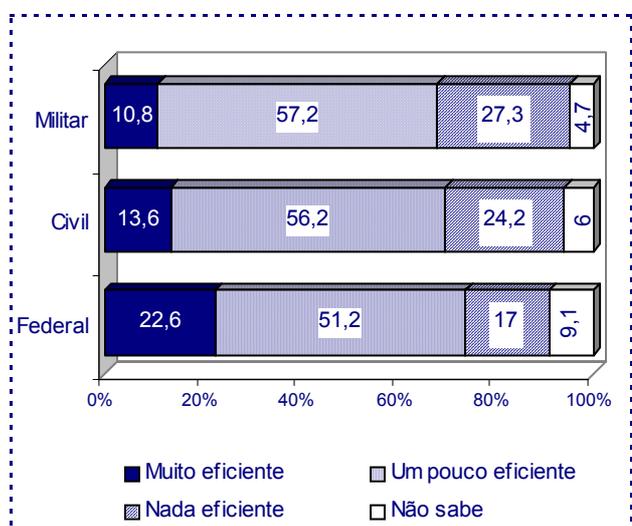
Pergunta: "Na sua opinião quem deveria ser o principal responsável pela segurança pública: o presidente da república, o governador do estado ou o prefeito?"

Provavelmente, estas opiniões refletem a forma como os brasileiros vêem a atuação das esferas de governo na prevenção e no combate ao crime. Para a maioria, a polícia federal é bem mais eficiente do que as polícias estaduais (civil e militar).

Eficiência na prevenção de crimes (em %)



Eficiência no combate ao crime (em %)



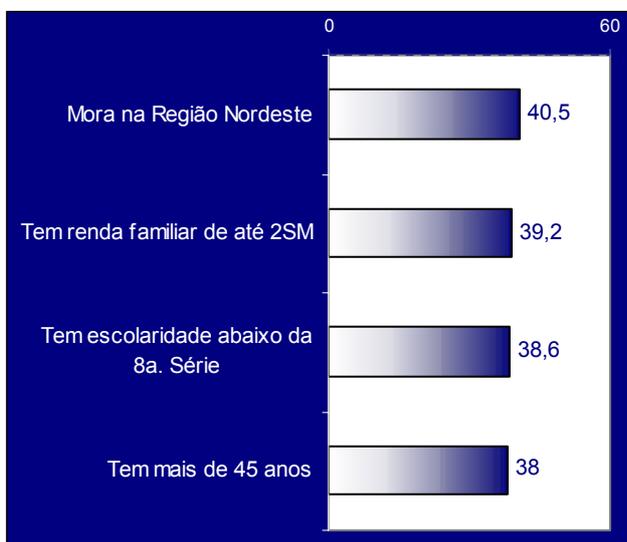
Fonte: Datafolha/ Data: Junho de 1999

Pergunta: "Na sua opinião, a Polícia [Militar/Civil/Federal] é muito, um pouco ou nada eficiente na prevenção de crimes antes que eles aconteçam?" "E no combate aos crimes, depois que eles acontecem, a [PM / Polícia Civil / Federal] é muito, um pouco ou nada eficiente?"

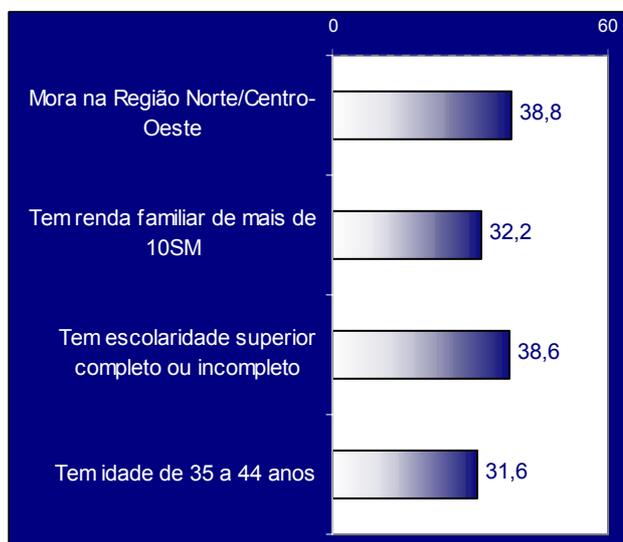
Os gráficos desta página destacam que são muito diferentes os perfis dos entrevistados que atribuem a maior responsabilidade pela segurança pública à esfera federal, à estadual e à municipal.

Quem mais considera a segurança pública responsabilidade....

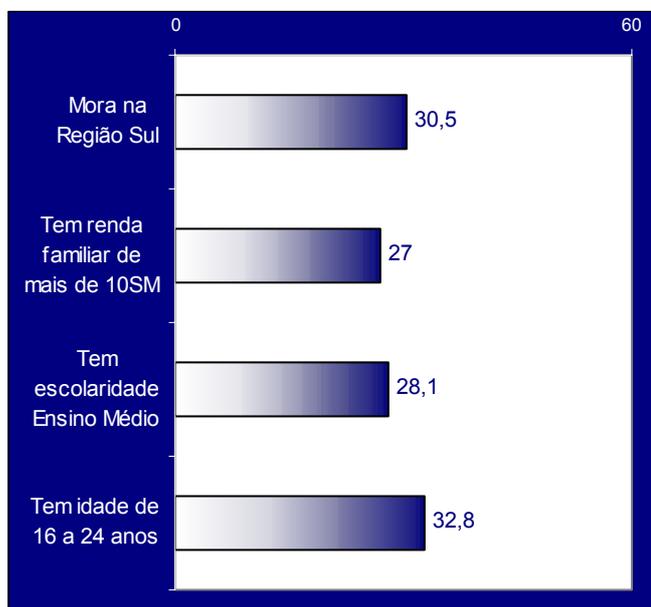
Do presidente da República (em %)



Do governador do estado (em %)



Do prefeito (em %)

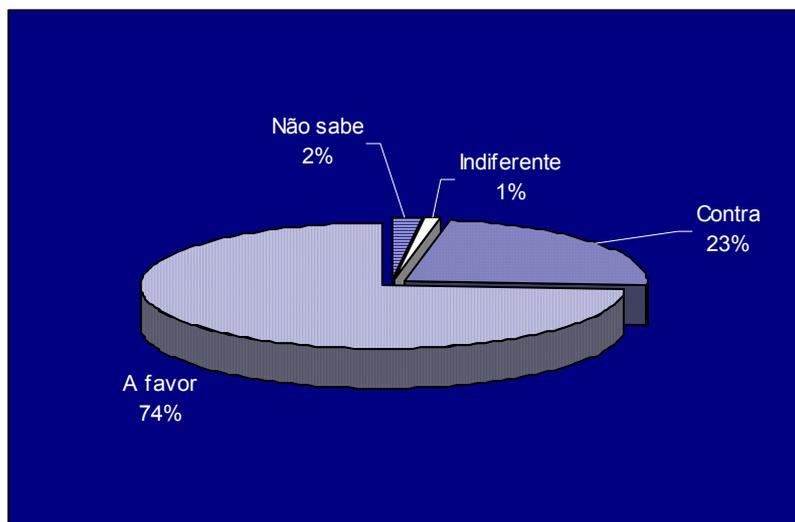


Fonte: Datafolha
Data: Junho de 1999
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".
Pergunta: "Na sua opinião quem deveria ser o principal responsável pela segurança pública, o presidente da república, o governador do estado ou o prefeito?"

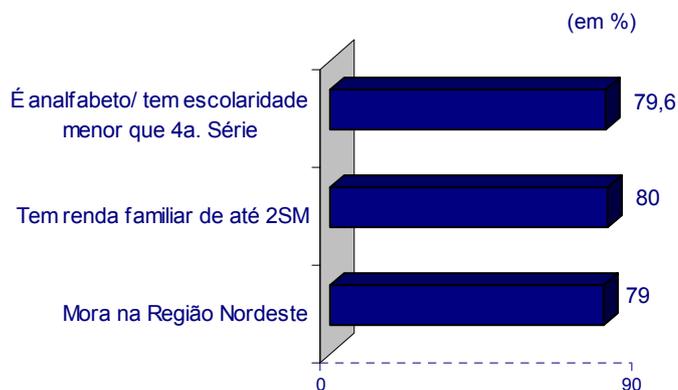
A atuação do exército no combate à violência nas grandes cidades

A maioria absoluta dos brasileiros é favorável à convocação do exército para combater a violência nas grandes cidades, o que significa ocupar com um recurso federal um espaço de atuação da esfera estadual.

Opinião sobre a convocação do exército para combater a violência (em %)



Quem é mais a favor da convocação do exército:

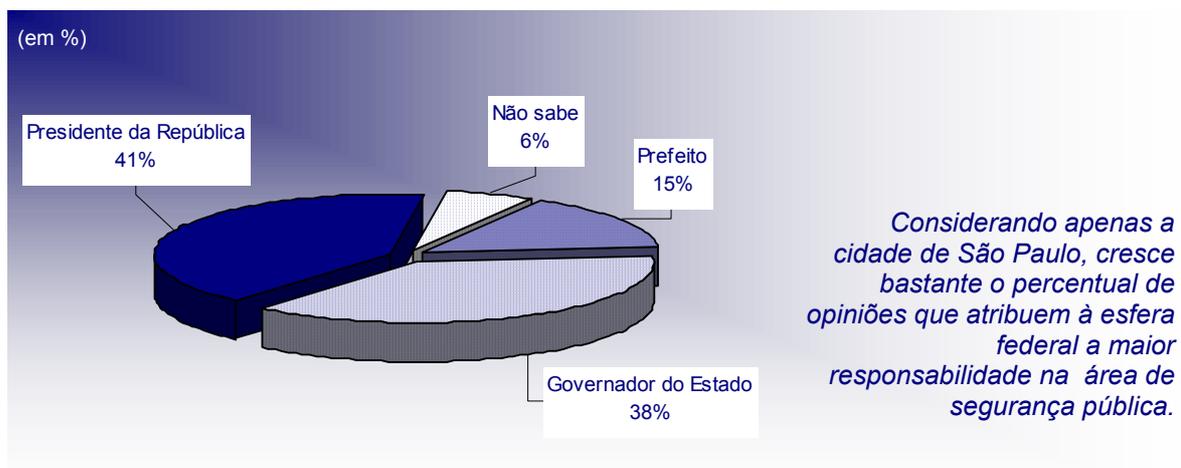


Fonte: Datafolha

Data: Julho de 1999

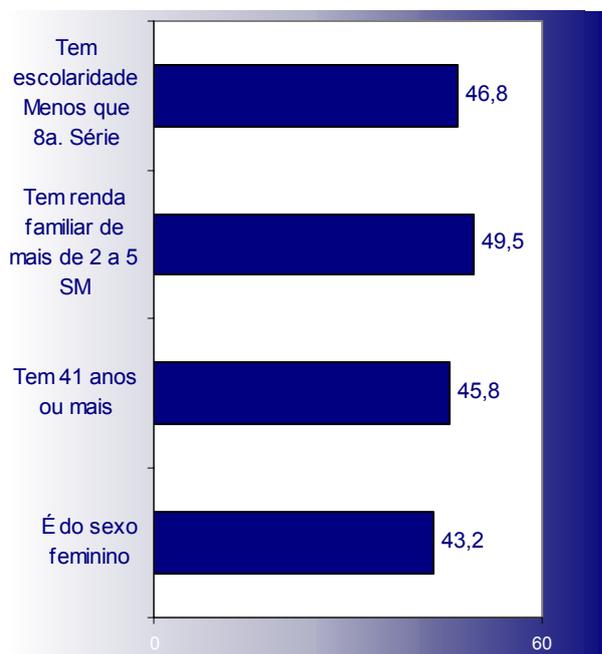
Pergunta: "Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?"

Cidade de São Paulo: responsabilidade das esferas de governo na área de segurança pública (1999):

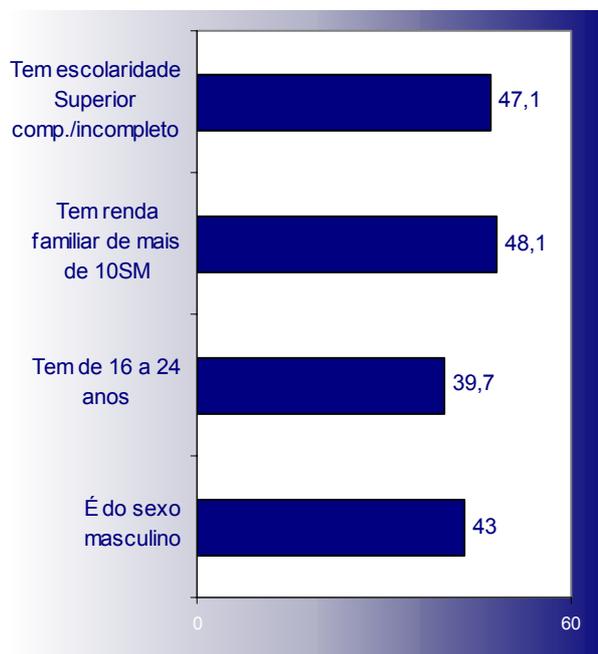


Em São Paulo, são as mulheres, os mais velhos, os de pouca escolaridade e os de renda média, os que mais consideram o presidente da república responsável pela segurança pública. Por outro lado, são os homens, os mais jovens, os de escolaridade superior e os de renda mais alta, os que conferem maior responsabilidade ao governador do estado.

Do presidente da república (em %)



Do governador do estado (em %)



Fonte: Datafolha

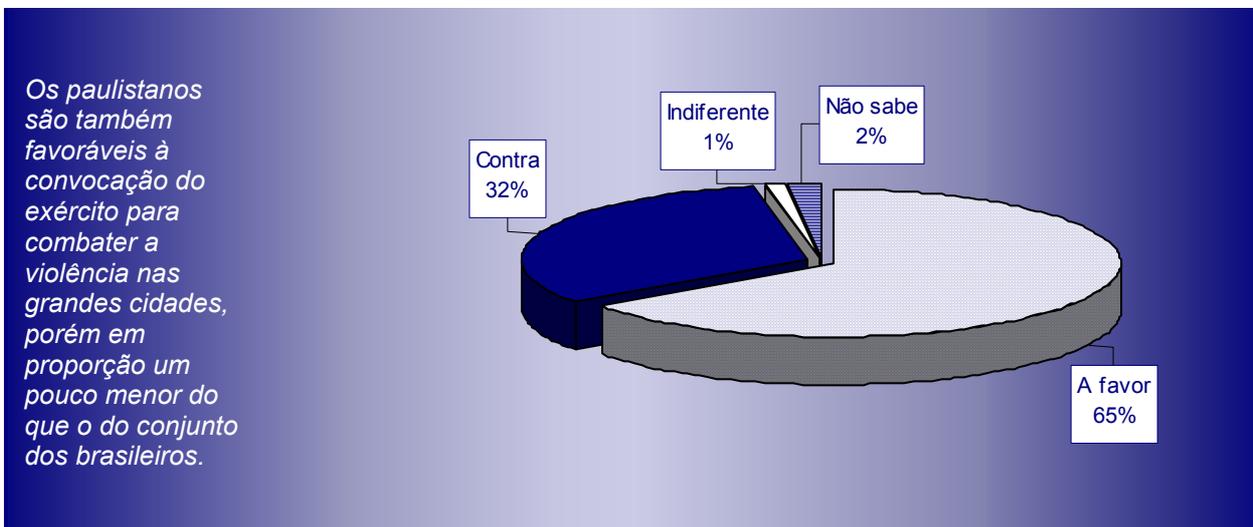
Pergunta: "Na sua opinião quem deveria ser o principal responsável pela segurança pública, o presidente da república, o governador do estado ou o prefeito?"

Tendências 112

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, Encarte Tendências. pp.101-138

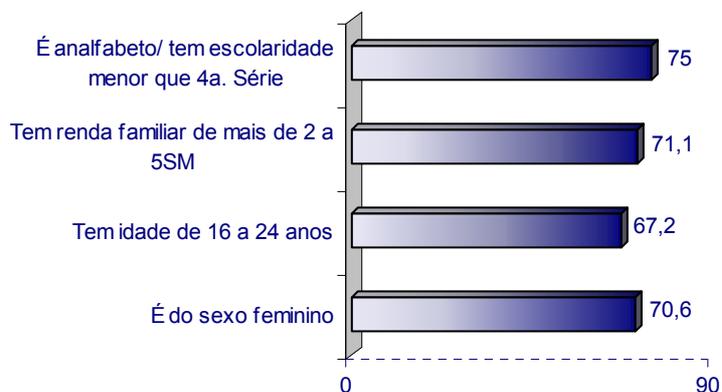
Cidade de São Paulo: atuação do exército no combate à violência nas grandes cidades

São Paulo: opinião sobre a convocação do exército para combater a violência



Quem é mais a favor da convocação do exército:

(em %)



Fonte: Datafolha

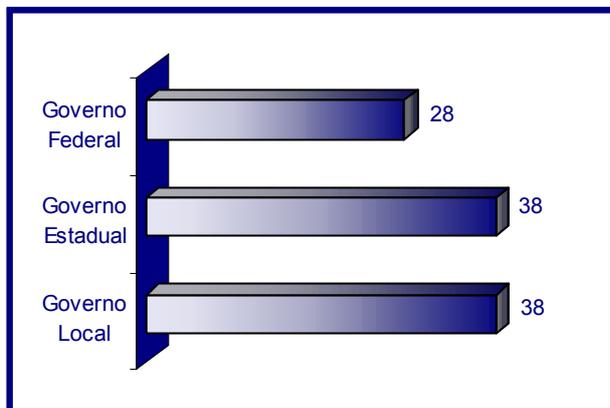
Data: Julho de 1999

Pergunta: "Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?"

Esfera de Governo mais confiável – 2000

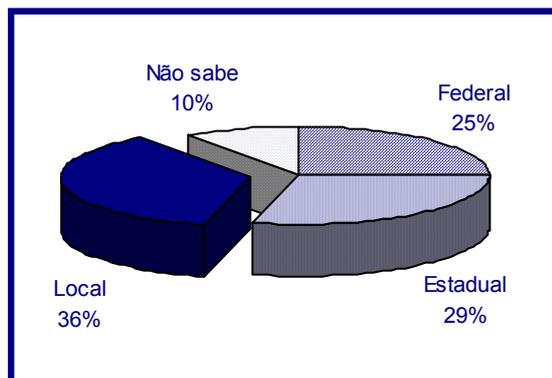
Pesquisa do NBC News/Wall Street Journal Poll, em dezembro de 2000, mostra que, de uma maneira geral, os norte-americanos confiam mais nos governos local e estadual do que no governo federal.

% que “confia muito/confia” nos governos:



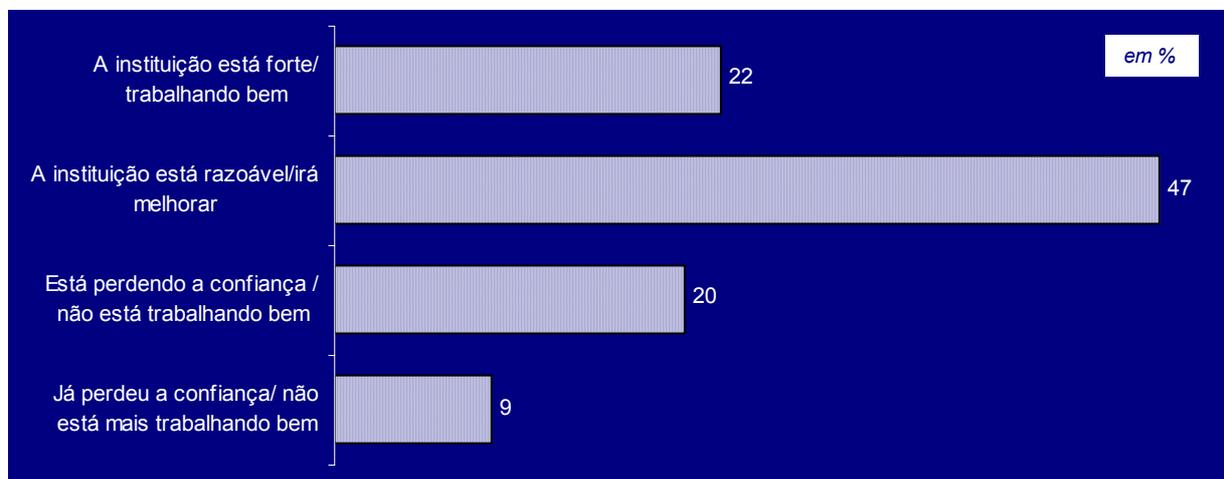
Pergunta: “Eu vou ler uma lista de instituições norte-americanas e eu gostaria que você me dissesse o quanto você confia em cada uma delas -- Confia muito; confia, confia mais ou menos, confia pouco, não confia...”

Esfera de governo que os norte-americanos mais confiam:



Pergunta: “Qual nível de governo você tem mais confiança: o governo federal, o governo do seu estado ou o seu governo local?”

Avaliação do governo local no tratamento de questões importantes para a população: (2000)

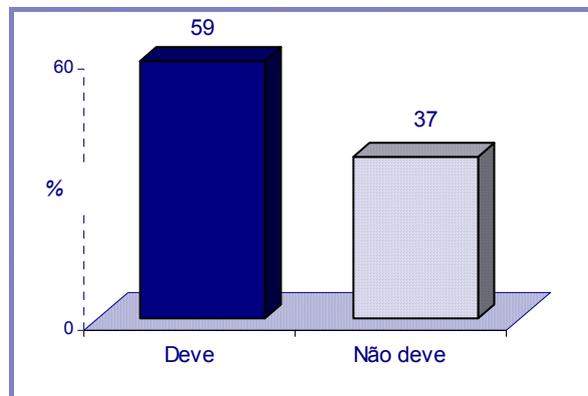


Obs: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/ Não opinou”.

Pergunta: “(Eu vou ler algumas coisas que se espera das instituições públicas. Para cada item que eu ler, eu gostaria que você me dissesse se você acha que esta instituição está)... a atuação do governo local no trato de questões importantes para a população”.

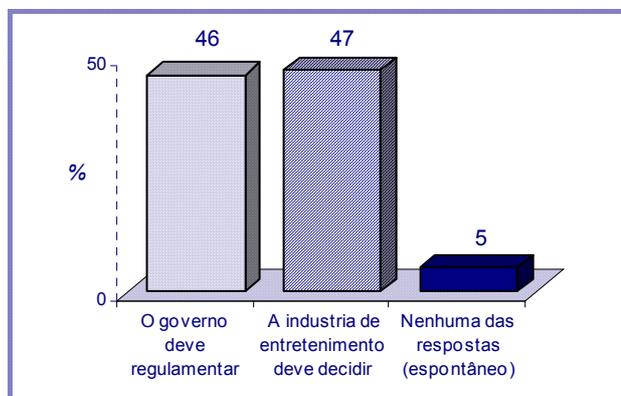
Opiniões sobre a atuação do governo federal em dimensões específicas: (2000)

Na promoção de valores morais:



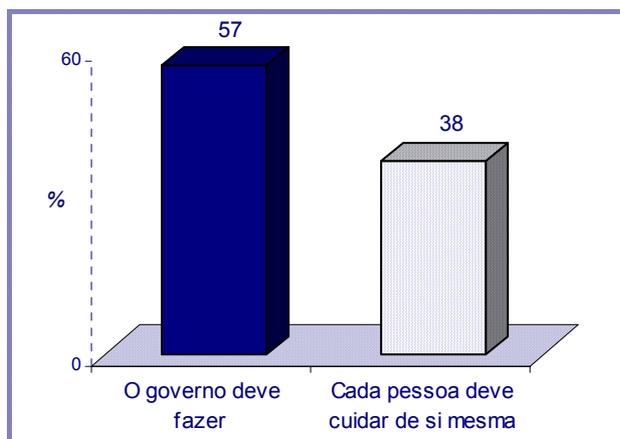
Pergunta: “Você acha que o governo federal deve ou não deve se envolver na promoção de valores morais na nossa sociedade?”

Na regulamentação da programação das TV’s, rádios e conteúdo dos filmes:



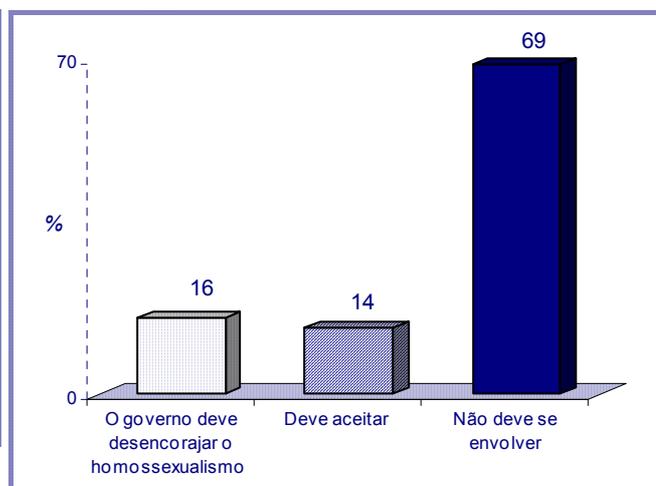
Pergunta: “Você acha que o governo federal deve regulamentar sexo e violência na televisão, rádio e no cinema, ou deve deixar a indústria de entretenimento decidir por ela própria?”

Na melhoria da qualidade de vida das pessoas:



Pergunta: “Qual destas posições é mais próxima do seu ponto de vista? ‘O governo em Washington deve fazer todo o possível para melhorar o padrão de vida de todos os americanos’; ou ‘Isto não é responsabilidade do governo, pois cada pessoa deve cuidar de si mesma?’”

Em ações para combater o preconceito contra homossexuais:



Pergunta: “Qual destas visões é mais próxima da sua? ‘O governo deve promover políticas públicas e programas para desencorajar o homossexualismo.’ ‘O governo deve promover políticas públicas e programas que tratem o homossexualismo como um estilo de vida aceitável’, ou ‘O governo não deve se envolver com este assunto.’”

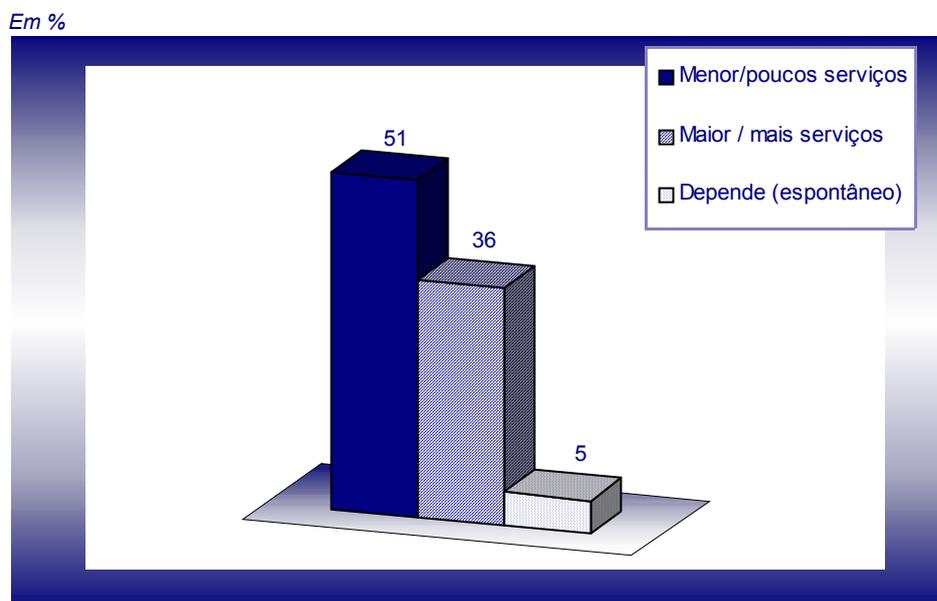
Fonte: Washington Post/Kaiser/Harvard 2000 Election Values Survey.

Data: Setembro de 2000

Obs: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/ Não opinou”.

Maior presença do Estado versus Menor presença do Estado: (2001)

Os norte-americanos preferem um Estado menor, que ofereça menos serviços públicos,



Fonte: CBS News Poll.

Data: Janeiro de 2001

Obs: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Se você tivesse escolha, você preferiria um governo menor que proporcionasse poucos serviços públicos ou um grande governo que proporcionasse mais serviços públicos?"

Os dados desta seção são provenientes do Banco de Dados de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut

Avaliação do Plano Real e do Governo Fernando Henrique Cardoso: 1995-2000

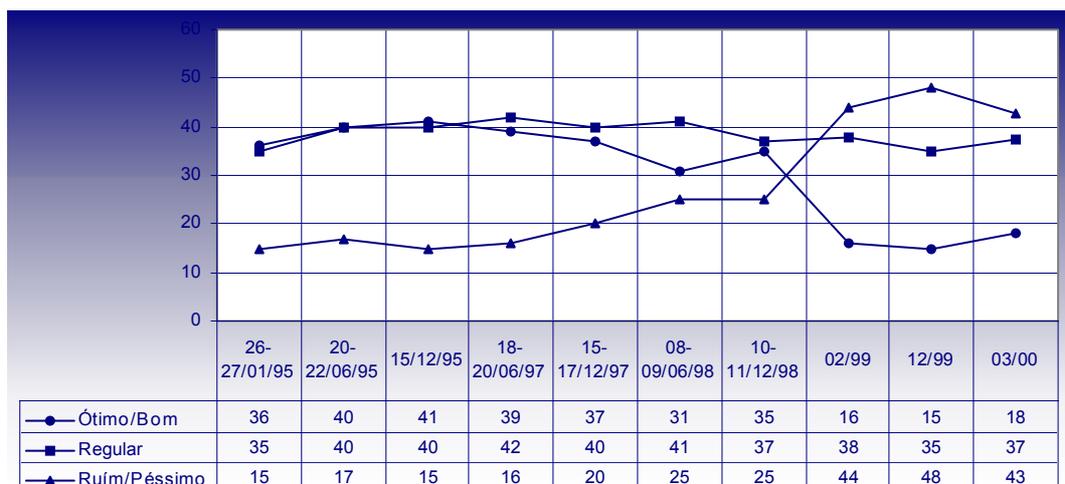
As tendências de avaliação do Plano Real e do governo FHC indicam dois momentos muito distintos: o primeiro, coincidindo com o primeiro mandato, de 1995 a 1998, e o segundo, a partir de 1999.

No primeiro mandato, a maioria absoluta das opiniões era muito favorável ao plano econômico (mais de 60% de "ótimo/bom"), e as opiniões favoráveis à FHC ("ótimo/bom/regular") eram predominantes.

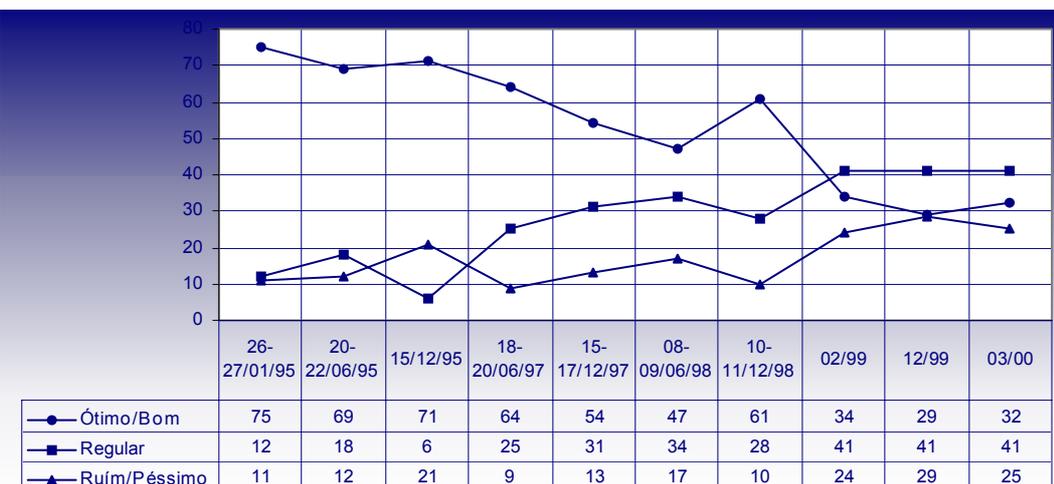
Com a desvalorização do Real, no início de 1999, as opiniões positivas sobre o plano caíram pela metade. Esta mesma tendência ocorreu com a avaliação de FHC.

Evolução da Avaliação do Governo FHC (em %)

Fonte: Datafolha
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".
Pergunta: "Na sua opinião o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?"



Evolução da Avaliação do Plano Real (em %)

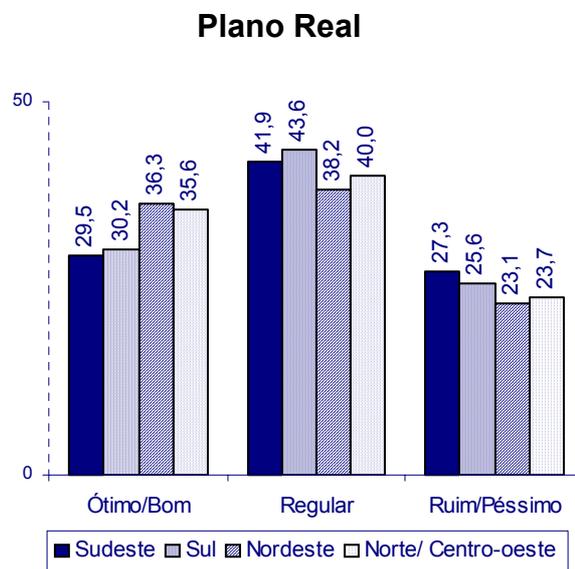
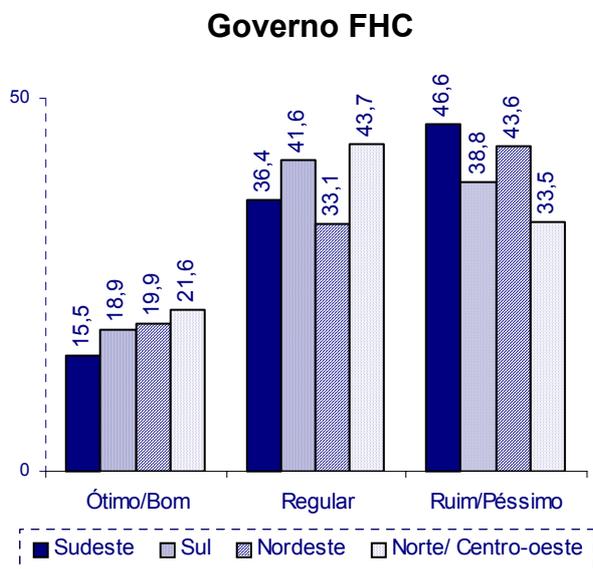


Fonte: Datafolha
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".
Pergunta: "De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?" (Até 1995, as alternativas de respostas eram: "bom", "indiferente" e "ruim")

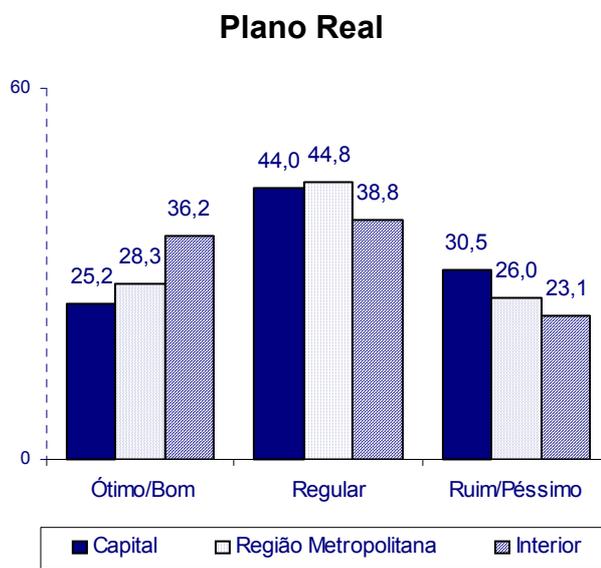
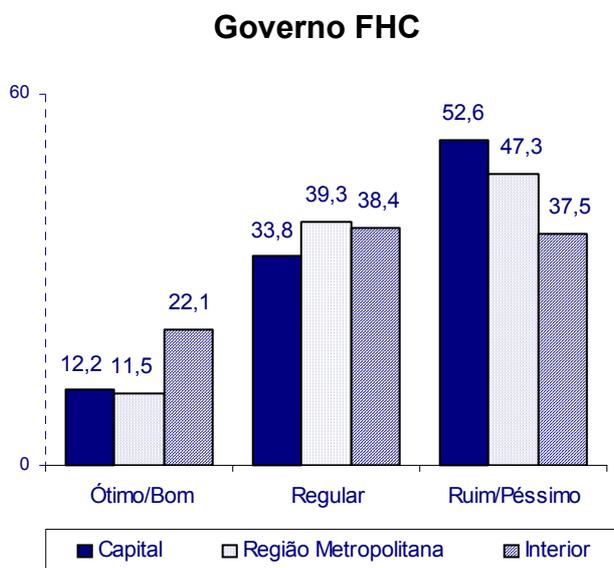
Em 2000:

Mesmo com a desvalorização do Real, o plano econômico manteve avaliação muito melhor do que o Governo FHC em todos os segmentos de eleitores

Regiões do país (em %)



Porte do município n.º de eleitores (em %)



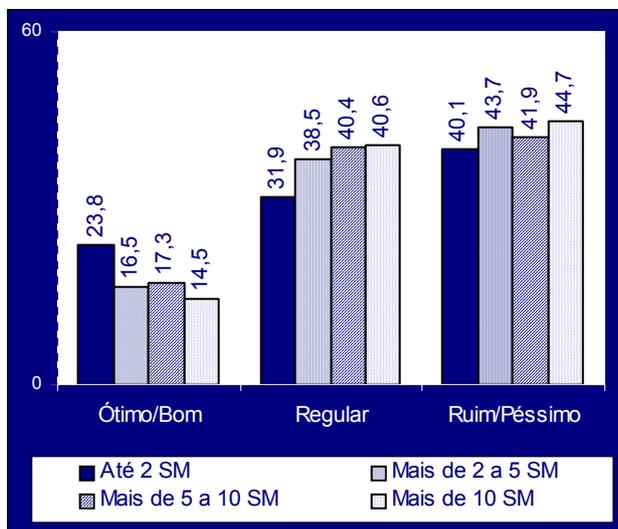
Fonte: Datafolha/ Data: 03/2000 / Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/ Não opinou”.

Perguntas: Real: “De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?” (Até 1995, as alternativas de respostas eram: bom, indiferente e ruim.) FHC: “Na sua opinião o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?”

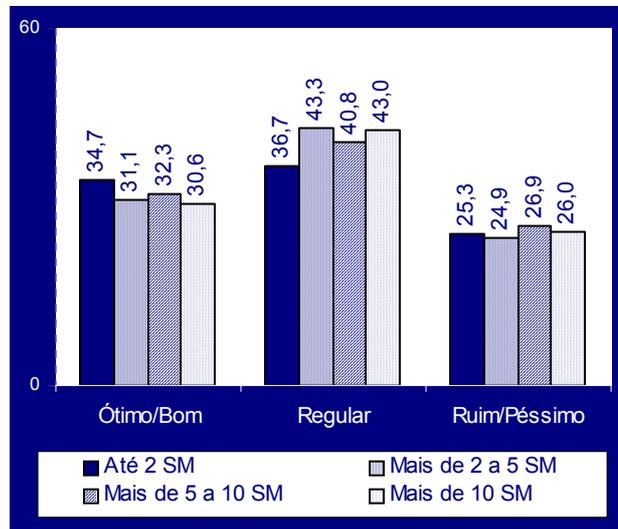
O maior percentual de avaliação "ótimo/bom" para o Plano Real veio da classe econômica "E" (a mais baixa).

Renda familiar (em %)

Governo FHC

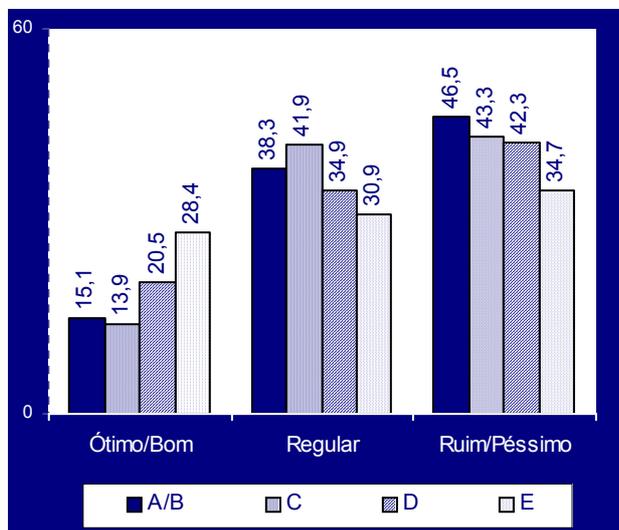


Plano Real

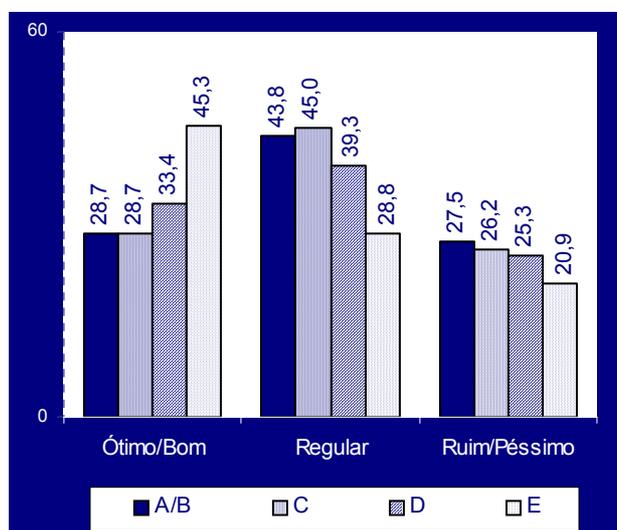


Classificação Econômica - Critério Brasil (em %)

Governo FHC



Plano Real



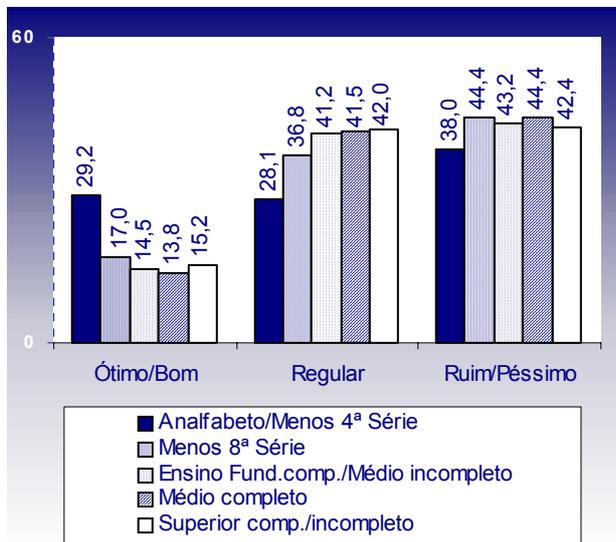
Fonte: Datafolha/ Data: 03/2000/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Perguntas: Real: "De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?" (Até 1995, as alternativas de respostas eram: bom, indiferente e ruim.) FHC: "Na sua opinião o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?"

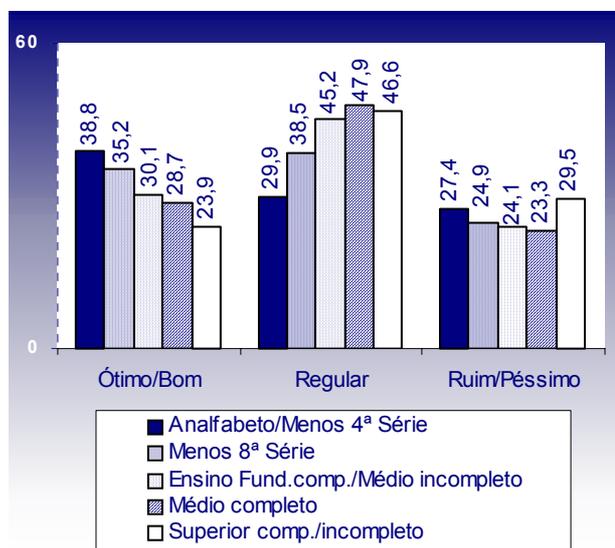
Em 2000, a avaliação do governo FHC estava muito acima da média geral entre os eleitores menos escolarizados, enquanto que a avaliação do Plano Real piorava com a idade: o maior percentual de “ruim/péssimo” foi atribuído pelos entrevistados acima de 45 anos.

Grau de Escolaridade (em %)

Governo FHC

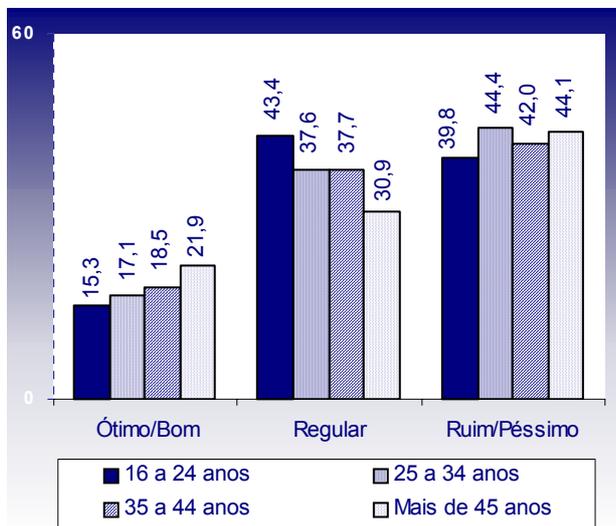


Plano Real

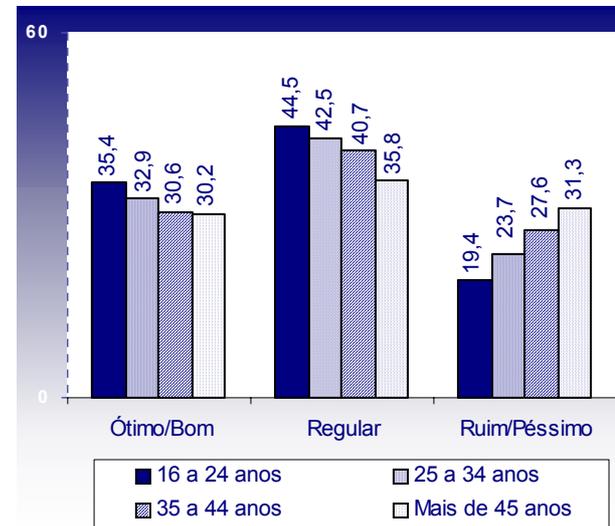


Faixa etária (em %)

Governo FHC



Plano Real



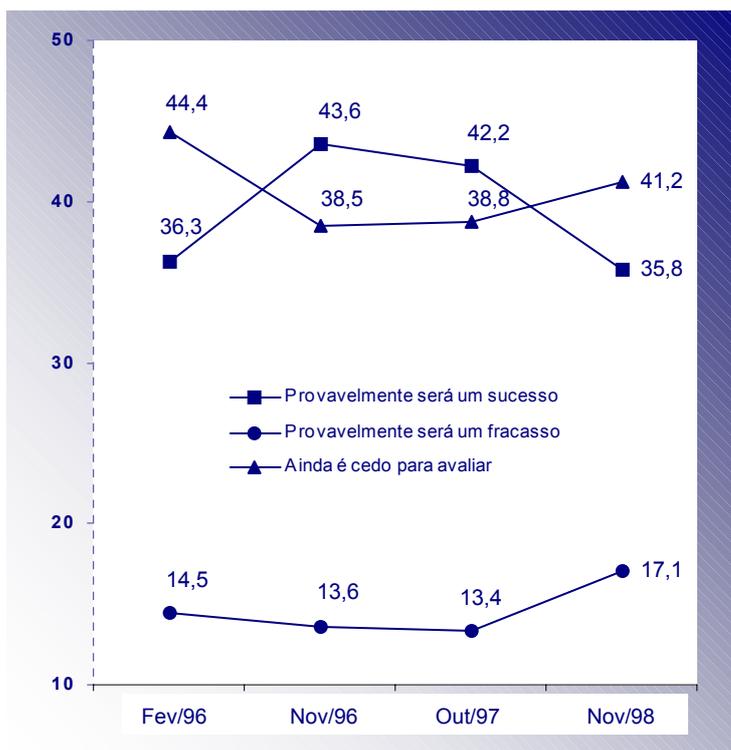
Fonte: Datafolha Data: 03/2000/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/ Não opinou”.

Perguntas: Real: “De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?” (Até 1995, as alternativas de respostas eram: bom, indiferente e ruim.) FHC: “Na sua opinião o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?”

Plano Real: expectativas e opiniões

Durante a maior parte do primeiro mandato de FHC, pesquisas mostraram que os brasileiros mantiveram expectativas altas quanto ao sucesso do Plano Real. A possibilidade de fracasso só cresceu no final de 1998 e era considerada por uma parcela muito pequena de entrevistados.

Evolução da expectativa de sucesso do Plano Real (em %)

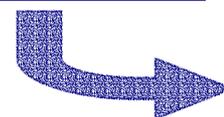


Fonte: IBOPE

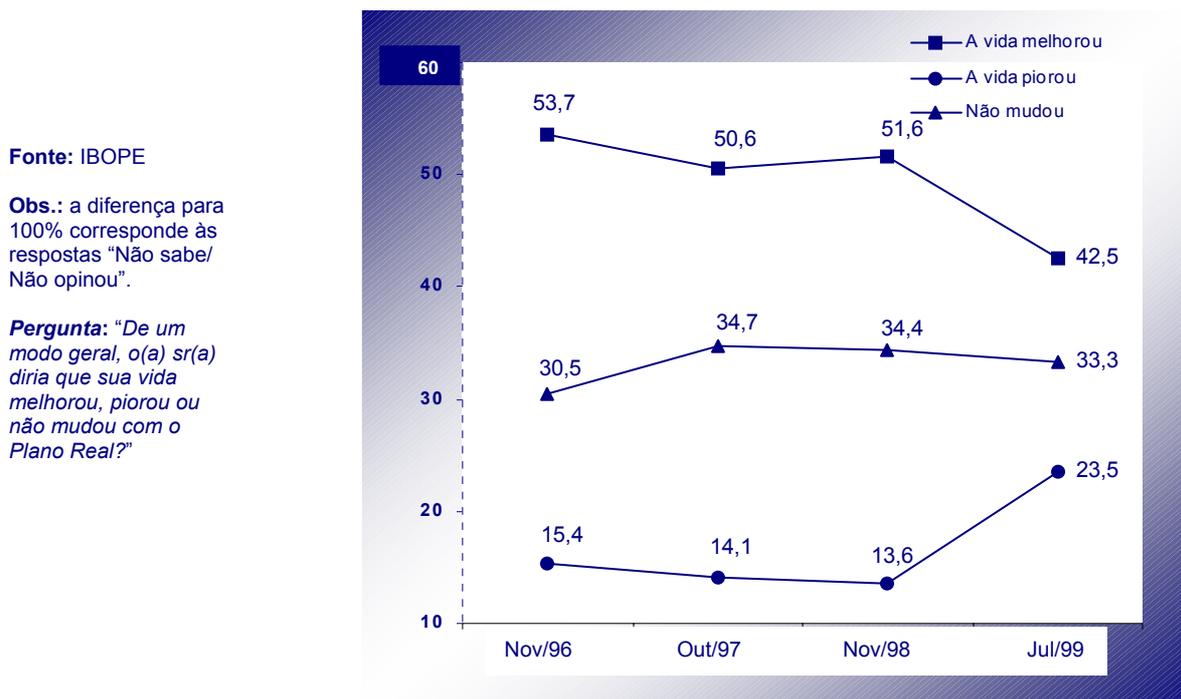
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Pelo que o(a) sr(a) avalia até o momento, diria que o Plano Real provavelmente será um sucesso, provavelmente será um fracasso, ou ainda é cedo para avaliar?"

Várias pesquisas realizadas pelo **IBOPE** e **Datafolha**, entre 1995 e 2000, mostram que os brasileiros perceberam melhorias na qualidade de vida após o Plano Real, principalmente na sua primeira fase, até 1998. Apesar disso, nunca deixaram de temer a volta da inflação e o aumento do desemprego. Na segunda fase do Real, a partir de 1999, o aumento do poder de compras era percebido apenas pelos segmentos de renda e classe mais baixas, conforme a seleção de gráficos nas próximas páginas.

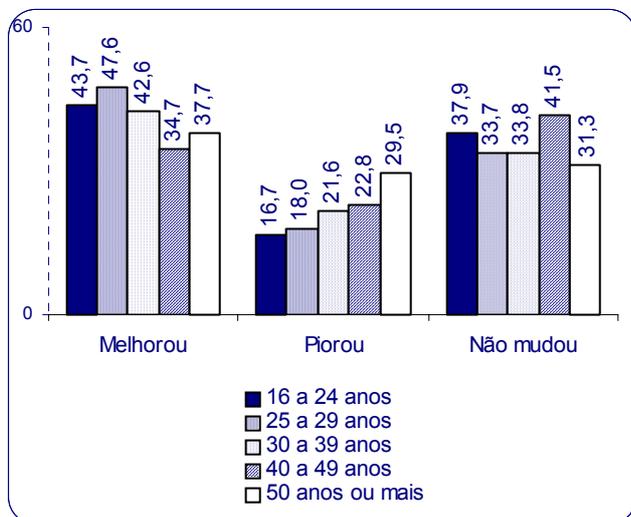


Evolução da expectativa quanto à qualidade de vida após o Plano Real (em %)

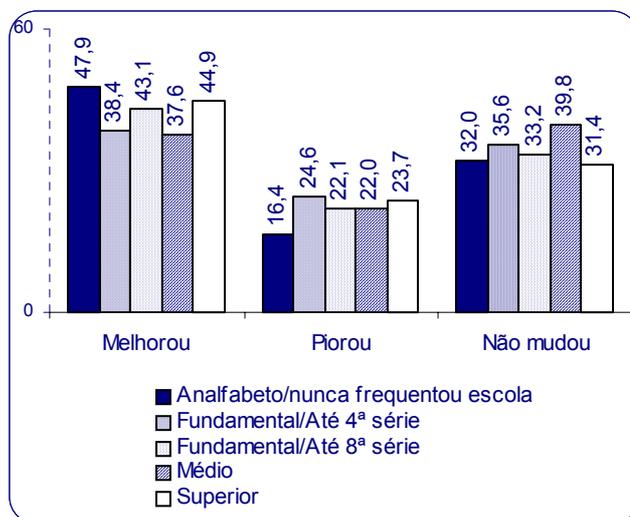


Em 1999, as opiniões indicavam que "a vida piorou" cresceram com a idade.

Faixa etária (em %)



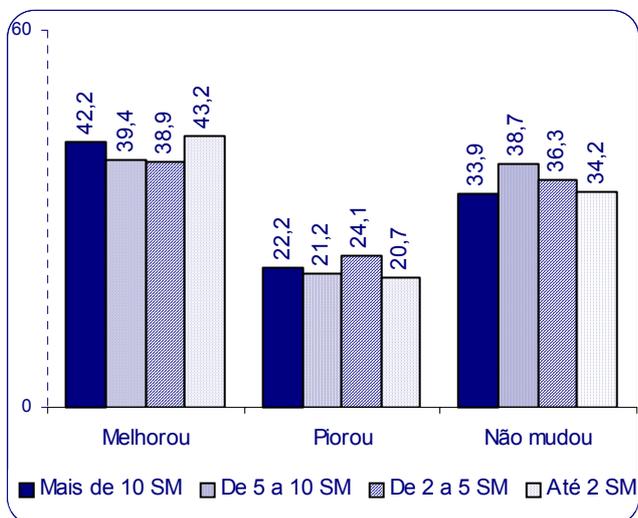
Escolaridade (em %)



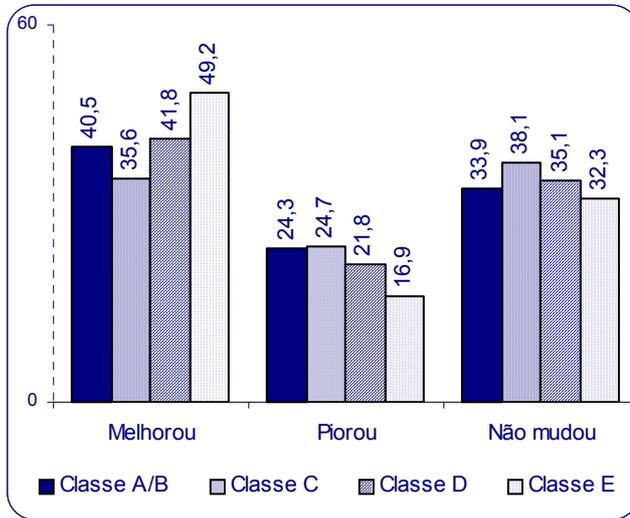
Fonte: Ibope/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".
 Pergunta: "De um modo geral, o(a) sr(a) diria que sua vida melhorou, piorou ou não mudou com o Plano Real?"

Em 1999, a qualidade de vida melhorou após o Plano Real. Esta era a opinião majoritária principalmente para os eleitores de renda mais baixa, classe econômica "E", residentes no interior e nas regiões Norte/Centro-Oeste.

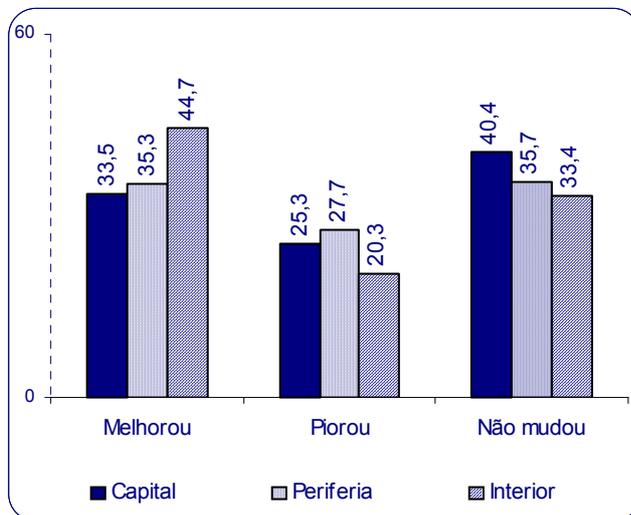
Renda Familiar (em %)



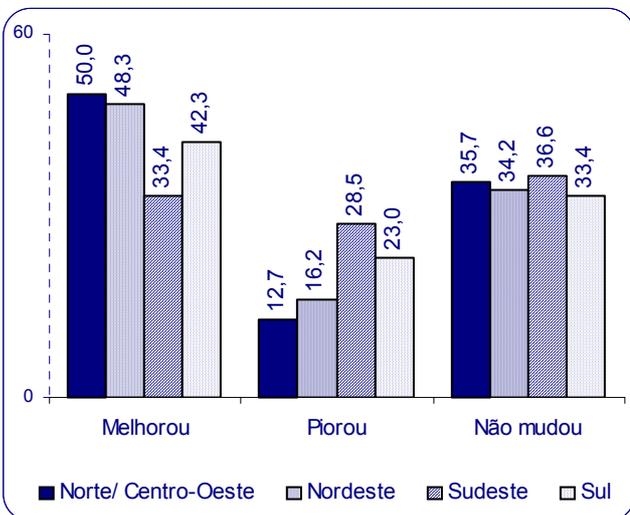
Classificação Econômica (em %)



Tipo de Município (em %)



Região (em %)



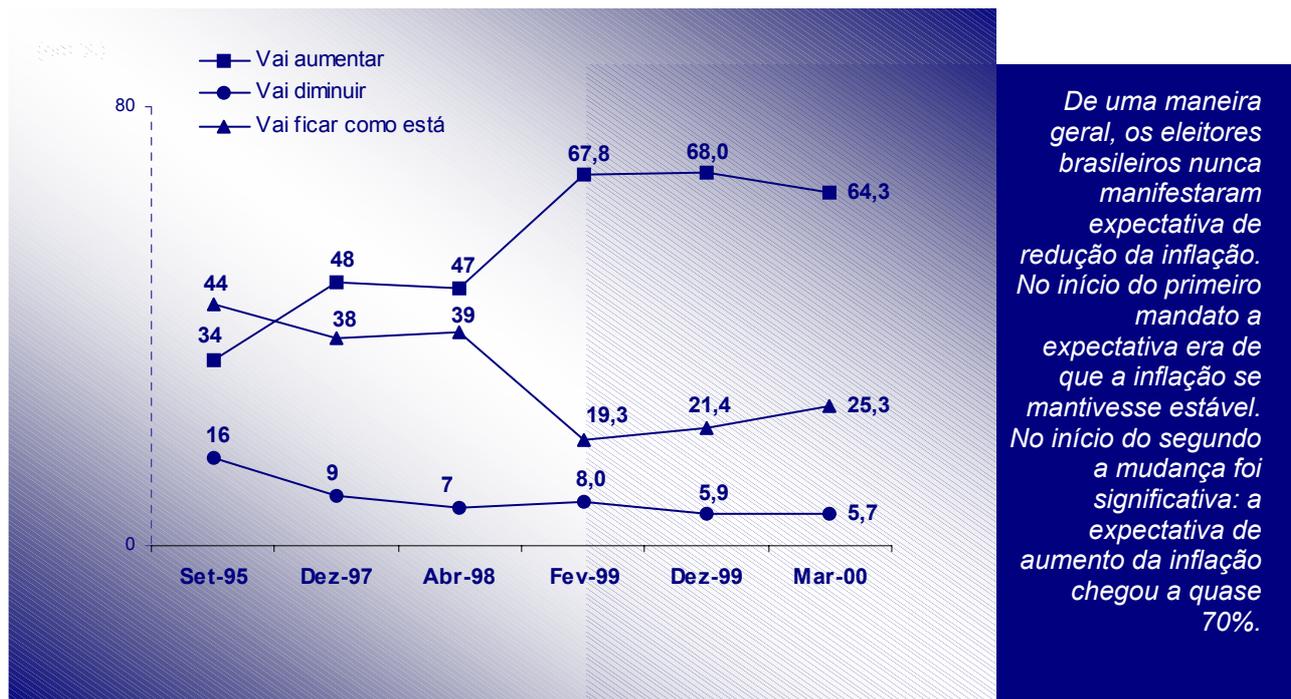
Fonte: Ibope

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "De um modo geral, o(a) sr(a) diria que sua vida melhorou, piorou ou não mudou com o Plano Real?"

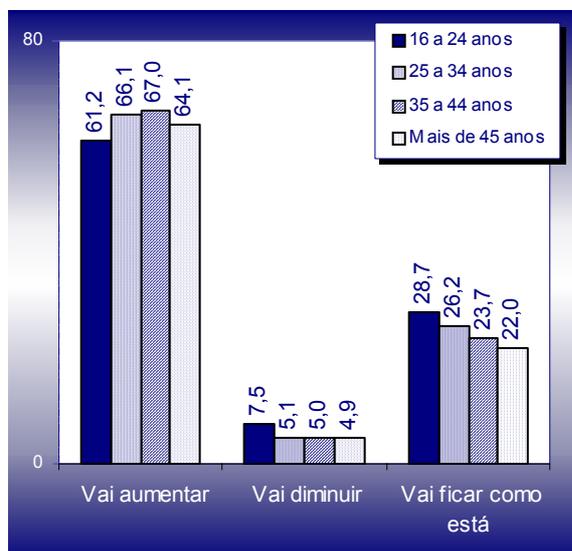
Evolução da expectativa quanto à inflação

Fonte: Datafolha

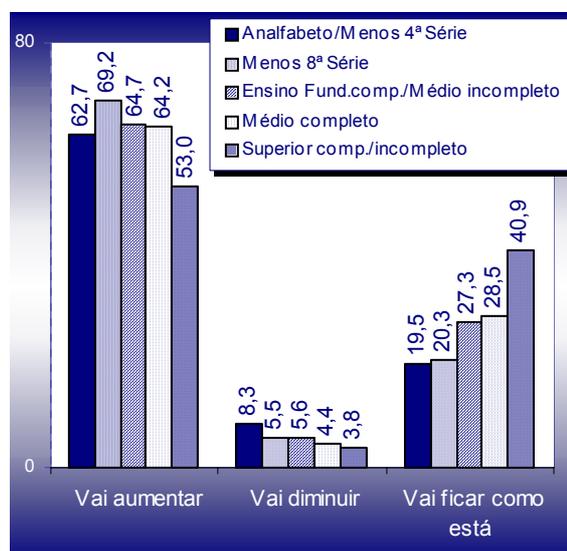


Em 1999, expectativas quanto à inflação segundo:

Faixa etária (em %)



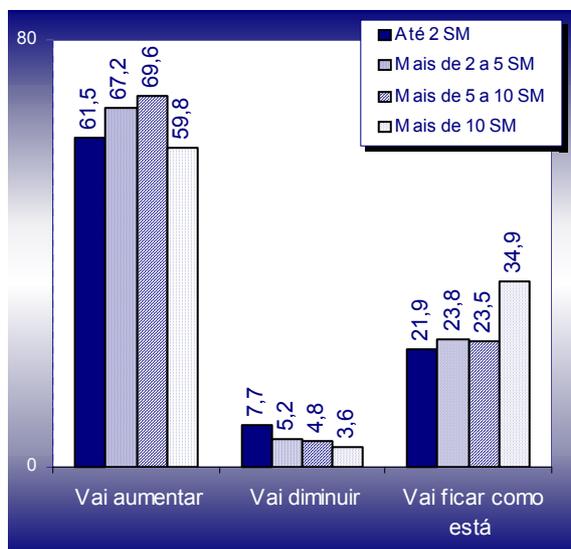
Escolaridade (em %)



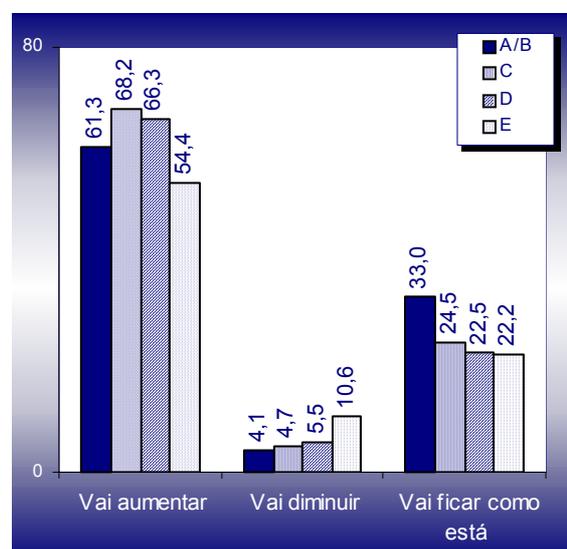
Fonte: Datafolha/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas “Não sabe/ Não opinou”.
 Pergunta: “Na sua opinião daqui para frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?”

Em 1999, expectativas quanto à inflação segundo:

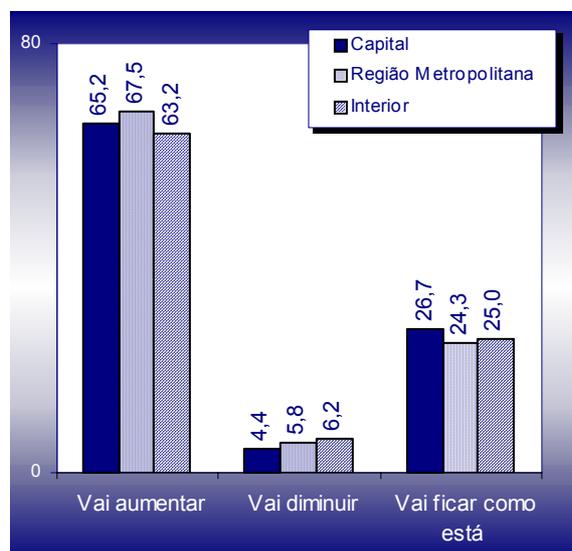
Renda Familiar (em %)



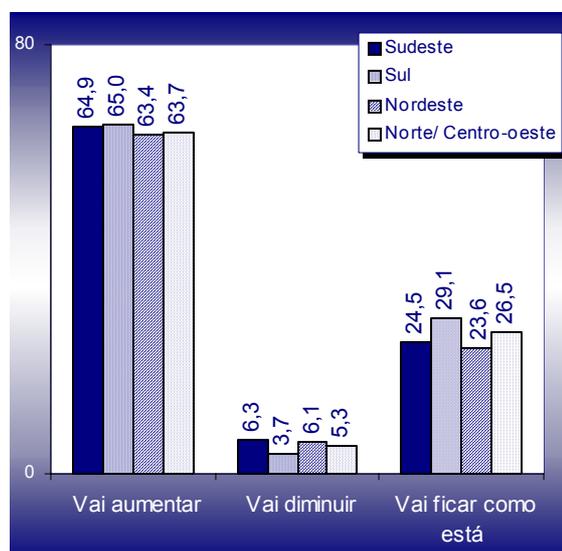
Classificação Econômica (em %)



Tipo de Município (em %)



Região (em %)



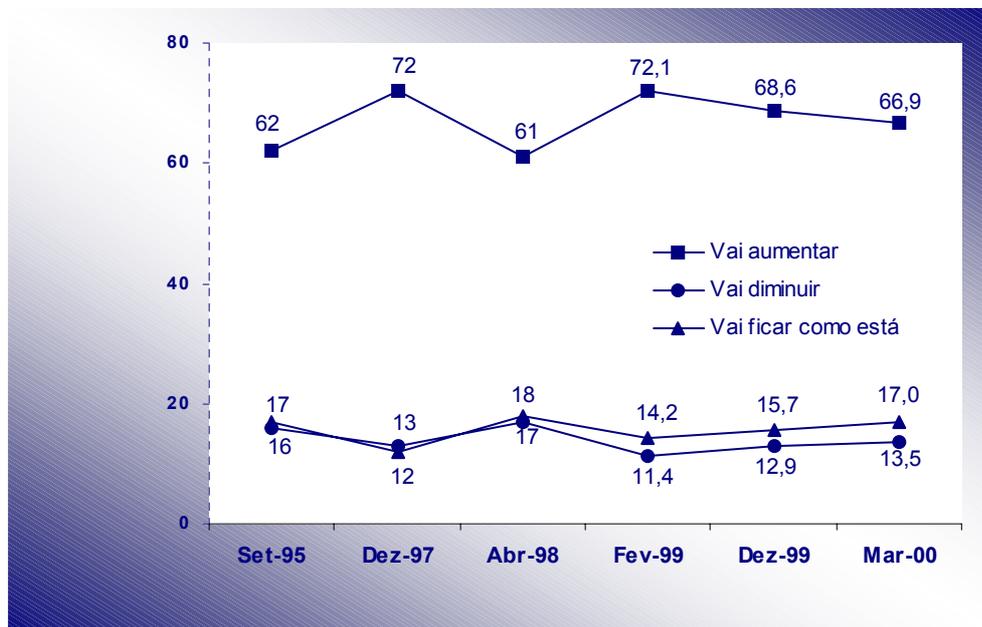
Fonte: Datafolha

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Evolução da expectativa quanto ao desemprego

Entre 1995 e 2000, as expectativas negativas sempre estiveram altas



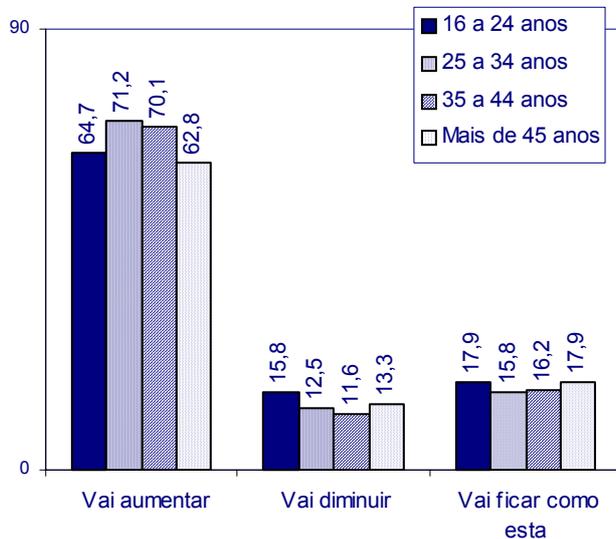
Fonte: Datafolha

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

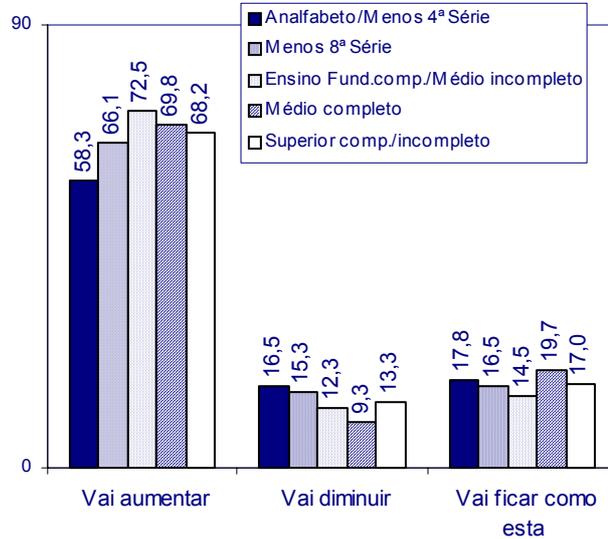
Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Em 1999, o temor do desemprego era maior entre os entrevistados de 25 a 44 anos.

Faixa etária (em %)



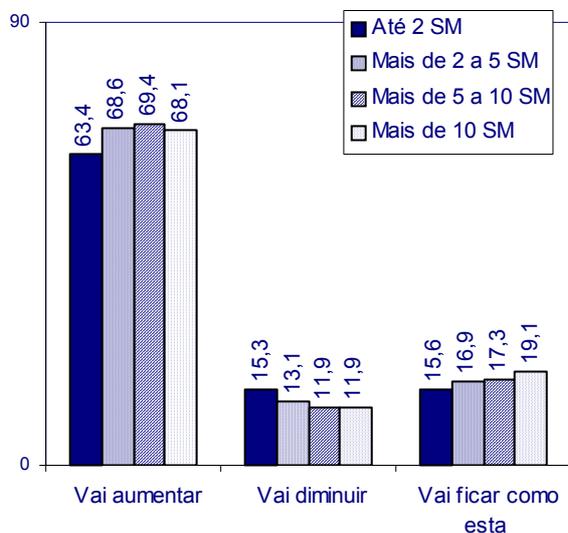
Escolaridade (em %)



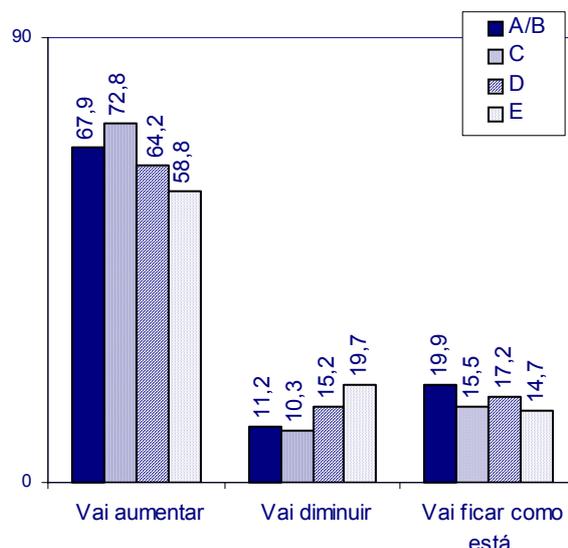
Fonte: Datafolha/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou". Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Em 1999, expectativas quanto ao desemprego segundo:

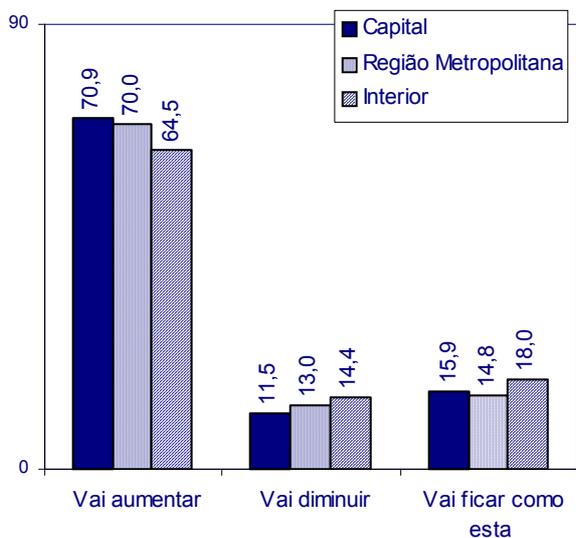
Renda Familiar (em %)



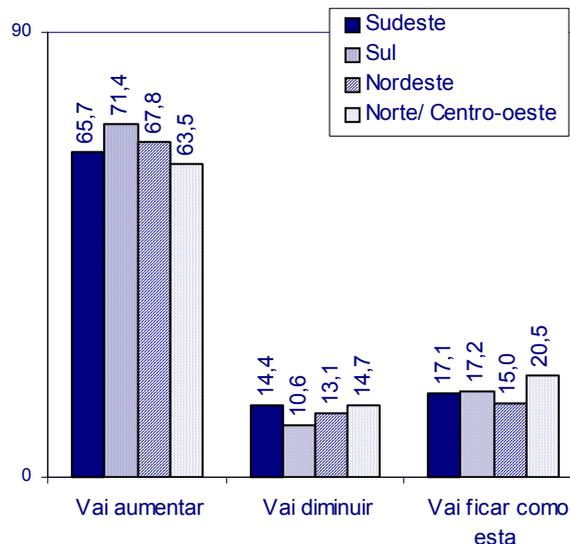
Classificação Econômica (em %)



Tipo de Município (em %)



Região (em %)

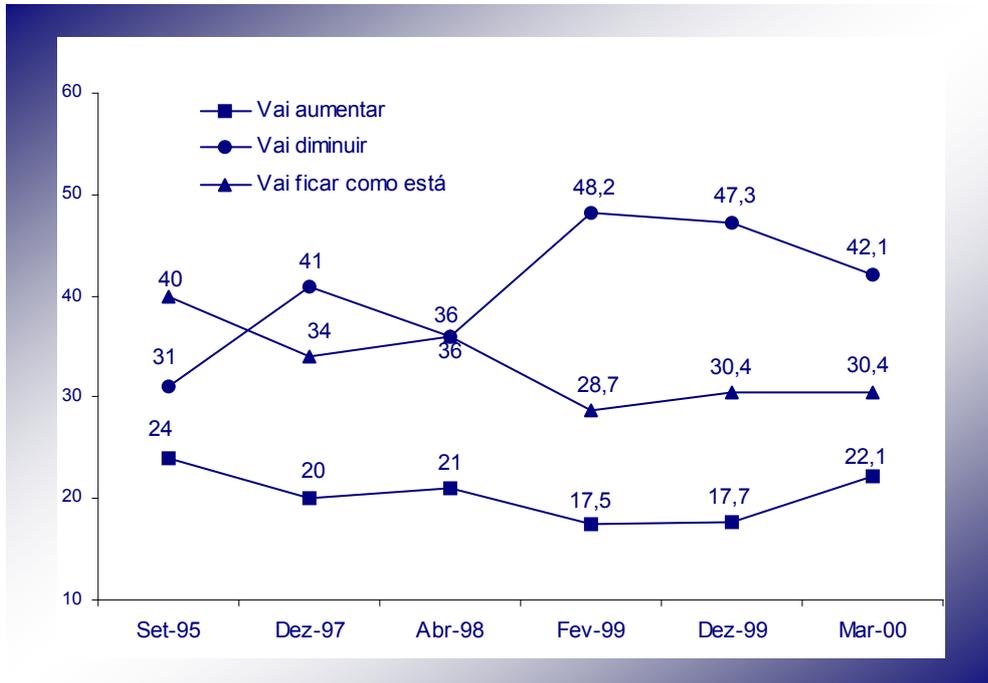


Fonte: Datafolha/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Evolução da expectativa quanto ao poder de compras

Em 1999, a expectativa de redução do poder de compras acompanhava o crescimento da renda, escolaridade e classificação econômica dos entrevistados.

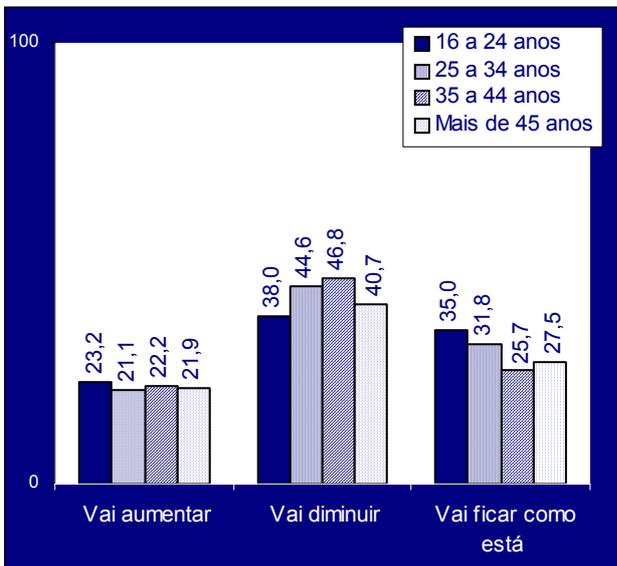


Fonte: Datafolha

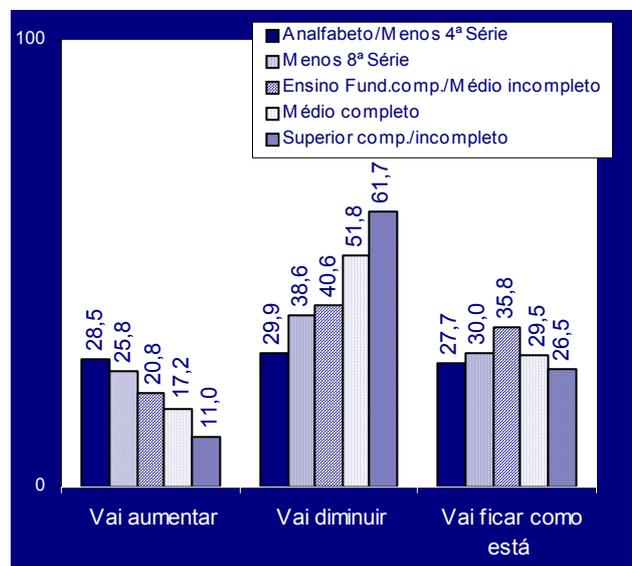
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente o seu poder de compras vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Faixa etária (em %)



Escolaridade (em %)



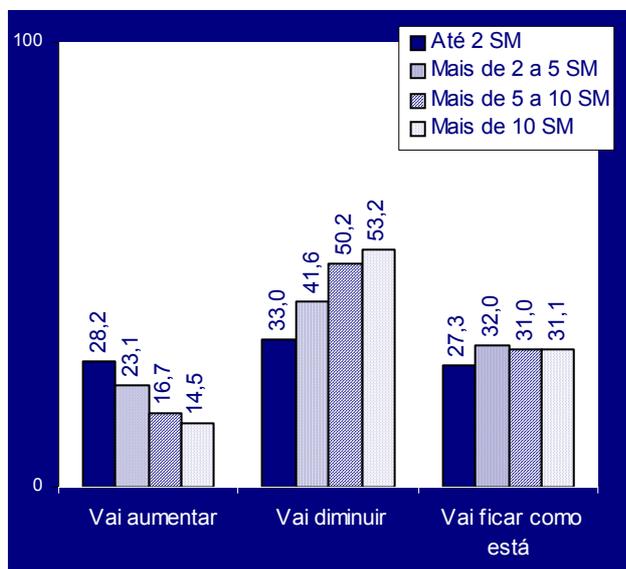
Fonte: Datafolha

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

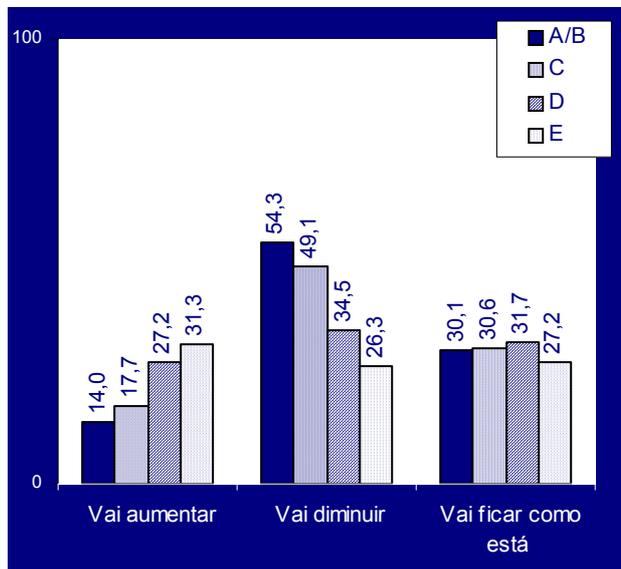
Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente o seu poder de compras vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Em 1999, expectativa quanto ao poder de compras, segundo:

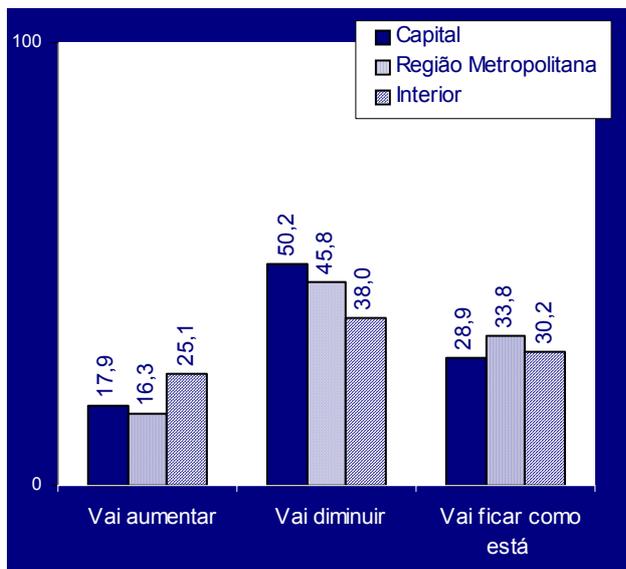
Renda Familiar (em %)



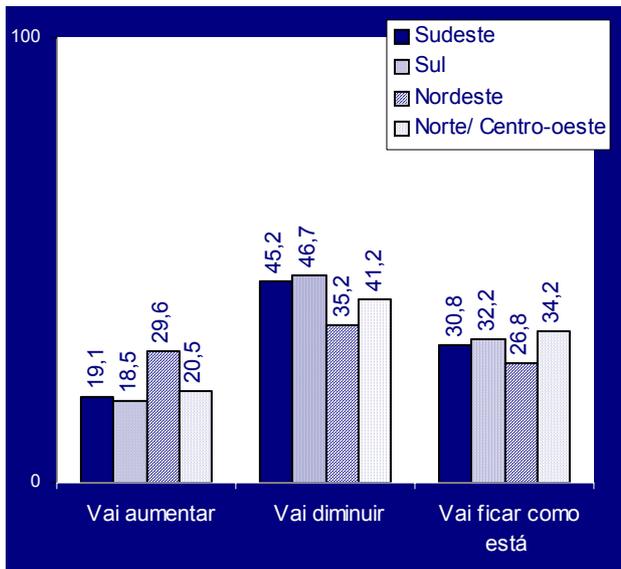
Classificação Econômica (em %)



Tipo de Município (em %)



Região (em %)



Fonte: Datafolha

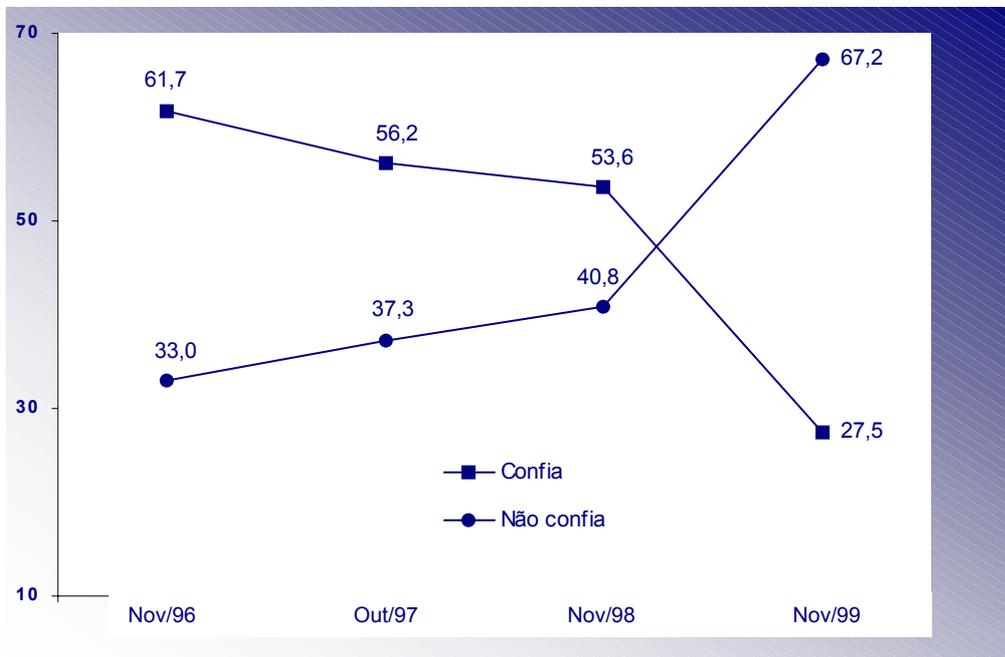
Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Na sua opinião daqui para frente o seu poder de compra vai aumentar, diminuir ou ficar como está?"

Confiança no Governo FHC:

O presidente Fernando Henrique Cardoso contou com a confiança da maioria absoluta dos brasileiros durante o seu primeiro mandato. Com a desvalorização do Real, no início do segundo mandato, a confiança dos brasileiros no governo FHC caiu pela metade

Evolução da confiança no Governo FHC (em %)



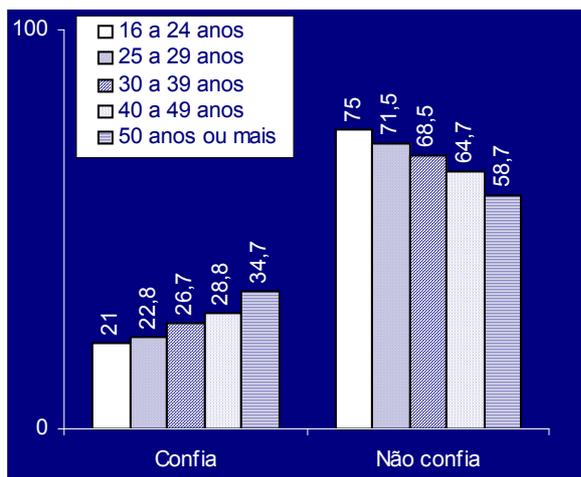
Fonte: IBOPE

Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

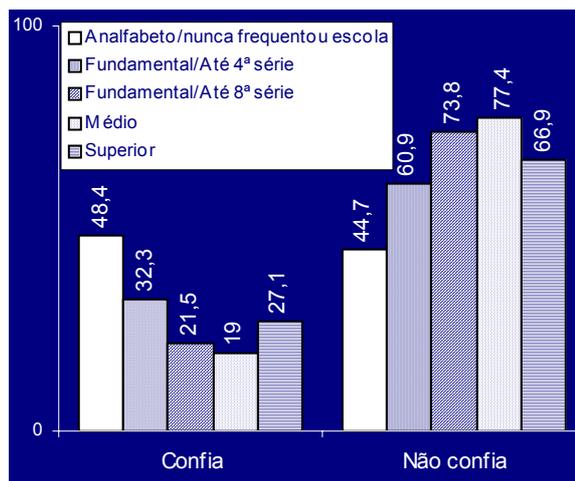
Pergunta: "O(a) sr(a) confia ou não confia no Presidente Fernando Henrique?"

Em 1999, os que mais confiavam em FHC eram os mais velhos, os de menor escolaridade, os de menor renda familiar e os pertencentes à classe mais baixa:

Faixa etária (em %)



Escolaridade (em %)



Fonte: Ibope/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

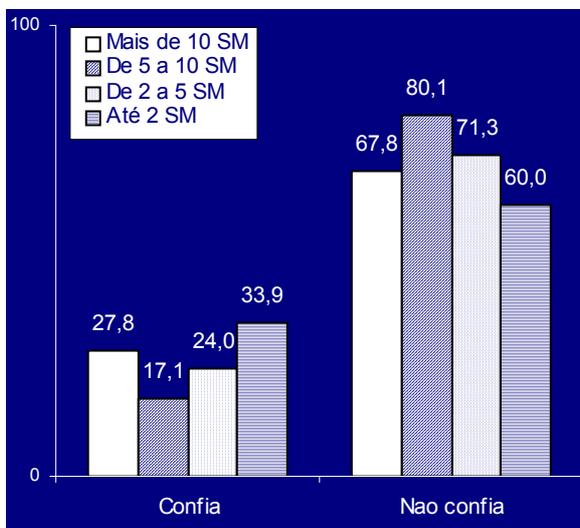
Pergunta: "O(a) sr(a) confia ou não confia no Presidente Fernando Henrique?"

Tendências 130

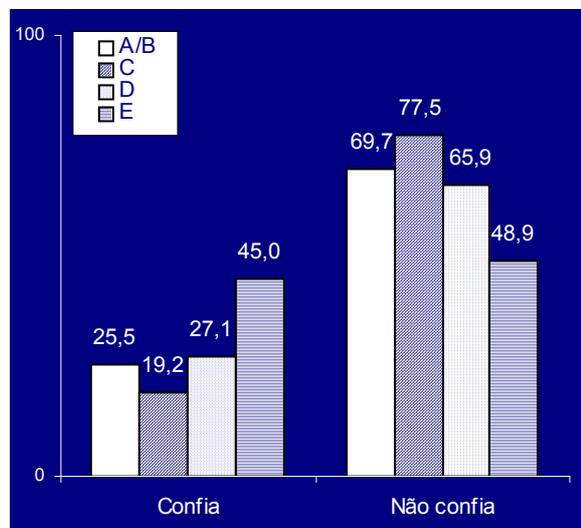
OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VII, n°1, 2001, Encarte Tendências. pp.101-138

Em 1999, confiança no governo FHC, segundo:

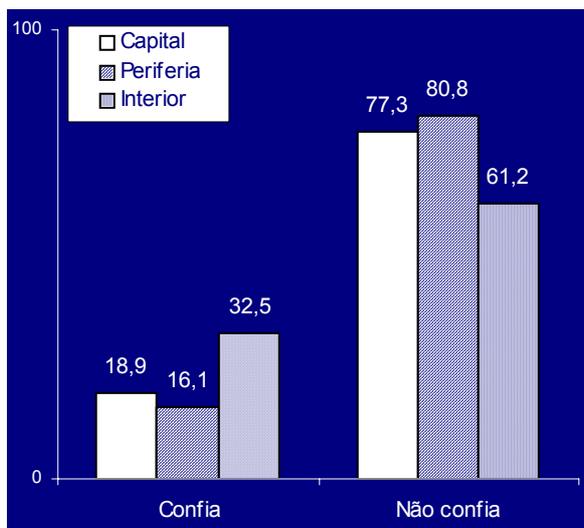
Renda Familiar (em %)



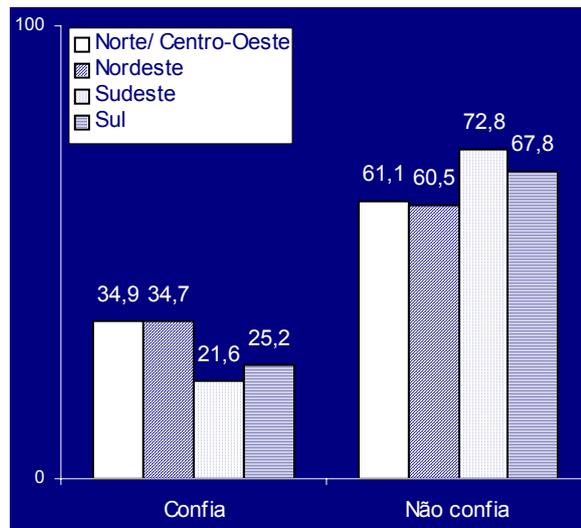
Classificação Econômica (em %)



Tipo de Município (em %)



Região (em %)



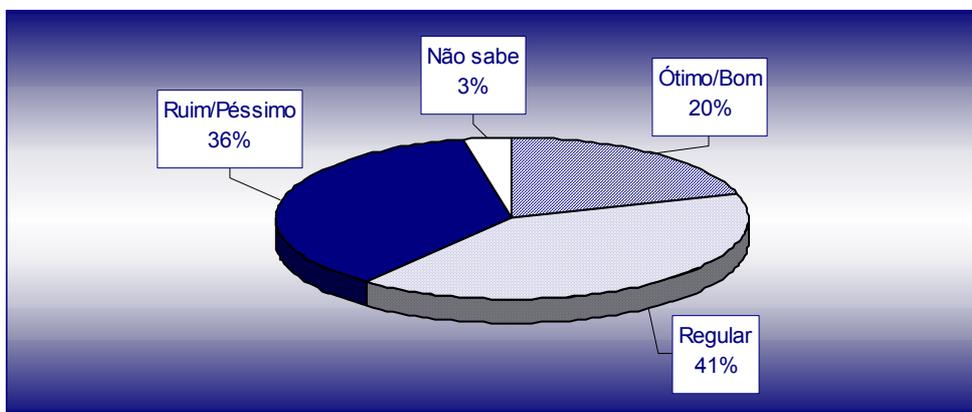
Fonte: Ibope/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "O(a) sr(a) confia ou não confia no Presidente Fernando Henrique?"

1999: A crise do Real

No início de janeiro de 1999, o Real sofreu uma forte desvalorização em relação ao dólar e as taxas de juros subiram bastante. De uma maneira geral, os brasileiros não aprovaram a forma como o governo conduziu a crise econômica.

Avaliação sobre o desempenho do governo no combate à crise (em %)

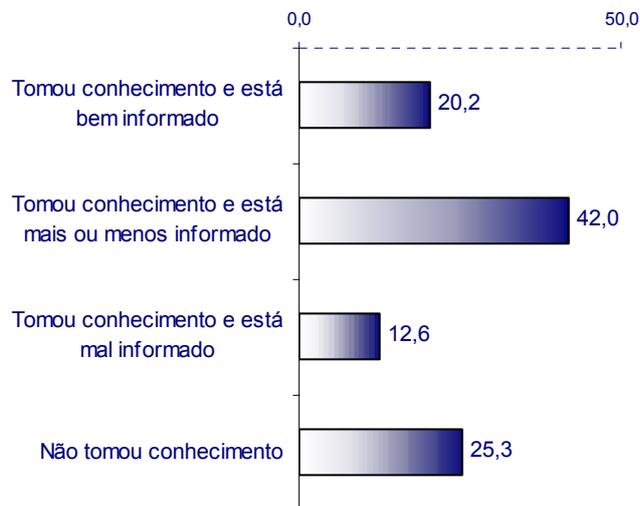


Fonte: Datafolha/ Data: Fevereiro/1999

Pergunta: "O Brasil está passando por uma crise econômica. De um modo geral, como você avalia o desempenho do governo no combate à crise."

1999: conhecimento sobre a desvalorização e as medidas tomadas para o combate à crise

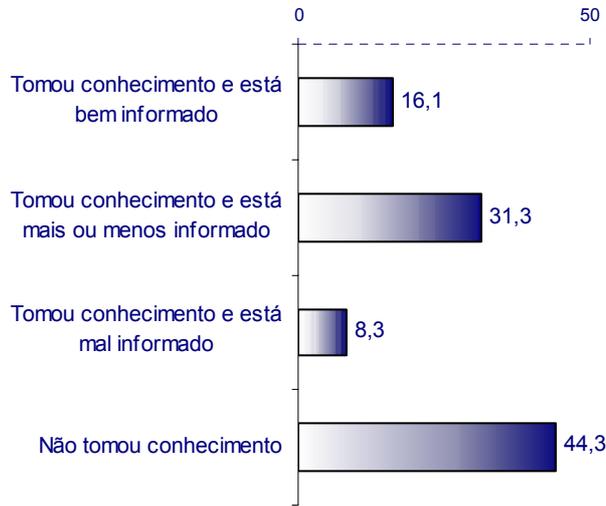
Desvalorização do Real (em %)



Fonte: Datafolha/ Data: Fevereiro/1999/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Você tomou conhecimento da desvalorização do Real em relação ao dólar? (Se sim) E você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre a desvalorização do Real?"

Aumento das taxas de juros (em %)

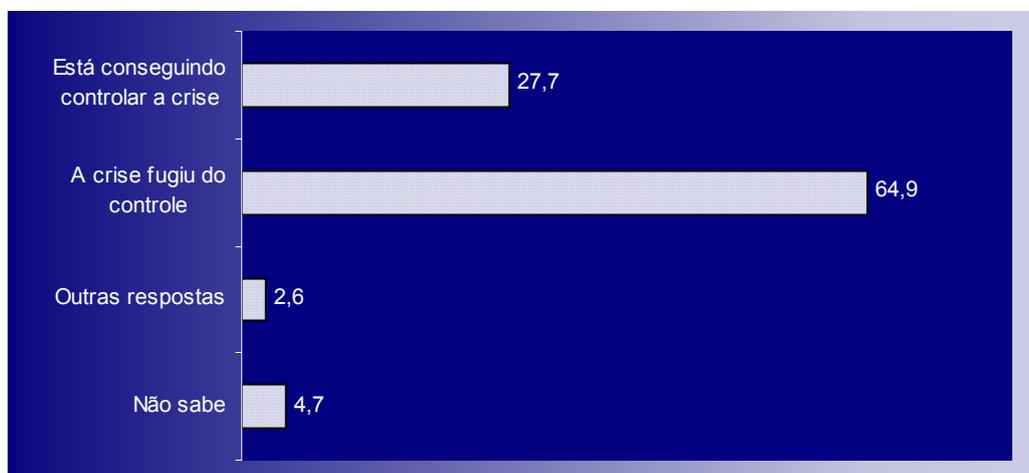


Fonte: Datafolha/ Data: Fevereiro/1999/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Para diminuir a saída de dólares do país, o Governo Federal também aumentou a taxa de juros. Você tomou conhecimento sobre a taxa de juros?"

Em fevereiro de 1999, a maioria dos eleitores entrevistados pelo Datafolha considerava que a crise econômica fugiu do controle do governo e que o Real continuaria a se desvalorizar frente ao dólar.

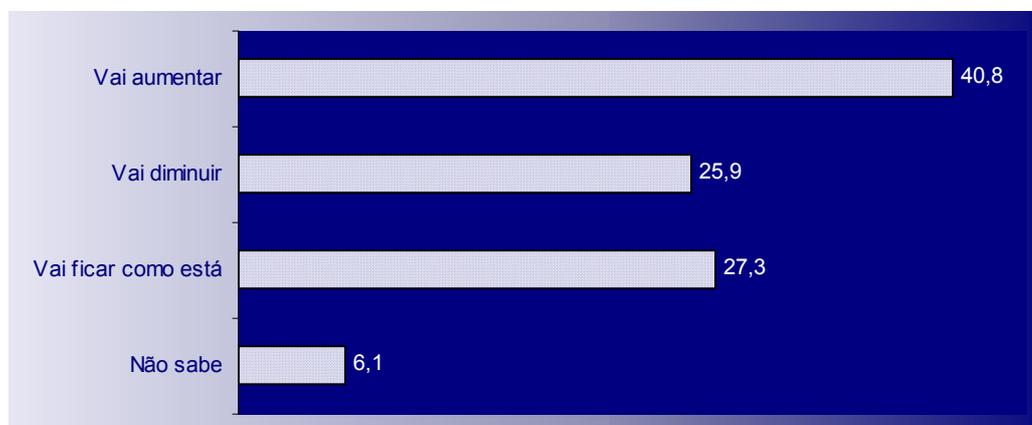
1999: O controle da crise pelo governo FHC (em %)



Fonte: Datafolha/ Data: Fevereiro/1999

Pergunta: "Pelo que você sabe, o presidente Fernando Henrique está conseguindo controlar a crise ou a crise já fugiu do controle do presidente?"

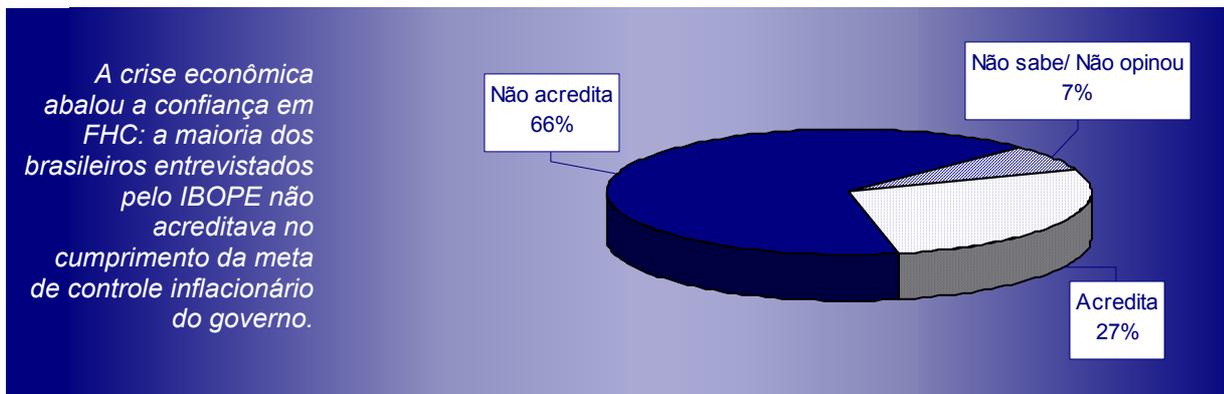
1999: Expectativa quanto ao valor do dólar frente ao Real (em %)



Fonte: Datafolha/ Data: Fevereiro/1999

Pergunta: "Na sua opinião, daqui para frente o valor do dólar em relação ao real vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?"

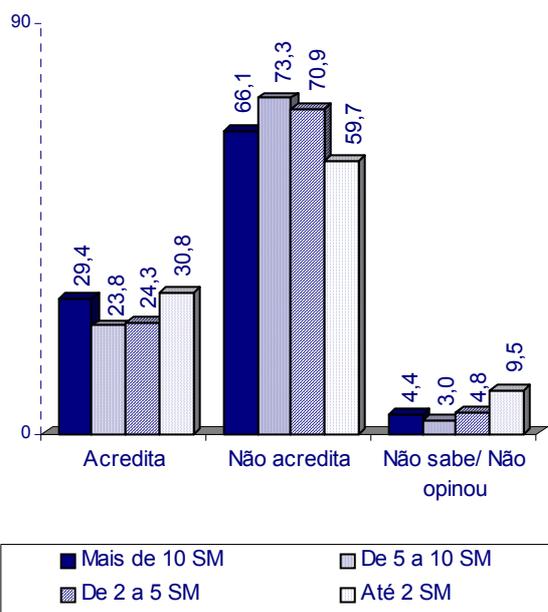
1999: Confiança no governo para cumprir metas de controle da inflação



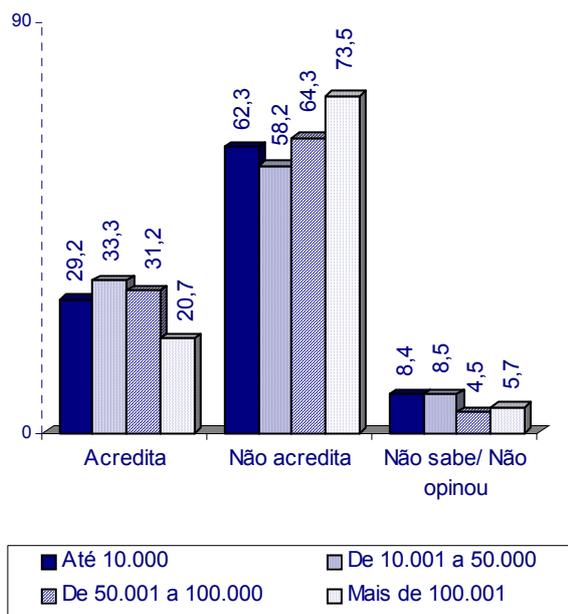
Fonte: IBOPE/ Data: Julho/1999

1999: Confiança no governo para cumprir a meta de controle inflacionário, segundo:

Renda Familiar (em %)



Porte do Município (em %)



Fonte: IBOPE

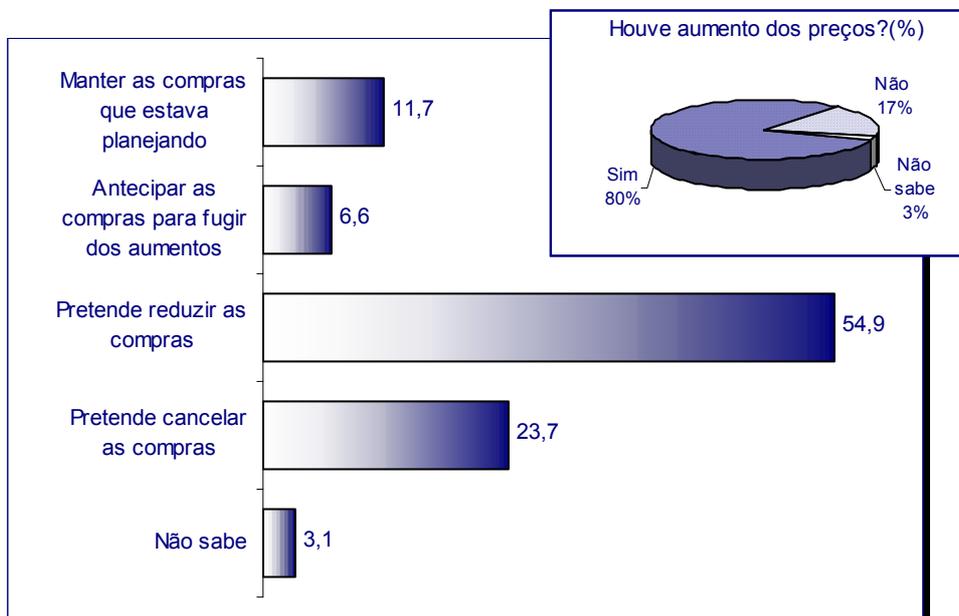
Data: julho/1999

Pergunta: "O Governo Federal anunciou recentemente metas de taxas de inflação para os próximos 2 anos. O Governo pretende trabalhar para que no fim do ano 2000 a inflação anual fique entre 4 e 8%, e no fim de 2001, entre 2 e 6%. O(a) sr(a) acredita ou não acredita que o Governo Federal possa cumprir estas metas?"

Mudanças de hábitos com a crise do Plano Real

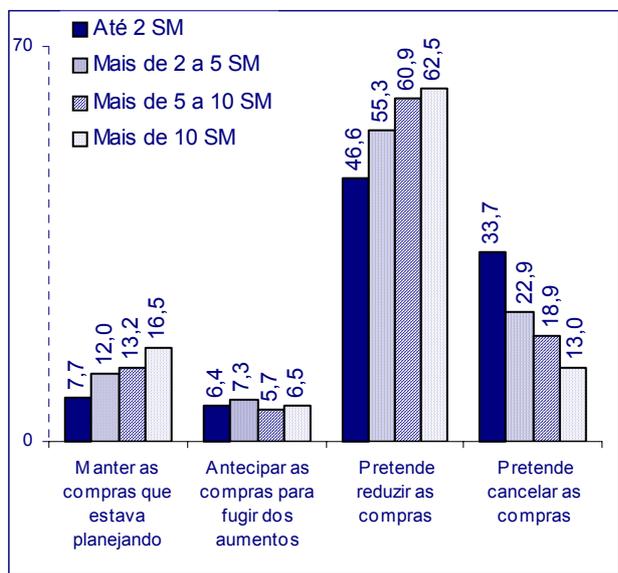
Com a crise econômica, a maioria dos brasileiros percebeu o aumento dos preços e refez seus planos de compras.

1999: Planos de compras com a crise econômica (em %)

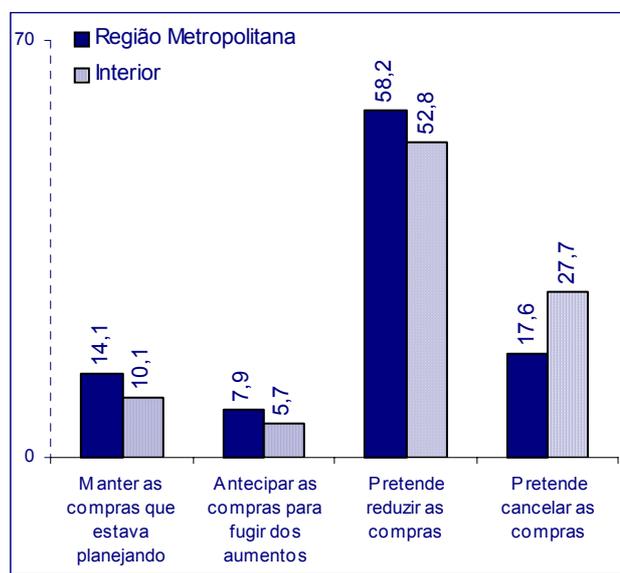


A intenção de reduzir as compras era maior entre os entrevistados com renda mais alta, assim como residentes nas regiões metropolitanas. Os entrevistados com renda mais baixa bem como residentes no interior eram os que mais pretendiam simplesmente cancelar as compras planejadas antes da crise.

Renda Familiar (em %)



Tipo de Município (em %)



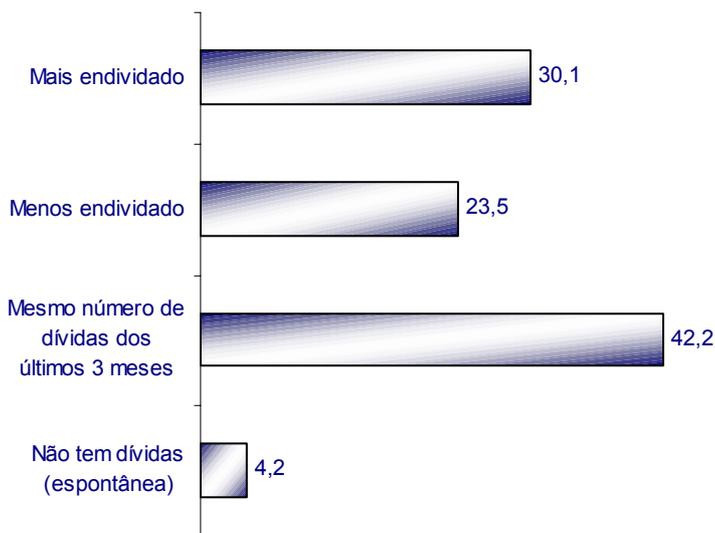
Fonte: Datafolha/ Data: Fevereiro/1999/ Obs.: a diferença para 100% corresponde às respostas "Não sabe/ Não opinou".

Pergunta: "Com essas medidas, os preços de alguns produtos estão aumentando. Sabendo disso, você pretende:"

"Durante essa última semana você percebeu aumento de preços em alguma mercadoria?"

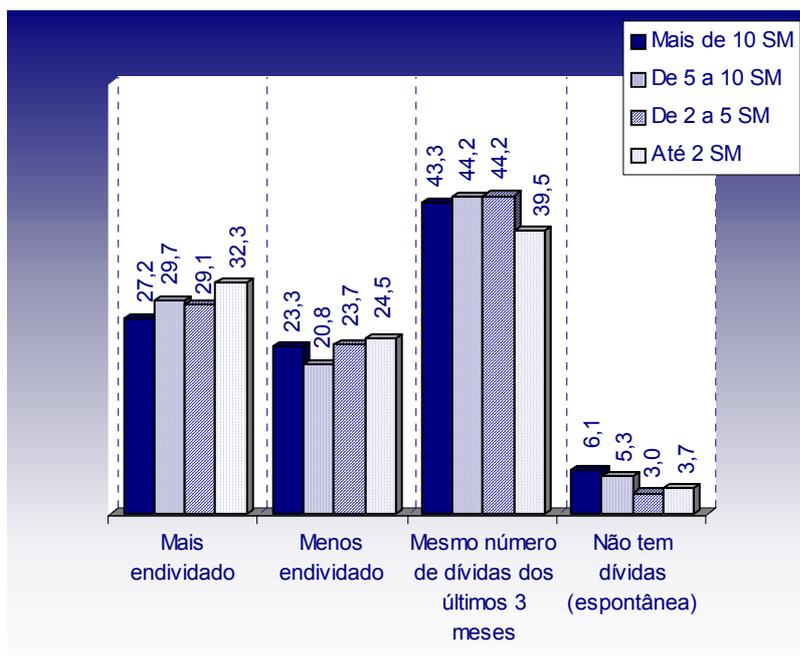
Situação das dívidas pessoais em 1999 (em %)

Cerca de 30% dos brasileiros estavam mais endividados em meados de 1999 do que estavam três meses antes. Os mais endividados eram os entrevistados com renda mais baixa (até 2 SM).



Situação das dívidas, segundo:

Renda Familiar (em %)



Fonte: IBOPE/ Data: julho/1999

Pergunta: "Pensando na sua situação financeira ATUAL, o(a) Sr.(a) diria que está mais endividado, menos endividado ou com o mesmo número de dívidas que tinha NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES?"

FICHAS TÉCNICAS

Pesquisas IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

<i>Pesquisa</i>	<i>Data</i>	<i>População</i>	<i>Tipo de amostra</i>	<i>N.º de entrevistas</i>
OPP0040	Fevereiro de 1996	Eleitores do Brasil	Representativa do eleitorado do país, elaborada por cotas proporcionais em função de variáveis significativas da população: sexo, idade, atividade e posição na ocupação	2.000
OPP1235	Novembro de 1996			
OPP0248	Outubro de 1997			
OPP0635	26 de Novembro de 1998			
OPP0017	16 de Março de 1999			
OPP0087	Junho de 1999			

Critério Brasil – IBOPE

Classificação em segmentos socioeconômicos

Segmentos: A1 (30 a 34 pontos)/ A2 (25 a 29)/ B1 (21 a 24)/ B2 (17 a 20)/ C (6 a 10)/ E (0 a 5)

Pontuação da escolaridade do chefe da família

	Pontos
Analfabeto/primário incompleto	0
Primário completo/ginasial incompleto	1
Ginasial completo/colegial incompleto	2
Colegial completo/superior incompleto	3
Superior completo	5

Pontuação dos bens de domicílio

Bens do Domicílio	Quantidade					
	1	2	3	4	5	6+
<i>TV em cores</i>	0	2	3	4	5	5
<i>Vídeo Cassete</i>	0	2	2	2	2	2
<i>Rádio</i>	0	1	2	3	4	4
<i>Banheiro</i>	0	2	3	4	4	4
<i>Automóvel</i>	0	2	4	5	5	5
<i>Empregada mens.</i>	0	2	4	4	4	4
<i>Aspirador de pó</i>	0	1	1	1	1	1
<i>Máquina de lavar</i>	0	1	1	1	1	1
<i>Geladeira</i>	0	2	2	2	2	2
<i>Freezer (independente ou parte de geladeira duplex)</i>	0	1	1	1	1	1

FICHAS TÉCNICAS

Pesquisas Datafolha:

Pesquisa	Data	População	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
00391	26-27 de Janeiro de 1995	Eleitores do Brasil	Estratificada por sexo e por idade, com sorteio aleatório	3.044
00432	20-22 de Junho de 1995			14.562
00461	16 de Setembro de 1995			2.921
00475	12-15 de Dezembro de 1995			12.495
00809	18-20 de Junho de 1997			15.688
00857	15-17 de Dezembro de 1997			13.437
00866	29-30 de Abril de 1998			3.728
00860	08-09 de Junho de 1998			12.592
00871	10-11 de Dezembro de 1998			11.851
PO2647	Fevereiro de 1999			2.076
PO2781	14 de Junho de 1999			11.534
PO2707	Dezembro de 1999			12.079
PO2724	Março de 2000			2.875
PO2784	14 de Junho de 1999			Eleitores da cidade de São Paulo

NOTA sobre as legendas de escolaridade → Para as referências:

Analfabeto/Menos 4º série = Analfabeto até antigo primário incompleto

Menos 8º série = Antigo ginásial incompleto

Banco de Dados de Opinião Pública do Centro de Estudos de Opinião Pública

OPINIÃO PÚBLICA

Maio de 2001

Vol. VII, nº1

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>The Use of Qualitative Methods on the Study of Political Science and Marketing</i> Luciana Veiga Sônia Maria Guedes Gondim	1
<i>Political Apathy and Alienation in a Stalemate Society: the limits of the new chilean democracy</i> Edward C. Epstein	16
<i>Interpersonal Trust and Political Behavior: microfoundations of social capital theory in Latin America</i> Lúcio R. Rennó	33
<i>The Role of Public Opinion Surveys in the Process of Democratic Consolidation: the Latin American experience</i> Fabián Echegaray	60
<i>The Effects of Repression, Political Violence, and Pain and Loss on Social Capital in Central America</i> John A. Booth Patricia Bayer Richard	75
TENDÊNCIAS <i>Encarte de dados de Opinião Pública - Ano 7, nº1</i>	101



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VII, nº 1
p.1-141
Maio 2001
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276